

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ATUÁRIA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

IVY SERENA OLIVEIRA SZERMETA

**O Processo de Integração dos Refugiados na Comunidade Anfitriã: estudo com
migrantes venezuelanos**

São Paulo

2020

Prof. Dr. Vahan Agopyan
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Fábio Frezatti
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Moacir de Miranda Oliveira Junior
Chefe do Departamento de Administração

Prof. Dr. Eduardo Kazuo Kayo
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Administração

IVY SERENA OLIVEIRA SZERMETA

O Processo de Integração dos Refugiados na Comunidade Anfitriã: estudos com migrantes venezuelanos

Dissertação apresentada ao Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Ciências.

Área de concentração: Gestão de Pessoas

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina de Aguiar Rodrigues

São Paulo
2020

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica com dados inseridos pelo autor

Szermeta, Ivy Serena.

O Processo de Integração dos Refugiados na Comunidade Anfitriã:
estudos com migrantes venezuelanos / Ivy Serena Szermeta. - São Paulo,
2020.

124 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 2019. Orientador:
Ana Carolina de Aguiar Rodrigues.

1. migração forçada. 2. integração. 3. refugiados. I. Universidade de São
Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. II. Título.

Pesquisa foi financiada pela FAPESP

À minha família

RESUMO

Szermeta, I. S. O. (2019). O Processo de Integração dos Refugiados na Comunidade Anfitriã: estudos com migrantes venezuelanos (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A agenda de pesquisa sobre integração de migrantes forçados, é composta predominantemente por trabalhos que buscam compreender o processo por meio de fatores objetivos já pré-estabelecidos. Essa abordagem tem sido foco de debate no campo teórico, que já aponta a necessidade de estudos que abranjam aspectos mais subjetivos do fenômeno. O presente projeto tem como objetivo suprir tais lacunas. Nesse sentido, foi desenvolvido um estudo em duas etapas, conceitual e empírica. A etapa conceitual foi realizada por meio do levantamento de material bibliográfico e proposição de um quadro teórico para teste. A etapa empírica teve como foco compreender a repercussão dos fatores facilitadores e dificultadores ao longo da trajetória de integração, bem como a influência do contexto nesse processo. Para tal, foi feito um estudo qualitativo, por meio de entrevistas narrativas, em duas cidades, São Paulo e Boa Vista. Ao todo, foram selecionados 30 participantes. Os dados coletados foram analisados por meio de três estratégias: análise de conteúdo, análise de discurso e análise de narrativa. Os resultados encontrados foram discutidos em um modelo teórico que sistematizou os fatores de acordo com as seguintes categorias (mediadores, fatores de estabilidade e segurança, fatores de socialização e afeto, fatores individuais e elementos contextuais).

Palavras-chave: migração forçada, integração, refugiados.

ABSTRACT

Szermeta, I. S. O. (2019). *The process of integration in the host community: a study with Venezuelan migrants*. (Dissertação de Mestrado). University of São Paulo, Brazil-FEA/USP.

In the research agenda on integration of forced migrants, there is a predominance of studies seeking to understand the process through pre-established factors. This approach has been the focus of debate in the theoretical field that already points to the need for studies that cover more subjective aspects of the process. This research aims to fill these gaps. To this end, a two-phase study, conceptual and empirical, was developed. A conceptual phase was performed by collecting bibliographic material and proposing a theoretical framework for testing. An empirical stage focused on understanding the repercussion of facilitating and integrating factors along the integration trajectory, as well as the influence of context on this process. To this end, a qualitative study was conducted through narrative interviews in two cities, São Paulo and Boa Vista. In all, 30 participants were selected. The collected data were analyzed through three strategies: content analysis, discourse analysis and narrative analysis. The results were discussed in a theoretical model that systematized the factors according to the categories (mediators, stability and security factors, socialization and affection factors, individual factors and contextual elements).

Keywords: forced migration, refugee, integration, refugee.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 OBJETIVOS DE ESTUDO	17
2 MARCO TEÓRICO CONCEITUAL	19
2.1 MIGRAÇÃO FORÇADA E A SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS NO BRASIL E NO MUNDO	19
2.1.1 Nomenclaturas	19
2.1.2 Contextualização	22
2.1.3 Brasil	24
2.1.4 Estado da arte	27
2.2 INTEGRAÇÃO DO REFUGIADO NA COMUNIDADE ANFITRIÃ	30
2.2.1 Aspectos Conceituais	30
2.2.2 Integração em quê?	34
3. DELINEAMENTO METODOLÓGICO	47
A. ETAPA CONCEITUAL	47
B. ETAPA EMPÍRICA	48
3.1 OBJETO DE ESTUDO	50
3.2 AMOSTRA	51
3.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA	51
3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DOS DADOS	53
3.5 ANÁLISE DOS DADOS	54
4.1 O CONCEITO DE INTEGRAÇÃO	57
4.1.1 Responsabilidade do migrante forçado e da comunidade anfitriã	58
4.1.2 Critérios de efetividade	60
4.2 OS FATORES DE INTEGRAÇÃO	62
4.2.1 Descrição dos fatores facilitadores	62
4.2.2 Descrição dos Fatores Dificultadores	71
4.2.3 Descrição dos Fatores que atuam como facilitadores ou dificultadores	73
4.2.4 Mediadores de integração	82
4.2.5 Paralelos com a literatura	85
4.3 A TRAJETÓRIA DE INTEGRAÇÃO	86
4.3.1 Fatores facilitadores por fase	87
4.3.2 Fatores Dificultadores por fase	88
4.4 DESCRIÇÃO DOS CONTEXTOS BOA VISTA E SÃO PAULO	89
4.4.1 Estrutura da cidade e perfil da amostra	89
4.4.3 A escolha da comunidade anfitriã	95
4.4.4 Fatores Facilitadores e Dificultadores por cidade	97
4.5 MODELO TEÓRICO DE INTEGRAÇÃO	99
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	101
REFERÊNCIAS	103

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, a quantidade de pessoas forçadas a migrar por causa de perseguição, conflitos, violência ou violação dos direitos humanos aumentou substancialmente. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR), em 2018 foram registrados 70.8 milhões de indivíduos em tais condições, o que representa um nível recorde. Desse número, 25.9 milhões são refugiados, migrantes que tiveram que procurar abrigo fora de seus países de nacionalidade.

Dada a relevância do fenômeno e os seus impactos na sociedade atual, é possível observar um crescimento no interesse em seus desdobramentos, tanto nos estudos acadêmicos sobre migração como nos campos sociais e políticos. Dentre os diversos tópicos envolvidos nesse processo, a integração na sociedade anfitriã representa um tópico central de atenção.

Nas esferas públicas e práticas, sua compreensão é essencial para o planejamento de projetos que visem dar suporte aos refugiados e para discussões de políticas de gestão que foquem nessa população, ou que, de alguma forma, possam impactá-la. No campo teórico, representa um ponto fundamental para o fortalecimento da linha de pesquisa e entendimento completo sobre os aspectos envolvidos na migração forçada e suas causas e consequências, tanto para os refugiados como para a sociedade anfitriã (Puma, Lichtenstein, & Stein, 2018).

Apesar do crescente esforço por parte dos pesquisadores, a temática ainda representa um desafio (Wessendor & Phillimore, 2018). Isso pois, a literatura da área é predominantemente formada a partir da premissa de que refugiados representam “elementos estranhos” que necessitam se conectar com uma nova sociedade, a qual é composta por fronteiras bem definidas e um sistema cultural integrado e coerente. Não apenas o processo migratório se transformou, mas as sociedades hospedeiras também sofreram mudanças e passaram a ser mais fluídas e diversas (Gryzmala-Kazłowska & Phillimore, 2017).

Além disso, o campo é composto, em grande parte, por pesquisas que buscam investigar pontos funcionais da integração, mesmo a importância de aspectos subjetivos para a compreensão completa do fenômeno ter sido enfatizada na literatura (e.x, Phillimore, Humphris and Khan, 2017; Ager & Strang, 2008). Ainda, a maior parte dos estudos está concentrada em regiões urbanas, onde, inicialmente, os fluxos ocorriam majoritariamente. Contudo, dado o grande volume migratório, essa dinâmica foi alterada e áreas mais periféricas também começaram a absorver a população refugiada (Gryzmala-Kazłowska & Phillimore, 2017; Ager & Strang, 2010).

Nota-se também que, apesar de a África e Ásia representarem atualmente os maiores pontos de recebimento de refugiados, grande parte das produções sobre o assunto, tanto no campo acadêmico como no prático, ainda está centrada na Europa. Contudo, eventos recentes como a crise migratória na Venezuela, geraram uma concentração de deslocamento forçado na América do Sul, fazendo com que a região se tornasse um novo foco de atenção. De acordo com o último relatório da ACNUR (2019), até o fim de 2018, 3.4 milhões de venezuelanos foram forçados a mudar de país, o que se caracterizou como o maior êxodo na história recente do continente e uma das maiores crises de deslocamento no mundo, chegando quase no nível do fluxo visto no Mediterrâneo em 2011.

Nesse cenário, a participação brasileira vem assumindo dimensões cada vez maiores, tanto por meio das ações de entidades não governamentais como pelo envolvimento da sociedade civil (Lima, Munoz, Nazareno, & Amaral, 2017). Na América Latina, o Brasil é o local com o maior número de pedidos de refúgio. De acordo com o Comitê Nacional para Refugiados (Conare) em 2018 o país recebeu 80.057 solicitações, mais do que o dobro da quantidade de 2017. Desse total, o maior número de aplicações foi composto por venezuelanos, com 61.681 pedidos.

Diante disso, o objetivo do presente estudo é compreender, a partir das trajetórias relatadas, a integração dos refugiados venezuelanos em diferentes comunidades brasileiras. De tal forma, pretende-se com esse projeto identificar elementos centrais que possam ajudar ou comprometer o processo e investigar a influência de fatores individuais, funcionais, socioculturais e topográficos, bem como o papel do contexto nessa dinâmica. Apesar do crescente envolvimento do país com a temática, a produção literária sobre o assunto no cenário brasileiro ainda é bastante escassa. Assim sendo, espera-se também que os resultados dessa pesquisa estimulem futuros projetos que busquem compreender mais a fundo o fenômeno e que sirvam de insumo para o desenvolvimento de políticas públicas e projetos de apoio à essa população.

1.1 Objetivos de Estudo

O objetivo geral da presente pesquisa é compreender, a partir das trajetórias relatadas pelos refugiados no Brasil, seu processo de integração na comunidade anfitriã.

De forma específica, pretende-se:

- I.** Compreender os elementos conceituais e os critérios de efetividade que caracterizam o processo de integração
- II.** Descrever possíveis fatores individuais, funcionais, socioculturais e o modo como repercutem no processo de integração dos refugiados;
- III.** Identificar os fatores centrais e auxiliares que prejudicam e contribuem para a integração de refugiados (em diferentes estágios do processo) na comunidade anfitriã;
- IV.** Compreender o papel do contexto na repercussão dos fatores integrativos;
- V.** Desenhar um modelo teórico compreensivo de como os fatores integrativos repercutem no nível de integração dos refugiados.

2 MARCO TEÓRICO CONCEITUAL

A fundamentação teórica da dissertação é construída por dois pilares. O primeiro deles é composto pela discussão sobre a migração forçada e um panorama da situação dos refugiados em âmbito nacional e internacional, bem como o estado da arte da pesquisa sobre o assunto. O segundo emerge da literatura sobre integração e tem como propósito discorrer sobre os aspectos conceituais e os fatores de integração no contexto de refúgio.

2.1 Migração Forçada e a situação dos refugiados no Brasil e no mundo

O presente tópico irá abordar quatro pontos: a) reflexão sobre o conceito de migração forçada, b) contextualização sobre o deslocamento forçado, c) cenário brasileiro e d) evolução da linha de pesquisa sobre refúgio.

2.1.1 Nomenclaturas

Nos estudos sobre deslocamentos forçados, termos como migração, migração forçada, asilo, refúgio e deslocamento interno muitas vezes se interpõem e são utilizados como sinônimos, embora representem fenômenos distintos. Assim sendo, para uma compreensão adequada dessas terminologias, é essencial que seus conceitos e características sejam bem delimitados.

Migração, de forma ampla, é definida como uma mudança de residência, podendo ser permanente ou temporária, independentemente da distância ou motivo. Todo ato de migração é composto por três elementos: origem, destino e um conjunto de obstáculos (Lee, 1996). Partindo dessa definição, é vasta na literatura a subdivisão sobre os possíveis tipos migratórios, os quais, em determinados momentos podem se sobrepor.

O processo pode ser interno (mesmo país) ou externo (internacional), legal ou ilegal, baseando-se na autorização de entrada do Estado anfitrião, temporária ou permanente, voluntária/espontânea/proativa ou involuntária/forçada/reativa (Ramos, 2011). Essa última classificação é baseada no grau de autonomia dos indivíduos durante o processo.

A migração voluntária é caracterizada como um processo de deslocamento em que o indivíduo, por vontade própria opta por migrar. Tais movimentos são resultado de uma combinação de fatores de atração e repulsão, forças econômicas, políticas e sociais que impulsionam as pessoas a saírem de seu local de origem e irem em busca de uma nova

localidade. Exemplos de migrantes voluntários incluem profissionais, empreendedores e trabalhadores temporários (Richmond,1993).

Já a migração involuntária, pode ser definida como movimentos motivados por elementos de coerção que incluam ameaças a vida e a sobrevivência, seja por motivos de origem natural ou provocados pela ação humana. Os tipos de migrantes forçados incluem: solicitantes de asilo/refúgio, refugiados, deslocados internos e reassentados (Lee, 1996).

Asilo, por sua vez, é definido como uma proteção que um Estado oferece para estrangeiros que não podem receber proteção em seu país de nacionalidade ou residência particularmente por motivos de perseguição política. Quando a proteção é oferecida para além dos limites do território do Estado, por exemplo locais onde é concedida imunidade jurisdicional como locais de missão diplomática, residências de chefes de missões, navios de guerra ou aviões, o asilo é caracterizado como diplomático, quando tal proteção ocorre dentro do território do Estado protetor, é definido como territorial ou político (Ramos,2011).

Em relação ao refúgio, a definição mais utilizada internacionalmente, adotada pela Conferência das Nações Unidas, é a apresentada pela Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, a qual caracteriza o fenômeno como a migração de pessoas para fora de seu país de origem ou residência, causada por fundado temor de perseguição política, de raça, religião, origem ou participação em grupos sociais, conforme descrito a seguir:

Para os fins da presente Convenção, o termo "refugiado" se aplicará a qualquer pessoa que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (Resolução n. 429 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 28 de julho de 1951).

No Brasil, a terminologia é definida pela Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Baseada na Declaração de Cartagena de 1984, a lei adota a definição ampliada de refúgio que, além de incluir os itens apresentados na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, acrescenta um terceiro item. Nele, também pode ser considerando como refugiado o indivíduo que tenha saído de seu local de origem por sentir que sua vida, liberdade ou segurança está ameaçada por causa de conflitos internos, violência generalizada, violação dos direitos humanos, ou outros motivos que desestabilizem a ordem pública:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

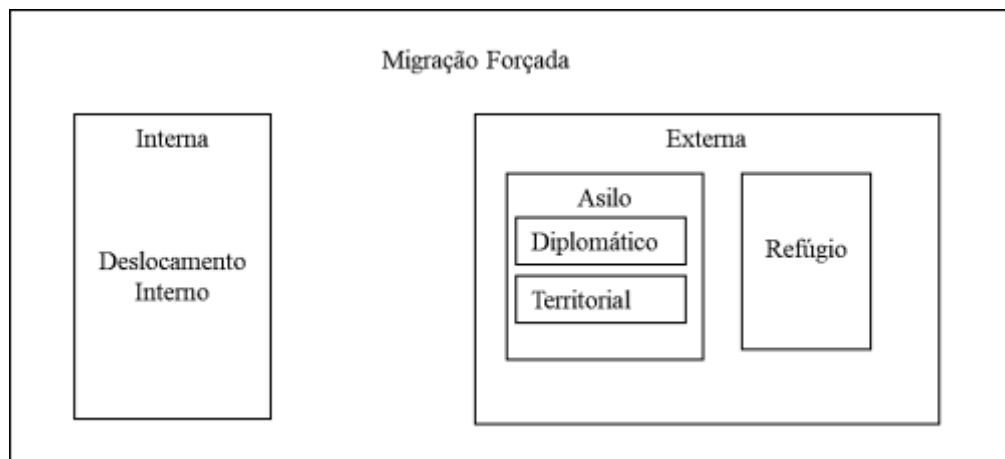
II - Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - Devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

O termo refugiado é um dos mais poderosos rótulos quando analisado o repertório das preocupações humanitárias, políticas públicas nacionais e internacionais e diferenciação social. Faz referência a necessidade, crise e condições associadas a pobreza e privação e abrange questões como reassentamento, assimilação e probabilidade de repatriamento voluntário. Esse “rótulo”, ao mesmo tempo que institucionaliza um *status*, o torna um estereótipo. A definição ainda indica uma mudança extrema na estrutura normal e na vida econômica, social e cultural para quem a recebe (Zetter, 1988).

Além da definição geral, é possível ainda encontrar subcategorias, como refugiados de fato e refugiado a posteriori. O primeiro diz respeito a indivíduos que não são reconhecidos como refugiados pelo Estatuto dos Refugiados de 1951 e nem pelo Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados, de 1967, mas, por razões tidas como válidas, não querem ou não podem regressar ao seu país de origem ou residência habitual. O segundo, refere-se a pessoas que abandonam o país de origem e se tornam refugiadas posteriormente, ou seja, passam a ter um fundado receio de perseguição motivados por um golpe de Estado ou intensificação de repressões políticas após sua partida (*Glossary on Migration*, 2011).

Por fim, deslocamento interno é o deslocamento de indivíduos, dentro das fronteiras do seu próprio país, que são obrigados a deixarem sua residência como resultado (ou para evitar) conflitos armados, situações de violência generalizada, violação dos direitos humanos, desastres de causa natural ou humana (*Glossary on Migration*, 2011).

Figura 1. Migração Forçada: Definições

Fonte: Elaborado pela Autora (2019).

A presente pesquisa focará sua análise na população refugiada. Dessa forma, os próximos tópicos abordarão a questão do refúgio, em âmbito internacional e nacional, e o estado da produção acadêmica sobre o assunto.

2.1.2 Contextualização

O deslocamento forçado ocorre desde o início da humanidade, há registros históricos que regras bem definidas de refúgio já existiam desde a idade antiga em regiões como Grécia, Egito, Roma e Mesopotâmia. Nesse período, a migração era causada principalmente por perseguições religiosas. Embora tão antigo, apenas com acontecimentos no início do século XX, como a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa, os quais provocaram um deslocamento massivo de cerca de 1,5 milhões de pessoas, o assunto ganhou uma atenção maior da comunidade internacional (Barreto, 2010).

Até então, o Direito Internacional não contava com órgãos ou estatutos internacionais destinados a pessoas que necessitavam de abrigo em outro país, cada Estado possuía suas próprias leis e procedimentos. Somente em 1921, foi estabelecido pela Sociedade das Nações, um Alto Comissariado para refugiados cujo propósito inicial era lidar com refugiados russos, (Ramos, 2011). Após esses acontecimentos, o fenômeno voltou a ser foco de discussões com a Segunda Guerra Mundial, a qual provocou um deslocamento forçado em massa.

Nesse período, importantes medidas internacionais para o auxílio dos refugiados passaram a ser discutidas. Em 1950, foi criado o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), órgão da Assembleia Geral das Nações Unidas e principal instituição mundial no auxílio aos indivíduos deslocados por guerras, perseguições, conflitos. Em 1951, foi aprovada a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, a qual apresentou de forma

genérica a definição de refugiado, seus direitos e deveres, uma vez que os tratados anteriores eram aplicados apenas a grupos específicos.

Passados esses acontecimentos, a temática voltou a ganhar grande relevância no início dos anos 2000, tendo em vista o crescente fluxo de pessoas em âmbito mundial que foram obrigadas a migrar por diversos motivos. Dentre eles destacam-se o aumento de guerras civis e conflitos internos em diferentes nacionalidades africanas, o qual já provocou o deslocamento de mais de 1 milhão de pessoas, e a Primavera Árabe em 2011, caracterizada como a revolta de diversos países contra as ditaduras árabes. Inicialmente no Egito e na Tunísia, as manifestações se espalharam para países como Iêmen, Líbia e Síria (Ramos, 2011).

Tal situação, dentre outros fatores, culminou na Guerra da Síria em março de 2011. Considerada uma catástrofe humanitária, foi agravada pela internacionalização do conflito e o envolvimento de outros Estados e interesses estrangeiros na disputa. Mais recentemente, a crise migratória na Venezuela, que se iniciou em 2016 e vem sendo agravada nos últimos anos, também teve como consequência, até o momento, o deslocamento forçado de mais de 3 milhões de pessoas. Todos esses acontecimentos fizeram com que o período atual fosse caracterizado como a maior crise de migração desde a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com o último relatório mundial do ACNUR (2019), em 2018 foram registrados 25.9 milhões de refugiados reconhecidos legalmente, representando o sétimo ano consecutivo de aumento. Nesse cenário, a Síria se configurou como o local de origem com o maior volume de indivíduos (6.7 milhões). Em relação aos países anfitriões, a Turquia foi a região que recebeu a maior quantidade de migrantes nessa situação (3.7 milhões).

Tabela 1. Refugiados reconhecidos e países anfitriões (2018)

Principais Países de Origem		Principais Países de Destino	
Síria	6.7 milhões	Turquia	3.7 milhões
Afganistão	2.7 milhões	Paquistão	1.4 milhões
Sudão do Sul	2.3 milhões	Uganda	1.2 milhões
Mianmar	1.1 milhões	Sudão	1 milhão
Somália	949.700	Alemanha	1 milhão
Sudão	724.800	Irã	979.400
Congo	720.300	Líbano	949.700
República Centro Africana	590.900	Bangladesh	906.600
Eritreia	507.300	Etiópia	903.200
		Jordânia	
Burundi	387.300		715.300

Fonte: Global Trends - Forced Displacement in 2018 (2019)

O número de solicitantes de refúgio, indivíduos que aguardam a avaliação de seus pedidos pelos sistemas nacionais também aumentou. Em 2018 foram realizadas 2.1 milhões

novas solicitações, contra 1.9 milhões em 2017. O principal país de origem de migrantes nessas condições foi a Venezuela (341.800). Em relação aos locais anfitriões, os Estados Unidos receberam o maior número de aplicações (254.300) (ACNUR,2019).

Tabela 2. Solicitantes de refúgio e países anfitriões (2018)

Principais Países de Origem		Principais Países de Destino	
Venezuela	341800	Estados Unidos	254.300
Afganistão	107500	Peru	192.500
Síria	106200	Alemanha	161.900
Iraque	72600	França	114.500
Congo	61100	Turquia	83.800
El Salvador	46800	Brasil	80.000
Eritreia	42000	Grécia	65.000
Honduras	41500	Espanha	55.700
Nigéria	39200	Canadá	55.400
Paquistão	35800	Itália	48.900

Fonte: Global Trends - Forced Displacement in 2018 (2019).

2.1.3 Brasil

O Brasil foi o primeiro local na América do Sul a elaborar uma legislação específica para o refúgio, a qual ocorreu em 1997 com a regulamentação do Estatuto do Refugiado e com a fundação do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão multiministerial residido pelo Ministério da Justiça e com representantes nas seguintes instituições: Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Departamento da Polícia Federal; Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e Rio de Janeiro; e Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Esse último com direito a voz, mas sem voto. Com o objetivo de registrar os pedidos de refúgio, a instituição também estabelece se os solicitantes possuem as condições necessárias para serem considerados legalmente como refugiados e coordena as políticas necessárias para garantir assistência a população refugiada que chega ao país.

Quando analisado o histórico de refugiados no país, as populações angolanas e liberianas apresentam os registros mais antigos de migração. No caso da Angola, foram resultado de uma longa guerra civil entre o governo e forças rebeldes que se iniciou em 1975 e terminou em 2002. No caso da Libéria, por sua vez, os primeiros fluxos ocorreram durante a década de 1980 decorrente de um golpe militar e posteriormente devido a guerras civis. A partir de 2000, o fluxo de colombianos, motivados por conflitos internos, ganhou destaque no cenário brasileiro. Posteriormente, o país foi marcado pelas solicitações de refúgio realizadas

principalmente por sírios, decorrentes da guerra civil que teve início na Primavera Árabe (Lima, Munoz, Nazareno, & Amaral, 2017).

Nos últimos quatro anos, contudo, foi possível observar uma mudança no perfil populacional de migrantes forçados que chegam ao Brasil, dado principalmente o crescimento significativo no número de venezuelanos que buscam abrigo. Isso se deve a grave crise socioeconômica e política que a Venezuela enfrenta, marcada por severa contração econômica, alto índice de desemprego, escassez de produtos básicos. Tais fatores provocaram o aumento significativo do nível de pobreza, além de violentos conflitos políticos.

Segundo dados disponíveis pelo Conare (2019), em 2018, das 80.057 solicitações de refúgio registradas no Brasil, 61.681, foram de migrantes da Venezuela. O segundo maior número de aplicações foi do Haiti (7.000). A região que recebeu o maior número de pedidos foi a Norte, sendo Roraima e Amazonas, respectivamente, os principais estados. O segundo maior número de registros foi no Sudeste no Estado de São Paulo. Por fim, tem se a região Sul, sendo a maior parte dos pedidos provenientes de Santa Catarina e Paraná.

Tabela 3. Solicitação anual de refúgio no Brasil (2010- 2018)

Ano	Solicitações de Refúgio	Solicitações Avaliadas	Solicitações Aprovadas	Solicitações a Avaliadas (%)	Solicitações Aprovadas (%)
2010	966	394	126	41%	13%
2011	3220	409	124	13%	4%
2012	4022	606	199	15%	5%
2013	17631	1293	691	7%	4%
2014	28385	2414	2288	9%	8%
2015	28670	1667	1231	6%	4%
2016	10308	1986	886	19%	9%
2017	33865	1179	473	3%	1%
2018	80.057	13.084	777	16%	1%

Fonte: Refúgio em número- 4ª edição (2019)

A partir dos dados apresentados na tabela, nota-se que tanto a porcentagem de solicitações avaliadas como a de aprovadas é baixa e vem apresentando uma trajetória decrescente. De acordo com o Conare (2019), desde 2011 até o final de 2018 foram reconhecidos no país 11.231 refugiados. Desse total, a população síria representa a maioria (40%), seguida pela população da República Democrática do Congo (14%), Colômbia (4%), Palestina (4%), Paquistão (4%), Mali, Iraque, Angola, República da Guiné, Afeganistão e Camarões totalizando (7%) e outras nacionalidades (30%).

Dos 11. 231 reconhecidos pelo Estado brasileiro, até o final de 2018 apenas 6.554 residiam em território nacional, sendo a maioria (36%) refugiados da Síria. A população

restante é da seguinte origem: República Democrática do Congo (15%), Angola (9%), Colômbia (7%), Venezuela (3%), Paquistão (3%), Iraque (2%), Bolívia (2%), Palestina (2%), Mali (2%) e outros (17%). Desse total, 72% são do sexo masculino e 28% feminino. Tendo em vista o aumento significativo do número de venezuelanos que procuram abrigo no Brasil, o próximo tópico discutirá as causas dessa migração e os seus efeitos no país.

2.1.3.1 A migração venezuelana no Brasil.

A situação atual em que a Venezuela se encontra pode ser explicada por três motivos principais: 1) a tensão política, dado o contexto de questionamento da legitimidade do governo de Nicolas Maduro, juntamente com os conflitos internacionais; 2) a instabilidade econômica caracterizada por um cenário de inflação descontrolada, desemprego e a crise generalizada de abastecimento de produtos e acesso a serviços ; e 3) a tensão social revelada principalmente pelos altos índices de criminalidade (Vaz, 2016).

Nesse sentido, a situação venezuelana pode se configurar como uma crise econômica, política e humanitária, marcada pelo desgaste do regime político, desequilíbrio da economia e insatisfação popular (Calixto, Mèrcher, 2018). Além disso, a crise no país tem aspectos morais e humanitários, dado que ele não possui mais as condições necessárias para que seus cidadãos tenham um padrão de vida aceitável (Pinto&Obregon, 2018).

Os efeitos dessa crise não estão somente na Venezuela, mas se expandem para os locais que recebem o fluxo migratório vindo de lá. No caso do Brasil, de acordo com o Conare (2019), de 2016, ano que as migrações no país se intensificaram, até 2018, foram registradas 82.921 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado. De todos esses casos, apenas 2935 foram avaliados, sendo 1 pedido indeferido, 5 aprovados, 809 arquivados e 2120 extintos.

Além da solicitação de refúgio é oferecido pelo Estado mais uma alternativa para regulamentação do status legal, a solicitação de residência, com base no princípio de acolhida humanitária. Dessa forma, ao chegar no país o migrante pode escolher que tipo de solicitação deseja fazer (refúgio ou residência). De acordo com dados da Polícia Federal, disponíveis no relatório Situação Venezuela – Resposta Humanitária – ACNUR Brasil (2018) de 2014 até outubro de 2018 foram recebidas 26.615 solicitações de residência.

Em relação às diferenças, os solicitantes de refúgio recebem um documento provisório com validade de um ano, já os solicitantes de residência recebem uma Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) que tem a duração de dois anos.

Ainda, em junho de 2018, o Conare decidiu reconhecer a situação de “grave e generalizada violação de direitos humanos” na Venezuela, com fundamento no inciso III do art.

1º da Lei nº 9.474, de 1997. O objetivo dessa decisão é possibilitar a adoção de procedimentos simplificados no processo de determinação da condição de refugiado.

2.1.4 Estado da arte

O estudo sobre refugiados emerge de duas fontes. A primeira delas é histórica e inicialmente buscava olhar para o deslocamento no período Pós Segunda Guerra Mundial. A segunda reside nos domínios discursivos e institucionais que incluem legislação internacional, estudos de agências internacionais e literatura acadêmica (Malkki, 1995).

No âmbito teórico, a pesquisa sobre refúgio derivou de uma das vertentes da área de migração, mais precisamente migração forçada, abordada inicialmente pela sociologia e geografia. O objetivo inicial nesses campos era discutir as características conceituais do movimento a partir de determinantes individuais e estruturais. Nessa perspectiva, o refúgio era utilizado apenas para caracterizar uma forma de movimento (Richmond, 1993).

Apesar de investigações preliminares, o conceito de refugiado como uma categoria social e legal, com dimensões globais foi formalizado no período Pós Segunda Guerra mundial, época em que os campos de refugiados passaram a ser uma forma padronizada de gerenciar a população deslocada forçadamente. Compreender os aspectos envolvidos nessa organização espacial fez com que o refúgio surgisse como uma área de estudo científico e foi o primeiro passo para ele ganhar características próprias (Black, 2001).

Os estudos posteriores a tal data foram concentrados, em sua maioria, no impacto do deslocamento e nos padrões de adaptação dos refugiados em um novo ambiente social (Hathaway, 2007). O quadro de produção acadêmica sobre o assunto começou a ser alterado apenas na década de 80, época classificada como um marco inicial para a consolidação dos estudos e o reconhecimento da pesquisa sobre refúgio como uma área independente (Harrelbond & Voutira, 2007).

A fase foi caracterizada por produções que focavam principalmente na inserção de refugiados vietnamitas, dado o fim da Guerra do Vietnã que ocorreu em 1975. Mesmo com produções mais contextuais, aspectos mais subjetivos, como impactos psicológicos e saúde mental dos refugiados começaram a ser contemplados e um olhar mais crítico passou a ser feito pelos teóricos do campo.

Foi constatado que a maioria dos estudos, até então, tinham caráter etnográfico e que a construção teórica na área ainda precisava ser aprimorada. Dentre os tópicos que necessitavam de maior desenvolvimento, destacavam-se as características das mudanças sociais enfrentadas

pelos refugiados, a complexidade da relação entre hospedeiro- migrante, políticas públicas, assuntos jurídicos e questões como equidade, justiça e direitos (Black, 2001).

Durante esse período surgiram ainda importantes produções como a tipologia criada por Kunz (1981). que elaborou um modelo para classificar o perfil dos refugiados e das sociedades hospedeiras. De acordo com o autor, os refugiados poderiam ser caracterizados em três grupos distintos: identificação majoritária, alienados sociais e auto- alienados.

O primeiro é classificado por aqueles convictos de que sua oposição a algum aspecto do país de origem é compartilhada pelos migrantes de mesma nacionalidade que ele, o segundo tipo é aquele em que o indivíduo se sente ambivalente em relação aos seus compatriotas, ou seja, quer se identificar com a nação, mas por algum motivo percebe rejeição (social, racial, religiosa, etc), por exemplo o caso dos judeus. Por fim, o terceiro grupo é definido pela população que, por alguma razão ideológica muito forte não se identifica com a sua nação, em alguns casos podem ser confundidos como migrantes voluntários.

Ainda, Kunz (1981) propõe uma classificação para as sociedades que recebem os refugiados: sociedades argumentativas e sociedades e autossuficientes. Sociedades argumentativas foram definidas como aquelas que têm baixa população e por isso tendem a ver o refugiado como imigrantes permanentes que irão contribuir no crescimento populacional e econômico da região, ignorando o fato de que talvez eles queiram voltar para o seu local de origem ou ir para outro lugar.

Nesse tipo de cenário, é esperado que o refugiado se adapte aos cultura do novo lugar. Já as sociedades autossuficientes foram caracterizadas como locais superpopulosos onde os migrantes forçados são vistos de maneira negativa. Contudo, por serem mais maduras e diversas, tendem a não exigir que os recém-chegados adotem uma determinada maneira de viver ou costumes pré-estabelecidos.

A principal ideia pressuposta no modelo é a de que as diferenças de perfil do refugiado e das sociedades receptoras são fatores que influenciam de maneira direta a relação estabelecida entre os dois grupos. Até então, esses aspectos, fundamentais para o entendimento completo do fenômeno da migração forçada, não haviam sido contemplados no campo de pesquisa, um dos motivos que faz com que a contribuição de Kunz (1981) tenha agregado muito para a compreensão teórica da área.

Outro importante conceito apresentado nessa época foi a noção de integração proposta por Kuhlman (1990). Até então a ideia havia sido abordada apenas a partir da noção de troca cultural entre grupos minoritários e majoritários no contexto de migrantes voluntários, no caso da migração forçada, ela era, de forma geral, traduzida no termo reassentamento.

Nessa década, em 1988 especificamente, também foi criado um dos mais importantes e interdisciplinares periódicos sobre refúgio, o *Journal of Refugee Studies*, com o objetivo de contemplar as características da rápida mudança social enfrentada pelos refugiados. Ainda, seu foco estava em compreender a complexidade das inter-relações hospedeiro-migrante, os padrões disjuntivos e paradoxais de respostas e o comportamento em indivíduos e grupos afligidos pelo status de refugiado Zetter (1988),

Até então, um volume substancial de estudos na área tinha sido dominado pelos requisitos das agências internacionais, que propunham formas convencionais de análise de políticas, avaliação de projetos e programas, dada a ajuda significativa oferecidas por essas instituições às comunidades atingidas pelos refugiados (Black, 2001). Dessa forma, a criação do *Journal* foi importante para o avanço da produção literária sobre refugiados visto ser um periódico focado no assunto que almejava produzir, de forma multidisciplinar, construções teóricas sobre o tema.

Todos esses fatores refletiram nas produções posteriores do campo. Isso pois, as décadas de 90 e 2000 foram marcadas pelo aumento relevante no volume de publicações sobre o assunto e mudança nas características das produções. O termo integração e a análise individual de possíveis fatores de influência começaram a ser abordados nas pesquisas. Além disso, aspectos mais subjetivos como preconceito, identidade também passaram a ser incorporados (Chimni, 2009).

Assim, ao examinar a literatura sobre refugiados, desde seu estágio inicial até o presente momento, é possível perceber o trajeto que o campo percorreu, bem como indícios das características dos estudos futuros. As pesquisas da área sempre estiveram muito ligadas a questões políticas e sociais, seus picos coincidem com momentos de aumento de diáspora causados por guerras, questões políticas. Ainda, por serem muito contextuais é difícil encontrar teorias gerais sobre o assunto, contudo, nota-se que uma abordagem muito mais holística do fenômeno foi sendo desenvolvida ao longo dos últimos anos.

Apesar da grande representatividade do tópico na pesquisa acadêmica é presente na literatura a discussão se o refúgio pode ser considerado um campo teórico (Black, 2001; Cooper, 1994; Escalona & Black, 1995; Voutira & Doná, 2007). Cooper (1994) aponta um descompasso na área ao identificar na literatura a predominância de trabalhos aplicados, tendo como foco um país ou tipo de refugiado específico. Além disso, afirma que pouca construção teórica surgiu no campo como um todo e os estudos da área são caracterizados como descritivos e com foco em políticas públicas.

Isso, pois, para o autor o estudo da migração forçada sofreu uma grande fragmentação e há uma grande dificuldade de se construir um conhecimento sistemático a partir disso. Tal necessidade de estudos fragmentados de políticas, que produzam resultados rápidos, estaria militando contra a pesquisa de alta qualidade e a comunidade de estudiosos que emergisse na área correria o risco de se isolar e marginalizar de outras disciplinas estabelecidas. Bach (1995) em contrapartida alega que essa fragmentação na verdade representava uma maior multidisciplinaridade e que os pesquisadores da área já não estavam mais em uma situação em que as agências internacionais e as políticas individuais dos estados determinavam a agenda inteira de pesquisa.

Ainda Black (2001), Voitura (2007) e Zettler (1988) defendem que o tópico de refúgio pode ser considerado um campo multidisciplinar de estudos pois apresentam metodologias próprias de pesquisas, aspectos teóricos bem consolidados e uma série de especificidades que as tornam mais do que uma categoria dentro do campo de migração forçada.

Por fim, apesar de não se ter uma concordância dos pesquisadores da área sobre o assunto, pela revisão da literatura fica evidente que, desde os estudos iniciais, a pesquisa se desenvolveu em torno de investigar a relação dos refugiados em uma nova sociedade. Diante desse contexto, o conceito de integração e os fatores envolvidos no processo se apresentaram como tópicos centrais de estudo da área. Dessa forma, a próxima seção fará uma discussão sobre os aspectos conceituais do termo, seus elementos e como eles vêm sendo abordados na literatura.

2.2 Integração do Refugiado na comunidade anfitriã

O presente capítulo apresentará um panorama geral de como a integração vem sendo estudada em diferentes abordagens, em seguida será feita uma discussão de como esse tópico é entendido em um cenário de expatriação, mas especificamente, migração forçada. Por fim, serão retratados os fatores facilitadores e dificultadores envolvidos no processo.

2.2.1 Aspectos Conceituais

O conceito de integração é discutido em diversas áreas, como acadêmica, política e prática (Castle, 2002). De um panorama macro, diz respeito às características de um sistema social, por exemplo, a sociedade. Nesse contexto, quanto mais integrada for uma sociedade, mais próximas são as relações entre os seus membros. Também pode ser analisado no nível de grupos e indivíduos. A ideia nessa perspectiva é a de que tanto os grupos como os indivíduos

possuem um determinado grau de integração com uma dada sociedade e que é possível a sua mensuração (Entzinger & Biezeveld, 2003).

No campo das ciências sociais, o estudo sobre o assunto se originou com as pesquisas de Conte e Spencer, entre 1800 e 1900. A atenção inicial no período era a compreensão sobre o conceito de grupo, sua diferença para um aglomerado de indivíduos e como ocorria o processo de inserção de pequenos grupos em grupos sociais maiores (Landecker, 1951). O interesse por essa interação grupal em um contexto de migração surgiu no início do século XX, a princípio nos Estados Unidos, que no momento recebia um grande fluxo migratório e posteriormente na Europa, no período pós Segunda Guerra Mundial (Cheung & Phillimore, 2014).

Apesar do surgimento de interesse no início do século XX, o termo “integração” foi popularizado na década de 50 pela Escola de Sociologia Urbana de Chicago junto com o conceito de “assimilação”. Ambas as terminologias foram utilizadas inicialmente como sinônimas para se referir a esse processo de adaptação e interação dos imigrantes em uma nova sociedade (Hamberger, 2009).

A ideia é de que um lado, tem-se os migrantes que, ao chegarem em uma nova sociedade se enxergam como diferentes e tem que, de alguma forma serem aceitos e adquirirem um novo lugar nela, tanto em aspectos físicos (casa, trabalho, renda e acesso à serviços) como em âmbitos sociais e culturais. De outro lado, tem-se a visão dos indivíduos anfitriões que classificam os recém-chegados, baseados em atributos como status legal, aparência física ou diferenças culturais, como outros. Tal percepção influencia as relações interpessoais desenvolvidas por esses grupos e, em nível coletivo, define o que é ‘ingroups’ e ‘out-groups’ (Phenix, 2004).

Na perspectiva norte americana, o fenômeno foi popularizado como assimilação. Acreditava-se que os imigrantes e seus descendentes, em um período de duas a três gerações, se tornariam semelhantes, ou seja, se assimilariam a aos cidadãos e a cultura da sociedade anfitriã, de forma que não seria possível identificar nenhuma diferença entre ambos os grupos (Schneider & Crul, 2010). No cenário europeu, por sua vez, o termo integração foi considerado como mais apropriado para classificar o processo de inserção de imigrantes. Isso porque a ideia de assimilação (unificação cultural com a sociedade anfitriã) era incompatível com a sua estrutura de sociedade multicultural (Kamali, 1999).

Após a popularização inicial dos termos, o conceito de assimilação passou a ser fortemente criticado durante a década de 1960, primeiramente nas áreas acadêmicas e posteriormente na sociedade no geral. Observou-se que, mesmo depois de algumas gerações, ainda era possível notar diferenças significativas entre os indivíduos migrantes e os da

sociedade receptora (Entzinger & Biezeveld, 2003). Nesse sentido, os dois termos foram diferenciados como ajustes sociais diferentes.

Assimilação foi definida como uma condição em que os migrantes e seus descendentes estariam imersos completamente na nova sociedade e sua cultura e que não poderiam ser distinguidos dos nativos. Integração, por sua vez, foi caracterizada como o processo em que o migrante faz parte das estruturas funcionais da sociedade receptora como mercado de trabalho, participa livremente de suas atividades e incorpora diversos comportamentos e atitudes dessa sociedade, mas ao mesmo tempo mantém parte de sua cultura e identidade original (Bernard, 1973). As divergências de terminologia refletem os diferentes discursos e arranjos institucionais desenvolvidos para responder aos desafios das rápidas mudanças sociais que ocorreram em tais sociedades. (Schneider & Crul, 2010).

Com a evolução da pesquisa, o fenômeno começou a ser classificado de outras maneiras e novas terminologias como absorção, aculturação, acomodação, incorporação, inclusão, participação passaram a ser utilizados como sinônimos (Castle, 2002). Apesar das diferentes nomenclaturas, integração ainda é o termo mais utilizado para explicar o processo de inserção dos migrantes em uma nova sociedade (Favell, 2003).

Outro ponto é o de que a literatura, ao discutir o conceito, passou a analisar o migrante voluntário e forçado sob uma mesma perspectiva. Embora existam pontos de semelhança na integração desses dois perfis, há algumas diferenças que devem ser levadas em consideração (Cortes, 2004). Em contraste com os imigrantes que mudaram voluntariamente de seu país, os refugiados são indivíduos que foram forçados a sair de seu local de origem.

Por terem que abandonar seus lares involuntariamente, raramente tem tempo para se prepararem para um novo ambiente e cultura. Além disso, muitas vezes carecem de recursos financeiros e de conhecimentos da língua do novo local, o que dificulta a adaptação em várias áreas, dentre elas a inserção no mercado de trabalho (Gericke; Burmeister; Löwe.; Deller & Pundt, 2018). Essas circunstâncias tornam os refugiados um grupo fortemente desfavorecido quando comparados com outros perfis de migrantes (Yakushko et al., 2008).

Ainda, o processo de integração é condicionado por fatores estruturais, os quais podem ser diferentes para migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados reconhecidos. Dessa forma, as discussões de integração devem explorar as políticas e as variáveis que resultam dessa classificação oficial, as quais podem ser diferentes de acordo com o contexto (Castle et al, 2002). Tendo como foco a integração no campo da migração forçada especificamente, o termo surgiu não só como uma resposta acadêmica, mas também política para compreender o processo

de adaptação dos refugiados em um cenário de migração internacional (Threadgold & Court, 2005).

Tal entendimento é um ponto central na agenda da área (Kirkwood, McKinlay & McVittie, 2014). A maneira como o conceito de integração é definida tem implicações importantes, não apenas em termos de pesquisa, mas também em relação à política e às experiências dos solicitantes de asilo e dos refugiados. Contudo, dada a abrangência do processo e as variáveis envolvidas, não é possível encontrar uma resposta única ou amplamente aceita, além disso, o conceito ainda é controverso, amplamente debatido, criticado e apontado constantemente na literatura como caótico e inconsistente (Puma et al., 2018; Smyth, Stewart, & Lomba, 2010; Strang & Ager, 2010). Isso pois, sua classificação é baseada no interesse e perspectiva daqueles que o utilizam, podendo variar de acordo com o tempo, contexto e o setor (Da Lomba, 2010).

Apesar da falta de um conceito claro, de modo geral, há dois tipos de definição na literatura. A primeira enxerga a integração como um processo de uma via. Nessa visão, os refugiados são totalmente responsáveis por se adaptarem à sociedade anfitriã. Esse é o caso do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) que classifica a integração como uma das possíveis soluções duráveis para o problema do refúgio e como um processo de assimilação em que o refugiado se insere na vida econômica e social de uma nova comunidade. Em tal conceptualização, as ideias de assimilação e integração são utilizadas como sinônimo e em nenhum momento é apresentada a responsabilidade da sociedade anfitriã no processo (Puma et al., 2018).

Outra crítica a tal abordagem é a de que aqueles que não conseguem atingir os mesmos objetivos de adaptação e, portanto, não se integram, se tornam um problema para as sociedades de acolhimento (Strang & Ager, 2010). Além disso, ela não reconhece a diversidade cultural e social da população migrante e anfitriã (Da Lomba, 2010).

A segunda define integração como um fenômeno de duas vias, o qual é caracterizado pelo envolvimento dos refugiados, bem como da sociedade anfitriã no processo (Ager & Strang, 2004). Nessa visão, tanto os recém-chegados como os cidadãos desempenham papéis importantes no processo. A presente aproximação é a mais utilizada na literatura, sendo crescente o número de estudos que adotam essa abordagem (Puma *et al.*, 2018)

Em tal perspectiva, integração pode ser caracterizada como um projeto de continuidade marcado desde a saída do refugiado de seu país de origem até participação completa em todas as esferas da sociedade, sendo que durante o processo deve ser levado em consideração a

receptividade da comunidade anfitriã (Valtonen, 2004). Também é possível encontrar essa classificação na definição apresentada por Farrugia (2009) que conceitua integração como um processo de duas vias, o qual envolve a adaptação do migrante na comunidade anfitriã e a adaptação da comunidade anfitriã ao receber o migrante.

Ainda, é importante ressaltar que, como um processo de duas vias, a atenção não deve estar apenas nos recém-chegados, mas também no contexto jurídico e político mais amplo no qual esses indivíduos se integram (Valtonen, 2004). Assim, a questão não deve ser apenas em analisar “como essa parcela populacional se integra”, mas o quanto isso é permitido.

O problema dessa premissa é que ela considera o acesso a recursos como iguais nos dois grupos e não leva em consideração que a chegada dos refugiados pode aumentar os conflitos e desestruturar o local anfitrião (Phillimore, 2011). Além disso, traz uma pressuposição implícita de que os grupos majoritários e minoritários são distintos, mas homogêneos, ou seja, mesmo apresentando características diferentes se encontram em condições igualitárias (Strang & Ager, 2010).

No âmbito social, a inexistência de uma definição amplamente aceita do que constitui a integração torna significativamente difícil a compreensão plena das expectativas da comunidade anfitriã pelos recém-chegados, deixando-os expostos e vulneráveis a possíveis variações de suas políticas (George, 2006). No campo teórico, a falta de uma definição clara do que venha a ser integração faz com que o termo esteja sujeito a um considerável alongamento conceitual. Isso, pois ele pode ser usado para descrever uma ampla variedade de processos, pode significar um meio ou um fim e ser mensurado por diversas maneiras (Mulvey, 2015). Além disso, a ausência de clareza dificulta a compreensão e análise de sua efetividade nas sociedades anfitriãs (Puma et al., 2018).

Dado o alto nível de complexidade sobre o entendimento do termo, outras questões também são importantes quando o termo é discutido: quais são as dimensões em que o refugiado deve se integrar? Ou ainda, em que nível a integração deve ser analisada, comunidade, cidade, sociedade ou país? (Threadgold & Court, 2005).

2.2.2 Integração em quê?

É cada vez mais destacado na literatura a importância da integração no nível da comunidade e o seu impacto na identidade, senso de lugar e pertencimento dos refugiados (Kirkwood; Mckinlay & Mcvittie, 2014). Isso, pois os refugiados tendem a experimentar a integração muito mais a nível local, ao invés de se integrarem com os valores nacionais da

sociedade anfitriã (Phillimore, 2011; Mulvey, 2013). Assim sendo, outra questão também deve ser discutida, o que vem a ser comunidade?

Comunidade, assim como integração é um conceito complexo e multidimensional (Lewis, 2010). Ela implica no compartilhamento de espaços, hábitos e valores. A diferença de um grupo qualquer para um grupo a que se chama de comunidade está no grau de influência que este exerce no indivíduo (Mocellim, 2011). Tradicionalmente, comunidade pode ser vista como uma rede de associações inter-relacionadas, formais e informais, cuja função principal é a resolução de problemas para a sociedade local. Numa sociedade em mudança, a comunidade pode ser vista como um processo de resolução de problemas que fornece o ajuste necessário para a vida local (Kaufman, 1959).

Ela pode ser vista ainda como uma experiência que faz com que o indivíduo se esvazie e se vincule, partindo para relações que compõe sua própria vitalidade. Dessa forma, uma análise sobre o conceito não pode limitar-se ao estudo do que é substancial, deve se levar em conta que estar na comunidade constitui uma experiência de subtração e perda de si. Tal fator é o que faz algo ser definido como comunidade e não apenas como um ‘aglomerado’ humano (Yamamoto, 2013). Para o presente trabalho, comunidade será considerada como: como um grupo de indivíduos que vivem e interagem em um lugar específico e são afetados pelos eventos que acontecem nesse lugar.

Mesmo diante de importantes questões conceituais, o foco da pesquisa de integração não deve se resumir apenas em discutir as abordagens distintas sobre a definição do termo ou nível em que ele é analisado. É necessário que sua operacionalização, impacto e influência sejam compreendidos em diferentes contextos. Dado seu aspecto multidimensional, é fundamental também que os atributos que o compõem e que o afetam sejam explorados (Phillimore & Goodson, 2008). Tais pontos serão discutidos a seguir.

2.2.3 Dimensões de Integração

Visto integração ser um conceito multidimensional, há um esforço na área para compreender as principais dimensões que compõem esse processo. Castle *et al* (2002), na tentativa de um entendimento mais aprofundado dessas esferas, propõe uma matriz para que o processo de integração seja compreendido: condições de saída (fatores sobre as características socio- econômicas e políticas do local de origem), categoria de entrada (migrante voluntário ou

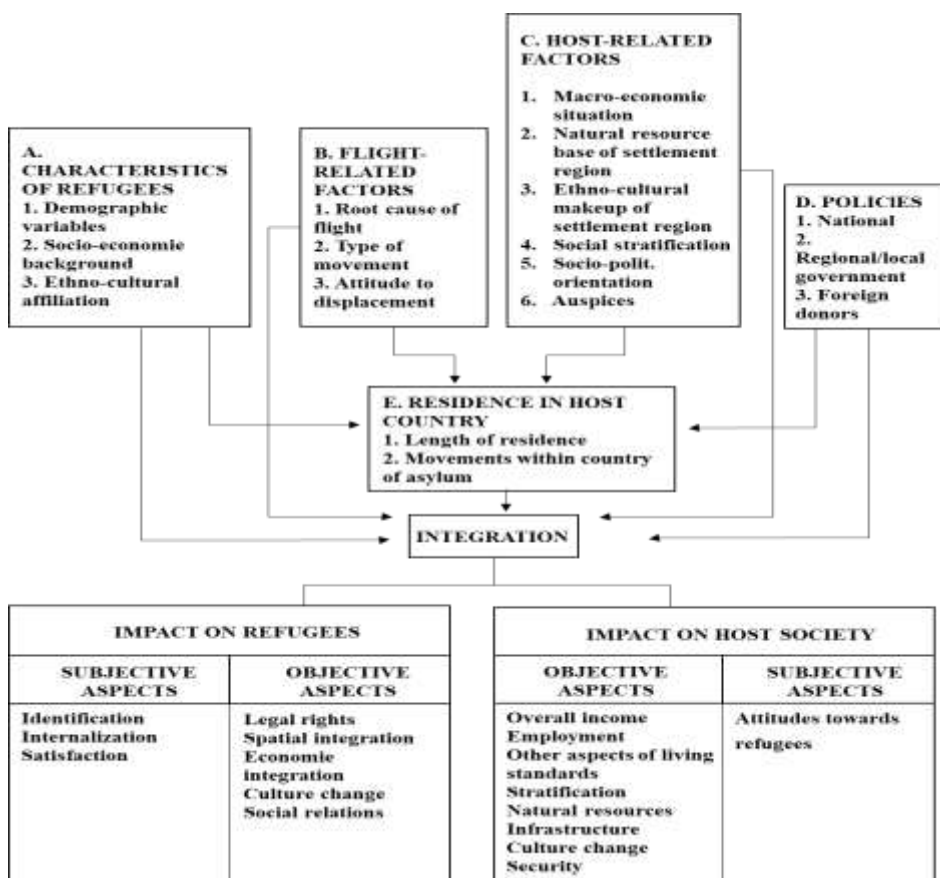
involuntário), status legal, características dos entrantes (idade, gênero, local de origem, etnia, presença da família, escolaridade, religião, profissão), características étnicas da comunidade anfitriã (e condições do contexto anfitrião (governo, mercado de trabalho, opinião pública, entidades não governamentais).

O processo também foi dividido entre aspectos sociais e culturais. A integração cultural pode ser compreendida como o conhecimento da língua da sociedade anfitriã, algum conhecimento sobre o funcionamento da sociedade e respeito por suas normas básicas. A integração social por sua vez é classificada como a inserção nas áreas de educação e políticas públicas (Hamberger, 2009). Em uma perspectiva diferente, o fenômeno pode ser dividido nas áreas socioeconômica, político-legal e atitude da sociedade receptora (Entzinger & Biezeveld, 2003).

Além das dimensões, outra questão central nos estudos de integração tem sido o esforço de identificar o conjunto de fatores que agem como indicadores de integração e que explicam padrões progressivos, regressivos ou estáveis no processo (Farrugia, 2009). Uma tentativa inicial de fazer a sistematização desses fatores surgiu na década de 90 e foi desenvolvida por Kulman (1990), que propôs um quadro teórico para explicar a integração econômica dos refugiados no contexto de países subdesenvolvidos com o objetivo de apresentar os aspectos econômicos da integração e seus impactos, tanto para os refugiados como para a sociedade anfitriã.

Para tal, o autor elaborou um modelo estruturado em duas partes, conforme Figura 2. A primeira especifica as variáveis relacionadas as características dos refugiados e da sociedade anfitriã. A segunda estrutura o impacto do processo de integração tanto em aspectos objetivos como em subjetivos:

Figura 2- Modelo de integração de refugiados



Fonte: Kuhlman (1990).

Sobre sua aplicabilidade, é pontuado que os domínios são relacionados entre si e que os fatores devem ser testados empiricamente. Contudo, é feita a ressalva de que uma análise parcial, focada em esferas específicas seria mais factível e útil para compreensão do que um teste do modelo inteiro, desde que a visão do cenário como um todo esteja clara. Dos aspectos apresentados observa-se que a dimensão econômica foi uma das mais testadas. Kuhlman em 1994 lança uma publicação sobre a integração econômica no Sudão. Apesar de o modelo ter sido desenvolvido para o contexto de países subdesenvolvidos,

Peterson & Hovil (2004) por sua vez, utilizaram o conceito e as dimensões apresentadas por Kuhlman para testarem a eficiência de políticas públicas na interação de refugiados em Uganda. Ele também serviu de apoio para a proposição de um modelo de integração socioeconômica que buscava compreender a dinâmica dos refugiados em comunidades rurais no Sul da África (McDonalds et al, 1995).

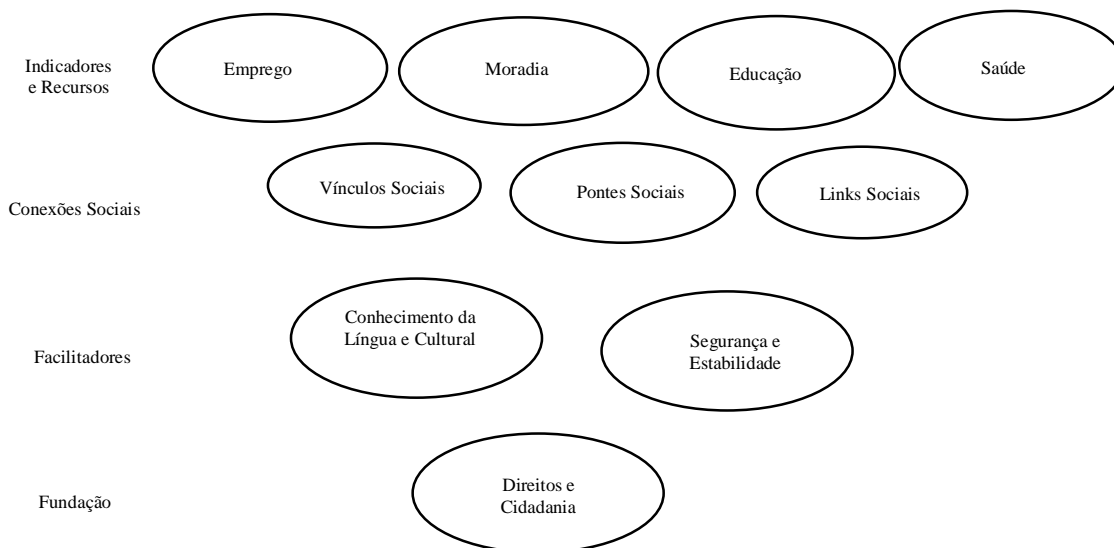
Dessa forma, o quadro teórico de Kuhlman (1990) e suas dimensões foram base não só para a compreensão do fenômeno, mas para a construção sobre o que constitui a integração no

contexto dos refugiados. Apesar disso, seu foco era analisar o impacto econômico do processo em países subdesenvolvidos.

Uma década depois, no sentido de compreender o fenômeno de forma mais ampla tanto na questão do contexto como nas esferas de integração, outro modelo foi proposto por Ager & Strang (2004). Elaborado a partir da condução de análise documental e conceitual, trabalhos de campos em assentamentos e análises secundárias de dados, teve como objetivo estruturar um quadro teórico que representasse os principais domínios da integração, bem como os itens relacionados a cada um desses domínios.

A esfera indicadores e recursos, composta por emprego, moradia educação e saúde representa as grandes áreas consideradas como fatores críticos para o processo de integração. As conexões sociais, por sua vez, se dividem em vínculos sociais (família, grupos étnicos, grupos religiosos, outros grupos), pontes sociais (outras comunidades e links sociais (instituições públicas e da sociedade civil). Os facilitadores, conhecimento da língua e conhecimento cultural; e segurança e estabilidade, são apontados como mecanismos chaves para o processo de integração. Fundações são constituídas dos aspectos legais de cidadania, e representam a base na qual o processo de integração é estabelecido.

Figura 3- Esferas de Integração de refugiados



Fonte: Ager & Strang (2004).

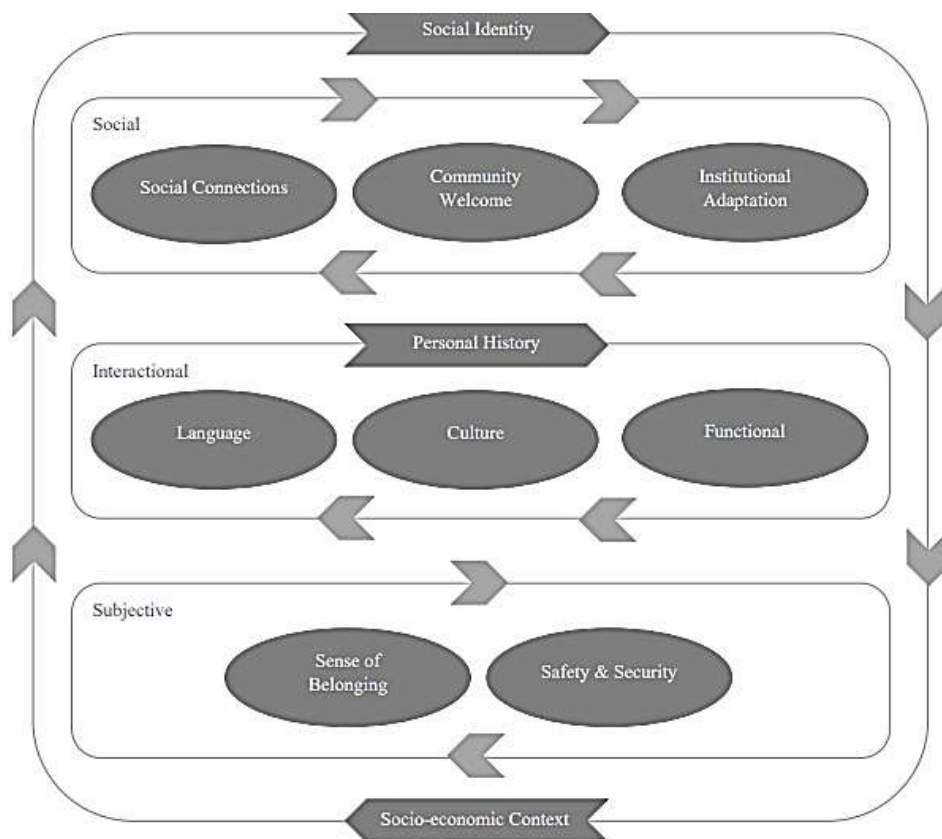
O modelo não teve como objetivo identificar as possíveis relações entre as variáveis, dada a complexidade do processo. Além disso, a forma como as esferas estão apresentadas não deve ser vista como hierárquica, ou seja, o foco não é estabelecer qual área é mais importante do que a outra, o intuito do quadro é apenas indicar a variedade de caminhos na qual o processo pode ocorrer. Ainda, é ressaltado que os domínios devem ser testados em diversos contextos para que possa ser compreendido se a estrutura proposta consegue capturar os elementos-chaves do processo.

Os próprios autores reconhecem que a proposta traz um risco de simplificação teórica, porém afirmam que ele consegue abordar os principais pontos e fatores-chaves de integração apresentados na literatura. Críticas a ela foram apontadas por Phillimore and Goodson (2008), os quais alegaram a predominância de indicadores funcionais e ressaltaram o fato de que as possíveis relações entre os fatores poderiam ter sido representadas.

A importância de compreender essa relação entre os domínios já havia sido sinalizada na literatura como um ponto fundamental para uma análise profunda das experiências de integração (ex Coussey 2000; Fyvie et al., 2003; Mestheneos and Ioannidi, 2002) e observa-se que os estudos da área caminharam nessa direção.

Com base no quadro teórico de Ager & Strang (2004) e nas críticas apontadas na literatura, em relação à predominância de fatores funcionais da estrutura proposta pelos autores, um modelo mais recente de integração incluindo variáveis subjetivas foi criado visando suprir tais lacunas.

Classificado como Modelo Holístico de Integração, Hynie, Korn e Kanic (2016), ele é baseado na premissa de que a integração é um processo em que tanto as comunidades receptoras como os recém-chegados mudam e mudam uns aos outros seu foco está em abordar não apenas elementos funcionais, mas aspectos contextuais e sociais e como ocorre a interrelação entre os fatores.

Figura 4 – Modelo Holístico de Integração (MHI)

Fonte: (Hynie, Korn e Kanic, 2016)

O MHI está dividido em três áreas, social, internacional e subjetiva. O contexto social inclui a natureza das relações entre refugiados e outros membros de suas comunidades (laços sociais dentro de suas comunidades e pontes sociais para outros membros da comunidade); atitudes e crenças gerais da comunidade sobre os refugiados (acolhimento comunitário), que podem moldar experiências e interações cotidianas; e adaptação institucional, que se refere à medida em que instituições e organizações que interagem com refugiados reconhecem e se adaptam às suas necessidades específicas, como os desafios que enfrentam ao acessar documentos formais de seus países de origem ou a necessidade de serviços de interpretação.

Os aspectos interacionais, compostos por língua, cultura e fatores funcionais (educação, moradia, emprego e saúde), bem como os subjetivos (compostos por pelo senso de pertencimento e segurança são baseados no modelo de Ager & Strang (2004). Os elementos estão em forma de setas circulares para representar a natureza holística da integração e que esses fatores são interacionados e mutualmente reforçados. Ainda, o modelo indica de que a maneira com que esses fatores operam é moderado por características individuais, circunstâncias sociais e as intersecções entre elas.

Apesar de todas essas tentativas de representar e estruturar o processo de integração de refugiados, dada a importância do contexto para a compreensão do processo, não há como criar um modelo único de integração que seja válido universalmente e consiga captar a dinâmica dos elementos. Apesar de dessa diferença de cenários, é possível identificar certo padrão no comportamento de alguns fatores em diferentes cenários, o que será discutido no próximo tópico (Schneider & Crul, 2010).

2.3.1 Fatores de Integração

O objetivo dessa seção é fazer um panorama geral de como os fatores de integração vem sendo pesquisados e a sua influência no processo de integração. É importante ressaltar que a maior parte das produções acadêmicas sobre o assunto está concentrada em periódicos especializados e focados em contextos de sociedades receptoras de países desenvolvidos (Ager & Strang, 2004; Phillimore e Goodson, 2008).

Um dos fatores mais pesquisados na literatura de refugiados é o acesso ao mercado de trabalho, pois ele foi identificado como uma das metas principais de recém-chegados a uma nova comunidade (Castle, 2002). Mais especificamente, foi apontado como um dos mecanismos mais eficazes na integração de refugiados, sendo considerado não apenas um mecanismo de inserção econômica, mas um auxiliador no estabelecimento de conexões sociais, desenvolvimento do idioma local e compreensão da nova cultura (Phillipe & Godson, 2008).

No entanto, a entrada no mercado de trabalho é um processo desafiador para a maioria dos refugiados (Yakushko, Backhaus, Watson, Ngaruiya e Gonzalez, 2008). Os desafios para essa inserção incluem falta de proficiência linguística (Feney, 2001), falta de reconhecimento legal das qualificações (Matheus & Iolandi, 2002), discriminação pelos empregadores Knappert *et al* (2018). Foi identificado também que a formação acadêmica e as experiências no país de origem não influenciavam no processo de inserção no mercado de trabalho local, dada a grande dificuldade por parte principalmente da população com nível de escolaridade superior em encontrar emprego em um nível correspondente às suas qualificações (Campion, 2018).

Outro fator muito estudado na literatura é a influência do capital social no processo de integração. Classificado como as relações entre as pessoas e suas redes Putman (2007), pode ser dividido em *bonding* (membros da família e pessoas de mesma nacionalidade), *bridging* (indivíduos da sociedade anfitriã) e *linking* (instituições da área civil e pública) (Bourdeau, 2006). Sua importância se deve ao fato de ele representar uma forma de apoio emocional, bemestar e desenvolvimento econômico (Alencar, 2019). Além disso, pode ser considerado

um facilitador na inserção de refugiados no mercado de trabalho, dado que os contatos sociais com membros do local anfitrião podem ajudar os indivíduos a compensar a falta de capital humano e a capacidade de se comunicar com os empregadores (Aguilera & Massey, 2003; & Hoffmeister, 2008; Lancee, 2010).

Uma das novas formas de acesso a essas conexões identificadas pela literatura são as mídias sociais. Tais plataformas têm sido amplamente utilizadas entre os migrantes, a fim de manter contatos com familiares e amigos em seu país de origem (Sawyer & Chen, 2012). O seu papel está enraizado principalmente na necessidade dos migrantes nessas condições de receberem apoio emocional, superar sentimentos de solidão e monitorar amigos e familiares que ainda estão no local de origem (Komito, 2011).

Também foi constatado que os diferentes tipos de instituições influenciam nesse processo. De forma geral, foi observado que programas estatais de apoio aos refugiados auxiliam no processo de inserção dos refugiados em áreas como moradia e saúde; e na regularização jurídica de status (Mulvey, 2015). Do mesmo modo, instituições não governamentais possuem um papel importante na adaptação de refugiados, tornando-se muitas vezes uma extensão dos serviços públicos (Rutter, 2003) e possibilitando um espaço de contato e formação de redes de relacionamento (Farrugia, 2009). Instituições religiosas por sua vez apresentaram diferentes funções, tanto no sentimento de acolhimento e pertencimento, como representando um local para o desenvolvimento de vínculos (Allen, 2010).

Além desses dois elementos centrais, outros fatores que influenciam o processo de integração vêm sendo identificados e investigados na literatura. Em termos funcionais, destacam-se principalmente aspectos como moradia, cidadania e educação os quais serão discutidos a seguir.

Encontrar uma moradia é apontado como um dos primeiros passos para a integração (Phillimore & Goodson, 2008). As condições de habitação desempenham um papel importante no sentido de segurança e pertencimento dos refugiados, bem como nas relações estabelecidas com os refugiados (Connor, 2010). A aquisição de cidadania por sua vez, caracterizada como o reconhecimento de um status legal é apontada como um fator central de integração (Lewis, 2010).

Ela pode ser abordada em duas perspectivas, cidadania formal ou filiação estatal e cidadania substantiva. A cidadania formal diz respeito ao reconhecimento legal do refugiado como cidadão no país anfitrião. A cidadania substantiva por sua vez compreende o conjunto de direitos, padrão de participação e a habilidade de exercer os direitos políticos, civis e sociais. Esse tipo de cidadania deriva de condições igualitárias de participação. Assim, embora a

concessão legal de cidadania seja um ponto inicial, ela não necessariamente garante respeito, bem-estar e acesso igualitário a recursos ou oportunidades (Marshall & Bottomore, 1992).

Já a importância da educação, caracterizada pelo acesso à cursos e educação formal e se dá pelo fato de ela representar um meio para o acesso a outras esferas de integração como mercado de trabalho (Cebulla et al., 2010). Em relação à saúde, ela representou em muitos contextos uma área de difícil acesso (Sherlock, 2004), mas foi considerada, predominantemente, uma esfera de preocupação no caso de refugiados que já possuíam anteriormente algum tipo de enfermidade (Phillimore & Goodson, 2008).

Em termos individuais, as questões mais discutidas são o gênero e o idioma. Em relação ao primeiro fator, a literatura indica que a principal desvantagem de mulheres refugiadas é em relação a participação menor no mercado de trabalho (Ruiz & Vargas-Silva, 2017; Knappert, Kornau, & Figengül (2018), Cheung & Phillimore (2017), Fenech (2000). Contudo, a maioria das pesquisas são qualitativas, com foco nas experiências de um pequeno número de mulheres de países específicos (Carolan, 2010), sendo ausente uma discussão sobre sua influência nos demais aspectos da integração.

No que diz respeito ao idioma, a fluência na língua local tem um impacto positivo no estabelecimento de relações sociais e (Shields & Price, 2002) e na inserção no mercado de trabalho (Cheung, 2014). Refugiados com um domínio maior no idioma da nova comunidade tem mais facilidade para acessar o mercado de trabalho do que aqueles com menos fluência. Os fatores apresentados anteriormente representam elementos tradicionalmente abordados na área. Com a evolução do campo, aspectos mais subjetivos começaram a ser pesquisados na literatura. Dentre eles se destacam a relação refugiado e lugar.

A importância do lugar na experiência de integração dos refugiados não pode ser subestimada, sendo fundamental compreender a relação indivíduo-local nesse contexto (Brun, 2001). Um dos caminhos encontrados pela literatura para tal entendimento é por meio da compreensão de como o apego ao lugar se desenvolve em tal cenário. De forma ampla, apego ao lugar pode ser caracterizado como um vínculo emocional entre o indivíduo e o ambiente (Anton & Lawrence, 2014; Scannell & Gifford, 2009).

Predominantemente, o termo é estruturado como um constructo multidimensional dividido em: pessoa, lugar e processo. A dimensão pessoal se refere às experiências individuais e coletivas, a processual inclui os componentes afetivo, cognitivo e comportamental do apego. Lugar se refere aos elementos sociais ou físicos do espaço. No campo da migração forçada essa relação é desenvolvida a partir da rotina diária de convívio com as pessoas e acesso aos

ambientes do novo local. Ainda, é resultado da lembrança de experiências pessoais passadas e eventos que ocorreram ao longo da sua vida, em combinação com as novas vivências. (achar autor).

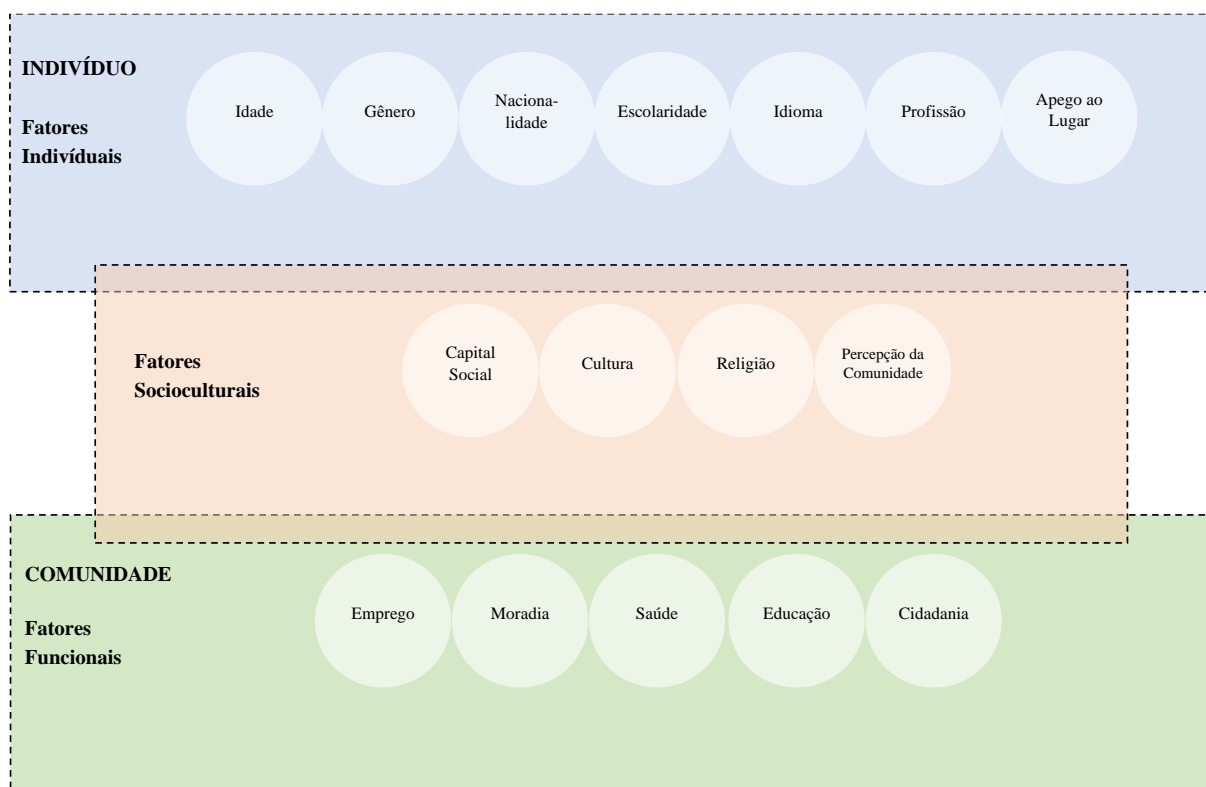
Outro ponto discutido no campo são os critérios de sucesso da integração. Não há consenso ainda na literatura sobre quando pode se dizer que a integração foi bem-sucedida, Ager & Strang (2004), em uma tentativa de responder a essa pergunta e baseados em uma análise teórica de cerca de 40 definições, sugerem que a integração só é completa quando três condições são atingidas.

A primeira delas é o alcance público e diz respeito ao acesso completo, no mesmo nível da população local, nas áreas de educação, emprego, moradia e saúde, a segunda é referente ao estabelecimento de relações sociais. Por fim, tem-se proficiência na língua local, conhecimento cultural e senso de segurança e estabilidade.

Assim sendo, após a revisão bibliográfica sobre o fenômeno da integração no contexto de migração forçada, é possível observar uma evolução nos modelos no sentido de abrangência de contextos e elementos envolvidos nesse processo, dada a inclusão de aspectos mais subjetivos como a relação estabelecida entre refugiado e comunidade anfitriã.

Como forma de sistematizar de todos esses elementos centrais já apontados na literatura, o modelo apresentado na Figura 5 foi criado. Tal estrutura representa a lógica utilizada como guia para a presente pesquisa.

É importante ressaltar que, apesar dos esforços, os quadros teóricos desenvolvidos até então refletem o fenômeno como algo estático e não levam em consideração o comportamento dos fatores ao longo do tempo. Tendo em vista a integração ser um processo dinâmico, o modelo proposto tem como objetivo compreender não apenas a influência dos fatores de forma individual, mas sua evolução e dinâmica em diferentes etapas.

Figura 5 – Modelo Teórico de Integração

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

O modelo proposto divide os fatores em 3 grandes categorias: individual, sociocultural e funcional. Os elementos individuais dizem respeito às características pessoais do migrante e são compostos por: idade, gênero, nacionalidade, escolaridade, idioma, profissão e apego ao lugar, o qual pode ser dividido entre apego ao lugar de origem e atual. Os fatores socioculturais caracterizam a interação entre o indivíduo e a comunidade e são estruturados em: capital social, cultura, religião e percepção da comunidade.

O capital social é definido como o relacionamento com cidadãos locais, migrantes de mesma ou outra nacionalidade e presença da família na nova comunidade. A cultura e a religião por sua vez, estão nessa categoria pois buscam expressar o que ocorre quando há a interação entre as práticas culturais e crenças religiosas dos cidadãos e dos migrantes. A percepção da comunidade diz respeito a forma como o recém chegado é visto e recebido pela população anfitriã.

Por fim, os fatores funcionais são elementos presentes na comunidade anfitriã, considerados como base estrutural para o processo de integração: emprego, moradia, saúde, educação e cidadania.

3. DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa é caracterizada como qualitativa e de caráter exploratório. Visto, a integração ser um processo individual e contextual, a aproximação qualitativa se mostra eficaz pois permite uma compreensão mais completa das experiências vivenciadas pelos refugiados (Korac, 2003).

Ainda, foi utilizada uma aproximação bottom up, ou seja, centrada no refugiado. Esse tipo de abordagem tem grande valor para entender o processo de integração porque, através dela, é possível obter uma compreensão mais detalhada do lado experimental do fenômeno e da participação e interação entre seus componentes (Phillmore & Godson, 2008).

Dessa forma, a estratégia adotada possibilitou que elementos subjetivos envolvidos na integração dos refugiados fossem mapeados de maneira mais apropriada, visto ter permitido uma expressão mais aprofundada dos fatores envolvidos nas trajetórias. (Korac, 2003). Isso, é importante pois como os refugiados se sentem sobre suas experiências é um indicador central no processo.

Tal delineamento foi utilizado, pois é possível observar na literatura a predominância de estudos que adotam uma estratégia *top down* (Cheung, 2014, Philimore & Goodson, 2008). Ou seja, se focam em compreender a integração por meio de indicadores pré-estabelecidos, mas omitem variáveis importantes como a visão do próprio migrante sobre o processo.

Para cumprimento de seus objetivos, o trabalho contou com duas etapas: a-) conceitual, primeiramente foi realizado um levantamento teórico o qual serviu de insumo para a proposição de fatores para teste; e b-) empírica, em que foi desenvolvido um instrumento de pesquisa com o intuito de identificar e descrever o impacto de fatores facilitadores e dificultadores nesse processo.

a. Etapa Conceitual

Para essa fase, foi realizado um levantamento teórico sobre estudos referentes a definição de integração no contexto de migração forçada, bem como seus aspectos influenciadores. Com base na produção analisada, os elementos identificados foram categorizados e, a partir disso, um modelo teórico para teste foi proposto. Assim sendo, a função dessa etapa foi fornecer suporte conceitual para elaboração do instrumento de pesquisa.

b. Etapa Empírica

A etapa empírica teve como propósito identificar os fatores que impactam na integração dos refugiados, ao longo de sua trajetória (desde a chegada ao Brasil até o momento atual), o que serviu de base para a proposição de um modelo teórico compreensivo. Como métodos de pesquisa nessa fase foram utilizadas a entrevista narrativa e a construção de mapas afetivos.

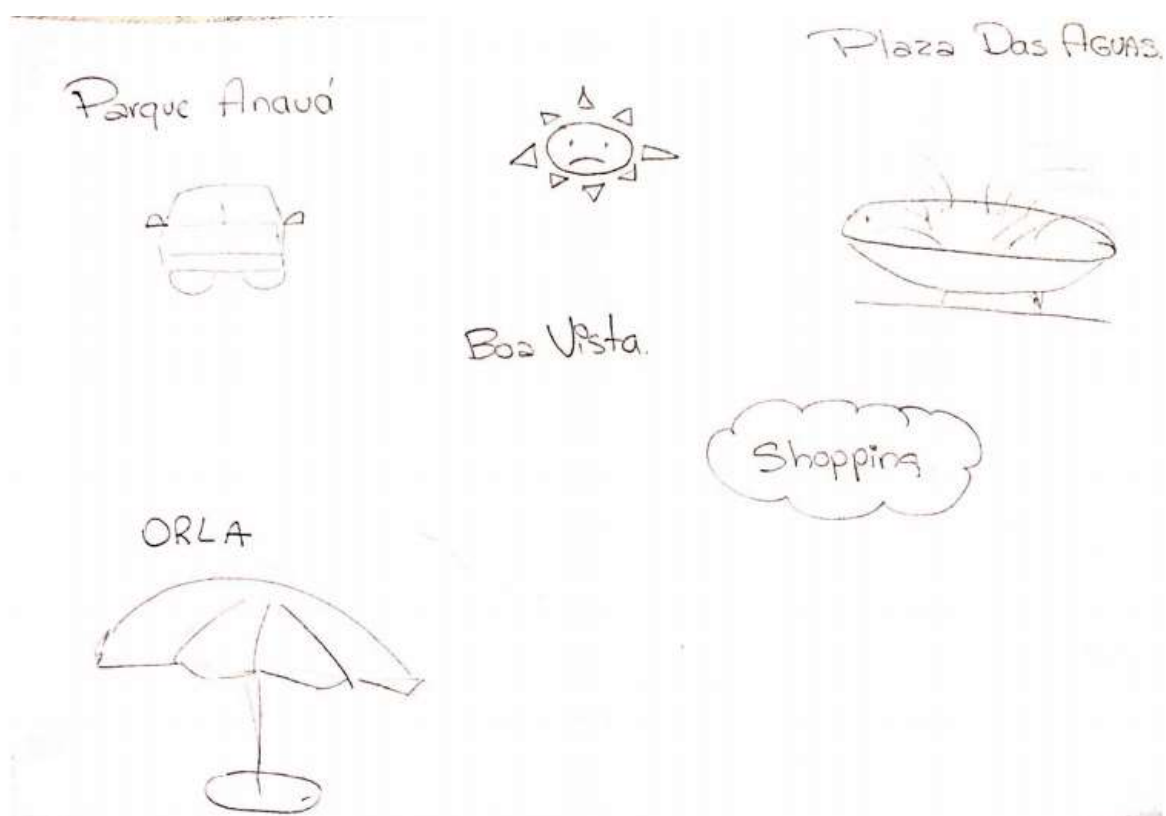
A força da entrevista narrativa é crescente no campo da migração forçada, sendo considerada uma estratégia importante para entender os aspectos da experiência dos refugiados em diferentes épocas e lugares. Ao colocar o indivíduo como centro de análise, tal estratégia possibilita que as variações de cada caso sejam capturadas, indo contra a tendência de considerar "refugiado" como uma categoria universal e em uma condição uniforme. Além disso, permite uma avaliação mais aprofundada dos componentes apresentados nesse contexto (Eastmond, 2007).

Dessa forma, a narrativa permitiu que os eventos fossem relatados e reconstruídos a partir da visão dos entrevistados (Muylaert *et al*, 2014) e que o posicionamento e as experiências dos participantes, fossem apresentados em um nível mais aprofundado e complexo (Ravagnoli, 2018). Além disso, possibilitou que as estruturas sociais e contextuais no ambiente de migração forçada fossem identificadas ao longo das trajetórias relatadas (Weller, 2009).

Os mapas afetivos por sua vez, tiveram como objetivo auxiliar o discurso dos participantes em relação a sua cidade de origem e a percepção sobre a sua cidade atual (Vetorassi, 2014). Ainda, foram utilizados como estratégia para estimular a memória dos entrevistados em relação aos locais e elementos mais marcantes nesses ambientes (Ciasca, 2018).

Dada a intangibilidade das emoções, os mapas afetivos, por meio de suas representações gráficas, também facilitaram o relato e a compreensão dos sentimentos e significado dos espaços retratados pelos entrevistados (Augusto; Feitosa; Bomfim, 2016). A Figura 5 traz um exemplo de mapa afetivo.

Figura 5. Mapa Afetivo: Local de Origem e Local Atual



Fonte: Dados da entrevista (2019)

3.1 Objeto de Estudo

O campo empírico da pesquisa foi selecionado de forma não probabilística, permitindo que os indivíduos escolhidos possuíssem as características necessárias para que o estudo cumprisse com os seus objetivos (Sampieri; Collado; Lucio, 2006). Mais especificamente, foi composta pelos critérios (Miles & Huberman, 1994) delimitados a seguir: status legal, faixa etária, tempo no Brasil e estado de residência.

Considerou-se para pesquisa indivíduos com status de refugiado reconhecido pelo Conare, solicitantes legais de refúgio e solicitantes de residência. Isso, pois, no cenário nacional, dentre os pedidos de refúgio enviados, apenas uma porcentagem muito baixa é analisada anualmente, o que faz com que muito migrantes, troquem sua solicitação para o pedido residência, que atualmente apresenta um processo de aprovação mais facilitado. Ainda, em termos legais, os direitos e garantias oferecidos a todos esses perfis são semelhantes.

Nesse contexto, como o intuito da pesquisa é compreender a integração de migrantes que foram forçados a deixarem seu local de origem, o status legal não se mostra como um critério restritivo. Isso, pois a característica central a ser analisada, pessoas que deixaram seus locais de origem de forma involuntária, é presente em todos esses indivíduos, independentemente do tipo de solicitação que realizaram ao entrar no país.

Como faixa etária, estabeleceu-se a idade mínima de 18 anos (idade de maioridade legal no Brasil), dado que a presente pesquisa busca compreender o processo de integração em indivíduos que tenham autonomia para garantirem sua sobrevivência e manutenção em um novo local. Em relação ao tempo no Brasil, foi estipulado um período mínimo de um mês, prazo considerado necessário para que os fatores presentes em uma trajetória de integração fossem identificados. Dessa forma, buscou-se selecionar refugiados com diferentes tempos de permanência (1 a 3 meses, 3 a 6 meses, 6 meses a 1 ano, 1 a 2 anos, 2 a 3 anos, mais que 3 anos) de forma a garantir maior variabilidade.

Quanto aos estados de residência, foram selecionados Roraima e São Paulo. Roraima foi escolhido por representar o local com maior número de solicitações de refúgio recebidas. Por sua vez, optou-se por São Paulo visto ele ser o estado que abriga a maior quantidade de refugiados reconhecidos e a segunda cidade com maior número de solicitações.

3.2 Amostra

Foram selecionados 30 participantes, 15 na cidade de São Paulo e 15 na cidade de Boa Vista. Tal quantidade teve como objetivo garantir a diversidade necessária para a presente abordagem metodológica (Baker & Edwards, 2012). O perfil dos entrevistados é apresentado na Tabela 4 a seguir:

Tabela 4. Perfil sociodemográfico da amostra

São Paulo	Boa Vista	
Idade (%)	Idade (%)	
De 26 a 30 anos	27	Até 20 anos 33
De 31 a 35 anos	20	De 21 a 25 anos 13
De 36 a 40 anos	13	De 26 a 30 anos 13
De 41 a 45 anos	13	De 36 a 40 anos 7
De 46 a 50 anos	13	De 41 a 45 anos 13
Acima de 50 anos	13	De 46 a 50 anos 7
		Acima de 50 anos 13
Gênero (%)		Gênero (%)
Feminino	53	Feminino 53
Masculino	47	Masculino 47
Cor (%)		Cor (%)
Branco	33	Branco 27
Pardo	47	Pardo 27
Negro	13	Indígena 20
Outra	7	Negro 27

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

3.3 Instrumento de Pesquisa

Como ferramenta de pesquisa foi construído, em português e espanhol, um roteiro semiestruturado em três etapas e desenvolvido alguns materiais de apoio (Anexo 1). As perguntas foram estruturadas de acordo com o modelo proposto por Patton (2014) (Anexo 2). Após sua elaboração o material passou por um processo de validação.

Primeiramente foi realizado um *role-playing* que contou com a participação de 4 juízes. Após tal procedimento, algumas alterações foram realizadas e uma nova versão do roteiro foi aplicada numa etapa de pré-teste, a qual contou com a participação de um refugiado venezuelano. Concluída essa fase, o instrumento passou por mais alguns ajustes e então foi finalizado.

a. Primeira etapa

- Objetivo: compreender a relação do respondente com o seu local de origem e com o seu local atual.
- Procedimentos: nessa etapa foram feitas algumas perguntas sobre o modo que o entrevistado enxerga seu local de origem, de residência, e o relacionamento com sua rede de contatos nesses ambientes. Também foi solicitada a elaboração de dois desenhos (comunidade de origem e comunidade atual).
- Dinâmica: desenho.

b. Segunda etapa

- Objetivo: construir a trajetória de integração do refugiado desde a chegada no Brasil até o momento atual e explorar os fatores de integração auxiliares e prejudiciais durante esse processo.

Parte 01

- Objetivo: identificação do estágio de integração
- Procedimentos: apresentar a linha do tempo com as fases de integração e solicitar que o respondente identifique em que etapa ele se encontra.
- Dinâmica: visualização da linha do tempo com as fases.

Parte 02

- Objetivo: identificar os fatores centrais (auxiliares e prejudiciais) de integração.
- Procedimentos: solicitar que o respondente reflita sobre sua trajetória e escreva nos cartões verdes os fatores que ele acredita que auxiliaram sua trajetória de integração; e nos cartões vermelhos os fatores que ele acredita que prejudicaram essa trajetória.
- Dinâmica: preenchimento dos cartões.

Parte 03

- Objetivo: verificação dos fatores apontados pela literatura.
- Procedimentos: apresentar cartões neutros com os indicadores de integração citados na literatura e solicitar que o respondente reflita por um momento o impacto de tais indicadores no seu processo de integração. O intuito é verificar se realmente esses

fatores não foram considerados relevantes, ou se apenas não foram recordados nos relatos iniciais apresentado pelos entrevistados.

- Dinâmica: apresentação dos cartões neutros.

Parte 04

- Objetivo: exploração dos fatores
- Procedimentos: solicitar que o respondente relate como foi o seu processo de adaptação, desde a saída de seu país de origem até o momento atual, e que, durante esse relato discorra sobre o impacto dos fatores escritos nos cartões verdes e vermelhos e apresentados nos cartões neutros impactaram a sua trajetória de integração. A proposta é que o entrevistado relate de forma livre sobre o assunto.
- Dinâmica: visualização da linha do tempo e dos cartões.

c. Terceira Etapa

- Objetivo: compreensão das expectativas futuras e questões complementares.
- Procedimentos: a partir de perguntas pré estruturadas, solicitar que o respondente reflita e relate sobre seus próximos passos e seus planos futuros referentes a estratégias de integração, possível mudança de local de residência.
- Dinâmica: nenhuma.

Após a entrevista, foi aplicado um formulário (Anexo 3) dividido em três partes: 1) comunidade de origem, 2) comunidade atual e 3) questões sociodemográficas. As partes 1 e 2 tiveram como objetivo compreender a relação estabelecida pelos respondentes nesses lugares e para tal contou com perguntas sobre o acesso e frequência de uso dos recursos oferecidos pelas comunidades, participação em atividades voluntárias e medida de comprometimento (Klein *et al*, 2014) adaptado para a comunidade. Caso o participante respondesse que desempenhava algum tipo de atividade remunerada (fosse autônoma ou trabalho formal), uma terceira folha, com a medida de comprometimento com o trabalho e com a organização (Klein *et al*, 2014) foi entregue.

3.4 Procedimento de Coleta dos Dados

Para a coleta de dados foram utilizadas duas estratégias. A primeira consistiu em um levantamento extenso, por meio de pesquisa na internet e redes sociais, de órgãos públicos e

organizações da sociedade civil que atuam com migrantes forçados. Os locais encontrados foram contatados por e-mail e/ou telefone e um sumário executivo do projeto foi enviado. Após tal aproximação, foram marcadas reuniões presenciais ou por telefone para explicação formal do trabalho. Findado esse processo, visitas às instituições foram agendadas.

Nessas ocasiões, a pesquisa foi apresentada e foram selecionados alguns participantes que se voluntariam a participar do estudo. Algumas das entrevistas ocorreram nas dependências das próprias organizações e outras foram agendadas em outros locais, em data e horário escolhidos pelos participantes. A segunda estratégia foi perguntar para os entrevistados se eles poderiam indicar, a partir de suas redes de relacionamentos, o contato de outras pessoas com as características desejadas para a pesquisa.

O processo de coleta dados teve duração média de 50 minutos e contou com três fases. Primeiramente foi apresentado o termo de consentimento livre informado e foi solicitada a permissão para gravar. Em seguida as perguntas foram realizadas por meio do roteiro semiestruturado. Por fim foi solicitado aos participantes que respondessem ao formulário. As entrevistas foram realizadas no período de abril até início de julho de 2019.

3.5 Análise dos dados

Para que os objetivos específicos da pesquisa fossem alcançados, a estratégia apresentada na Tabela 5 foi delineada.

Tabela 5 Estratégia de Análise de Dados

Objetivos específicos	Análise
Compreender os elementos conceituais e os critérios de efetividade que caracterizam o processo de integração	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de conteúdo. • Análise do discurso.
Descrever possíveis fatores individuais, funcionais, socioculturais e o modo como repercutem no processo de integração dos refugiados;	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de conteúdo.
Identificar os fatores centrais e auxiliares que prejudicam e contribuem para a integração de refugiados (em diferentes estágios do processo) na comunidade anfitriã;	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de narrativas • Análise de conteúdo.
Compreender o papel do contexto na repercussão dos fatores integrativos;	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de conteúdo.
Desenhar um modelo teórico compreensivo de como os fatores integrativos repercutem no nível de integração dos refugiados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de conteúdo

Fonte: Elaborado pela autora.

Para o cumprimento dessas estratégias, a análise foi estruturada em cinco etapas: a) organização dos dados, b) identificação dos fatores, c) categorização dos fatores, d) análise do impacto, e) elaboração de modelo teórico.

a) Etapa 01: Organização dos dados

Nesse estágio inicial, os desenhos foram scaneados e as entrevistas foram transcritas de forma manual. Para assegurar a confidencialidade, foi assinado pelos transcritores um termo de consentimento e sigilo. Além disso, como forma de garantir o anonimato das informações apresentadas pelos participantes, nomes figurados foram utilizados em partes onde foram possíveis encontrar algum tipo de identificação (Creswell, 2013).

O próximo passo foi organizar em uma tabela as informações sociodemográficas e de relação com o lugar de origem e atual que foram preenchidas no formulário entregue ao final da entrevista. Nas questões de acesso e frequência de uso foi feita uma média de porcentagens. Para as questões de comprometimento com a comunidade, primeiramente foi tirada a média e a seguir foi calculada a diferença entre elas (média do comprometimento atual- média do comprometimento de origem).

b) Etapa 02: Identificação dos fatores

A segunda etapa consistiu na identificação dos elementos que influenciaram positiva e negativamente a integração dos participantes ao longo de sua trajetória. Inicialmente uma análise temática de narrativas em três etapas: transcrição, já realizada anteriormente, primeira redução, palavras chaves (Mayring, 1983) foi estruturada. Dessa forma, primeiramente foram separados, em uma coluna, todos os trechos que mencionavam sobre as facilidades e dificuldades encontradas pelos participantes desde que chegaram no Brasil até o momento atual. Posteriormente, tais trechos foram parafraseados em sentenças sintéticas e por fim, essas sentenças foram transformadas em palavras chaves.

Concluída essa etapa, foi utilizado o método de análise de linhas narrativas (Spink, 2010), em que os elementos foram organizados de forma cronológica e demarcados em uma linha do tempo de acordo com as seguintes fases: chegada ao Brasil, manutenção imediata, inserção e estabilidade. Tais procedimentos tiveram como resultado a elaboração das trajetórias dos participantes, representando o primeiro salto interpretativo.

c) Etapa 03: Categorização dos Fatores

A terceira etapa teve como objetivo classificar os fatores identificados na etapa 02. Para tal, foi realizada uma análise de conteúdo com a criação de categorias. Esse processo foi realizado em duas fases: inventário (isolação dos elementos) e classificação (separação dos elementos em categorias) (Bardin, 2006). Nessa segunda etapa classificatória, foi feito um cruzamento com o referencial teórico, em que os itens foram codificados de acordo com os fatores identificados na literatura. Para os fatores não contemplados na teoria, novas categorias foram criadas. O fim dessa fase culminou no segundo salto interpretativo.

d) Etapa 04: Análise do Discurso

O propósito da quarta etapa foi compreender o conceito de integração e o impacto de cada fator categorizado na integração dos respondentes, bem como identificar os elementos centrais, positivos e negativos, em cada fase (chegada ao Brasil; manutenção imediata; inserção estabilidade) de suas trajetórias. Como forma de cumprir esse objetivo foi utilizada a técnica de análise do discurso estruturada em dois estágios: codificação e funções (Whetherell, & Potter, 1987) que serviram como guia para a leitura das transcrições.

No primeiro estágio de codificação, foram identificados padrões de discurso nos relatos dos respondentes. Concluído tal procedimento, foram analisados os contextos dos relatos, bem como as variações de discurso de um mesmo indivíduo. Para analisar a influência dos elementos previamente classificados, buscou-se na leitura das transcrições identificar tanto os itens de consistência (padrões no discurso) como de variabilidade (diferentes funções do discurso) (Breakwell *et al*, 2010).

e) Etapa 05: Elaboração do modelo teórico.

A última etapa teve como objetivo a construção de um modelo teórico que sintetizasse os resultados da pesquisa. Para sua estruturação, foi feito um cruzamento entre os relatos e a partir dele identificaram-se os fatores padrões nas trajetórias e as suas repercussões configurando o quarto salto interpretativo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente capítulo apresenta a discussão dos resultados encontrados e tem como propósito responder aos objetivos do estudo, conforme demonstrado na Tabela 6. Para tal, está dividido em 5 partes. A primeira seção faz uma análise sobre como o conceito de integração é compreendido, a partir da perspectiva dos refugiados. O segundo tópico discorre sobre a repercussão dos fatores facilitadores e dificultadores no processo de integração. A terceira parte, por sua vez, analisa o comportamento de tais fatores ao longo da trajetória de integração, identificando os fatores centrais no processo.

A quarta parte faz uma discussão sobre os elementos contextuais e para tal são entendidos os aspectos estruturais e sociais de cada contexto, bem como os fatores facilitadores e dificultadores de integração identificados em cada um deles. Por fim, a última seção do capítulo traz um modelo teórico compreensivo sobre os efeitos dos fatores integrativos no processo de integração (Tabela 6).

Tabela 6. Localização das seções de acordo com os objetivos

Objetivos	Seção
1. Compreender os elementos conceituais e os critérios de efetividade que caracterizam o processo de integração;	Seção 4.1
2. Descrever possíveis fatores individuais, funcionais, socioculturais e o modo como repercutem no processo de integração dos refugiados;	Seção 4.2
3. Identificar os fatores centrais e auxiliares que prejudicam e contribuem para a integração de refugiados (em diferentes estágios do processo) na comunidade anfitriã;	Seção 4.3
4. Compreender o papel do contexto na repercussão dos fatores integrativos;	Seção 4.4
5. Desenhar um modelo teórico compreensivo de como os fatores integrativos repercutem na trajetória de integração dos refugiados.	Seção 4.5

Fonte: Elaborado pela Autora (2019).

4.1 O conceito de Integração

Compreender, a partir da perspectiva dos próprios refugiados, como a integração é caracterizada, é fundamental para que o fenômeno seja discutido de forma mais completa. Tal entendimento já foi apontado como uma carência na literatura da área e o reduzido número de estudos que levam esse fato em consideração representa uma das principais limitações nos debates acadêmicos sobre o assunto (Wessendor & Phillimore, 2018). Dessa forma, a presente seção tem como objetivo trazer essa reflexão.

Por meio da análise dos discursos dos respondentes (Breakwell *et al*, 2010) quando questionados sobre o que significa estar integrado em uma nova comunidade, foram identificados alguns padrões nas definições apresentadas, no que diz respeito principalmente ao

papel do migrante e da comunidade; e aos elementos que caracterizam o sucesso desse processo. Os resultados encontrados são apresentados a seguir.

4.1.1 Responsabilidade do migrante forçado e da comunidade anfitriã

Para a compreensão da responsabilidade em relação ao papel dos migrantes e da comunidade anfitriã no processo de integração, os discursos foram analisados seguindo dois procedimentos :codificação e funções (Whetherell, & Potter, 1987).A partir disso, três principais discursos foram encontrados: A) responsabilidade apenas do refugiado, B) responsabilidade do refugiado e da comunidade anfitriã e C) responsabilidade apenas da comunidade anfitriã.

A) Responsabilidade apenas do refugiado

Nos discursos em que a integração é vista como responsabilidade apenas do refugiado, o fenômeno é caracterizado como um processo em que é necessária uma atitude proativa. Nesse sentido, deve partir do próprio migrante o desejo e o esforço necessário para sua integração em uma nova sociedade:

“Para ser um integrante da sociedade você tem que ter vontade, seguir lutando, estudando, porque, de verdade que, quando uma pessoa sai de seu país, busca novas oportunidades” (RR4CF41) (tradução nossa).

“Para se integrar tem que ter vontade, tem que ter muita convicção e muita força, sempre seguir em frente. O que é integração? É poder se fundir, poder se misturar como dizem aqui, se misturar com a sociedade, com a cultura, com os costumes, com o idioma, com muita coisa, você termina de se integrar nesse momento, quando se mescla com a sociedade” (SP6EM49) (tradução nossa).

Essa perspectiva se assemelha à definição classificada na literatura como processo de uma via. Normalmente adotada pelas instituições públicas e da sociedade civil, nela, é atribuída ao migrante toda a responsabilidade de se integrar ao chegar em uma nova sociedade. Tal visão traz ainda uma ideia de que integração é vista como um processo em que o migrante deve abandonar os seus próprios costumes, tradições e se ajustar a cultura do novo local, o que se aproxima do conceito de assimilação discutido na literatura.

B) Responsabilidade do refugiado e da comunidade anfitriã

A maioria dos entrevistados classificou integração como um processo em que tanto o migrante como comunidade anfitriã devem se adaptar. Nesse sentido, ambas as partes interagem nas diversas esferas da comunidade, sem abandonar sua identidade e cultura:

“É ser parte do povo mesmo ainda sim você é estrangeiro, você é parte da comunidade. Você é uma pessoa que também, você mora ali, você trabalha ali, você ajuda os vizinhos, todo mundo, você é um amigo, agora você é parte do Brasil mesmo Na verdade que muito, se vê que não sou brasileiro, mas já posso me considerar parte do Brasil, porque já conheço bem a cidade, como as pessoas são, como funciona mais ou menos também. E, assim como me ajudaram, agora também tento ajudar as pessoas que precisam” (SP1D26).

“Creio que é uma pessoa que trabalhe, que tenha amigos, que possa dizer, não sei, estou aqui, conheço as pessoas, tenho meu emprego, me aceitam como eu sou e é isso” (RR8LF18) (tradução nossa).

Essa visão se aproxima muito ao conceito de processo de duas vias encontrada na literatura (Farrugia, 2009). Atualmente, tal definição é a mais utilizada na área (Puma *et al.*, 2018) justamente por conseguir compreender que, para o processo ser bem-sucedido, ambas as partes devem coexistir de forma que os grupos minoritários consigam se tornar parte da construção social da nova comunidade e ao mesmo tempo manter sua identidade.

C) Responsabilidade apenas da comunidade anfitriã.

A partir da análise das entrevistas, um terceiro discurso, foi encontrado. Nele a integração é vista como responsabilidade apenas da comunidade anfitriã:

“Creio que é uma pessoa que trabalhe, que tenha amigos, que possa dizer, não sei, estou aqui, conheço as pessoas, tenho meu emprego, me aceitam como eu sou e é isso” (RR8LF18) (tradução nossa).

Essa perspectiva foi a menos recorrente nas falas analisadas. Ela traz o pressuposto de que a comunidade anfitriã deve estar preparada para receber os grupos minoritários de forma que eles possam interagir nas diversas esferas sociais. Tal ideia pode ser considerada como o oposto do conceito de integração como processo de uma via apresentado na literatura da área.

4.1.2 Critérios de efetividade

Em relação ao que caracteriza uma integração bem-sucedida, a partir do relato dos entrevistados, é possível perceber dois tipos de discursos predominantes. No primeiro deles, a efetividade do processo está relacionada a questões de estabilidade e segurança (Tabela 7).

Tabela 7. Critérios de Efetividade da Integração- Estabilidade e Segurança

Indivíduo	Critérios de Efetividade	Fator
RR6MJM39	(...), mas para eu dizer que estou integrado a algo necessito estar estável, verdadeiramente estável com um emprego que possa suprir as minhas necessidades (tradução nossa).	Emprego
RR7NM24	(...) o primordial, falar muito bem o idioma, porque vai conhecer e ter a oportunidade de ter um emprego, porque falar abre portas (tradução nossa).	Emprego, Idioma
SP11LM30	Uma das coisas mais importantes e maiores, diria eu, seria minha casa, uma casa própria, isso é o principal (tradução nossa).	Moradia
SP8JM36	Se tem o idioma e a documentação aqui no Brasil, tem meio caminho andado (tradução nossa).	Documentação e Idioma
RR8LF18	Primeiro, dominar mais o idioma, porque há uma diferença. Porque se quiser falar com uma pessoa e ela não entender, " ai que coisa". Então o primordial é o idioma, e não sei, para ter integração, tem que ter um emprego, fazer atividades (tradução nossa).	Idioma, Emprego

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

No segundo tipo de discurso identificado, o sucesso da integração é baseado em fatores de socialização e afeto, como interação social, manutenção de laços familiares, sentimento de pertencimento a comunidade, no sentido de desenvolver as atividades como um cidadão local, e conexão afetiva com o lugar atual (Tabela 8).

Tabela 8. Critérios de Efetividade da Integração- Socialização e Afeto

Indivíduo	Critérios de Sucesso	
SP1D26	<p> você é parte da comunidade. Você é uma pessoa que também, você mora ali, você trabalha ali, você ajuda os vizinhos, todo mundo, você é um amigo, agora você é parte do Brasil mesmo. </p>	Pertencimento a Comunidade
SP2E28	<p> Acho que ainda não estou totalmente integrada de coração. Estou integrada no momento de eu ir trabalhar, passear pela cidade, mas fora disso eu fico em casa com o meu esposo ou na casa de meus pais fazendo o que fazíamos na Venezuela....ainda não saquei (tirei) minha mente da Venezuela, então acho que não estou integrada mesmo trabalhando, mesmo feliz aqui, porque não vou falar o contrário, eu estou feliz aqui. Quando eu falo " de coração" es porque eu desejo <i>hacer tudo o que estoy</i> fazendo aqui, ter todas as condições que estou tendo aqui, lá na Venezuela. </p>	afetiva com a comunidade
SP4CM35	<p> Como você já está inserido numa sociedade, aí você tem uma estabilidade e se sente parte dessa sociedade também. Porque, querendo ou não, não sou brasileiro, mas moro aqui, pago impostos também, e vou fazendo a minha parte na sociedade, então já posso reclamar também porque eu trabalho para pagar os impostos.....E infelizmente tem pessoas que tem muito tempo morando aqui no Brasil, e não curtem essa conexão com o país, o corpo tá aqui mas a mentalidade tá lá. Então aí você nunca vai gostar de nada, porque você tá em outro lugar. </p>	Pertencimento a Comunidade
SP7SF31	<p> Integrada totalmente diria que não (..) falta ter mais relações com as pessoas, mais integração com as pessoas, por exemplo, que nos digam, " temos uma festa de criança, venham comemorar um pouco com a gente". Isso eu chamo integração, mas ainda nós não temos integração com os brasileiros (tradução nossa). </p>	Integração Social
SP12CF50	<p> Bom, eu estou aqui em São Paulo por causa do meu filho. Estou integrada por conta dele (tradução nossa). </p>	Presença de Familiares

Fonte: elaborado pela autora (2019)

Ainda não há na literatura uma definição exata do que venha a ser uma integração de efetiva no contexto de migração forçada e são incipientes os estudos que buscam compreender seus critérios, a partir da perspectiva dos refugiados. De forma geral, ela é medida, principalmente por meio de aspectos funcionais, como acesso ao mercado de trabalho, moradia, saúde e educação (Ager & Strang, 2004).

Aqui é válida a discussão de a efetividade do processo deve ir além desses aspectos. Ela necessita abranger também questões mais subjetivas e fenomenológicas que envolvam questões sobre o processo de se sentir integrado e discutam como ele é percebido por parte dos refugiados. Conforme ressaltado nos discursos, a integração envolve também questões afetivas de sentimento de pertencimento, estabelecimento de conexões sociais e laços com a comunidade

4.2 Os fatores de Integração

O objetivo desse tópico é discorrer sobre os fatores presentes nas narrativas e descrever o modo como repercutem no processo de integração, confrontando-os com o quadro teórico utilizado como base nessa pesquisa. Dessa forma, primeiramente foram identificados os elementos mencionados por cada participante, quando questionado sobre os fatores que influenciaram sua trajetória no Brasil. Em seguida, eles foram codificados e classificados de acordo com as categorias apresentadas na Tabela 9.

Tabela 9. Lista de Fatores

Fatores Individuais	Fatores Socioculturais	Fatores Funcionais	Instituições
10. Idade	210. Brasileiros	30. Emprego	40. ONG. Governo
11. Gênero	211. Família no Brasil	31. Moradia	41. Governo
12. Nacionalidade	212. Venezuelanos	32. Saúde	42. ONU
13. Escolaridade	213 Migrantes de Outras Nacionalidades	33. Educação	43. Instituições Religiosas
14. Idioma	22 Cultura	34. Documentação	44. Universidades
15 Profissão	23. Religião	35. Status Legal	45 Órgãos Privados
16. Apego ao local de Origem	24. Percepção da Comunidade		46. Instituições comunitárias
17 Apego ao local atual		22. Mídias Sociais	
18. Experiências Anteriores			5. Mídias sociais
19. Estratégias Individuais			

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Após a categorização, foi analisado como cada fator repercutiu no processo de integração e contabilizado em quantos discursos cada elemento esteve presente. A partir da compreensão dos resultados, observou-se três comportamentos distintos dos fatores. Parte deles atuavam apenas como facilitadores, parte como facilitadores ou dificultadores e parte apenas como dificultadores. É importante pontuar que foram considerados como fatores dificultadores, aqueles que, quando somados a trajetória prejudicaram o processo. Todos esses pontos serão discutidos nas próximas seções.

4.2.1 Descrição dos fatores facilitadores

Essa seção tem como objetivo apresentar os elementos que influenciam de forma positiva a trajetória de integração. Nesse sentido, os fatores serão apresentados em ordem decrescente de evocação, ou seja, dos mais citados para os menos citados. Para uma compreensão completa de como cada um deles atua no processo, a discussão terá dois focos e abordará o impacto da presença do elemento na trajetória e as dificuldades enfrentadas por aqueles que não conseguem acessar tais recursos.

Os principais pontos identificados como facilitadores foram os fatores funcionais e o capital social. A moradia é apontada como um elemento central na trajetória de integração. Nesse sentido, três perfis de moradia foram identificados: abrigos, moradias compartilhadas (pensão, worldpackers) e privadas(aluguel). Os abrigos se mostram como centrais por representarem um suprimento das necessidades básicas. Já as moradias compartilhadas e privadas, além dessa função, se mostram um elemento de estabilidade e sentimento de pertencimento. (Tabela 10)

Tabela 10. Repercussão da Moradia no processo de Integração

Indivíduo	Moradia	Repercussão
SP1DM26	(..) também o mais importante, ter um lugar para morar, na verdade eu não tinha nenhum lugar que eu possa falar que é meu aqui, mas aqui estão me dando a oportunidade de ter tudo.	Sentimento de pertencimento
RR4CF41	Foi quando nos receberam no Refúgio, nos deram comida, foi muito boa a oportunidade de estar lá naquele refúgio (tradução nossa).	Suprimento de necessidades básicas
RR1MAF45	Para o momento eu já tenho a essa a moradia, é um lugar alugado, mas tenho um local onde é tranquilo, tenho meu quarto, tenho as minhas comodidades básicas.	Estabilidade

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Apesar de se revelar como um fator central, algumas dificuldades para acesso a esse fator foram apresentadas nos discursos, no que diz respeito principalmente a falta de moradia, ou moradia precária:

“Então eu fiquei aqui sozinha, sem trabalho, não tinha onde comer, eu dormia na rua, às vezes eu não tinha onde tomar banho, então eu ia no rio me lavar (RR3CF41) (tradução nossa), “

“Eram tendas, eram muito incômodas, porque fazia muito calor, fazia muito calor, e como eram pequenas e eu estava ali com minha filha e as crianças, então fazia muito calor e eles ficaram cheio de bolhas, ficaram doentes, e os banheiros também eram muito ruins ” (SP15SF58) (tradução nossa).

Além da moradia, o acesso ao mercado de trabalho também se apresenta como elemento essencial para o processo de integração. Aqueles que conseguiram se inserir, seja formalmente, seja de forma autônoma, ressaltam sua importância não apenas pelos recursos financeiros para se manter e para ajudar a família, mas por ser uma forma de estabelecimento de relações interpessoais (Tabela 11).

Tabela 11. Repercussão do emprego no processo de integração.

Indivíduo	Fator	Repercussão
SP14AM38	Emprego: o trabalho significa praticamente tudo, porque quem não trabalha não come e não pode viver. Como que vai comer, pagar o aluguel, os serviços, tudo isso?	Suprir necessidades básicas
SP7SF31	Emprego: aqui tenho as oportunidades, as amizades. Vejo aqui, essa empresa atualmente um local onde tenho a oportunidade de crescer (tradução nossa).	Estabelecimento de relações interpessoais
SP8JM36	Emprego: porque foi o meu primeiro trabalho, foi o que me ajudou a trazer o meu esposo para cá e aí conseguimos nos estabilizar um pouco mais (tradução nossa).	Possibilidade de ajudar a família e estabilidade no novo local

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A falta de emprego é considerada como um limitante central, por dois motivos principais. O primeiro é a dificuldade de acesso ao capital financeiro e a outros elementos funcionais, como moradia: “porque com um emprego eu faço o demais. O demais eu faço, ter um aluguel, ter as minhas próprias coisas, disfrutar” (SP14AM38) (tradução nossa); “o emprego é uma das coisas para eu poder me manter tranquila aqui em Boa Vista” (RR1MAF45).

O segundo é o sentimento de não pertencimento e ausência de função na sociedade: “falta trabalhar, desejo ter um emprego para me comunicar com outras pessoas, para conhecer a cultura, para conhecer todas as coisas de São Paulo, não ter emprego faz sentir as pessoas meio deprimidas” (SP12CF50) (tradução nossa).

Outro fator de destaque nas narrativas foi o capital social. Começando, pela família no Brasil, ela foi considerada como um facilitador principalmente no que diz respeito ao sentimento de acolhimento, visto ela representar um importante vínculo afetivo estabelecido pelo refugiado na nova comunidade. Além disso, se revela como uma fonte de apoio financeiro e acesso à aspectos funcionais como moradia (Tabela 12).

Tabela 12. Exemplos da repercussão da presença da família no Brasil no processo de Integração

Indivíduo	Família no Brasil	Repercussão
SP2EF28	Quando nós chegamos, chegamos a Roraima e estavam os meus pais, eles já tinham um tempo em Roraima. Quase 3 anos. Nós chegamos para lá, nós meu namorado e eu, chegamos a Roraima por um tempo, <i>mientras</i> trabalhamos e juntamos um pouco de dinheiro para vir pra São Paulo.”	Acesso à moradia e Apoio Financeiro
SP3F40	(..) monetariamente também. Ao chegar ao Brasil meu irmão me ajudou (tradução nossa).	Apoio Financeiro
RR5RM20	Agra eu to morando com o meu irmão, minha irmã. Cada qual eles têm sua parceira (namorados), casal neh?	Acesso à Moradia
RR2CJM52	Eu tenho o principal aqui que é minha mulher e minhas filhas (tradução nossa).	Presença de vínculo familiar na nova comunidade

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Já o contato com os brasileiros proporciona ao refugiado um sentimento de pertencimento e acolhimento na nova comunidade. Além disso, representa uma fonte de

orientações e de auxílio para compreensão da cultura e funcionamento do país e para o acesso ao mercado de trabalho e moradia (Tabela 13).

Tabela 13. Repercussão do contato com brasileiros na Integração

Indivíduo	Brasileiros	Repercussão
SP1DM26	Aqui nós temos também muitos outros amigos que conhecemos aqui e agora, somos quase que uma família, é muito legal	Sentimento de Acolhimento
SP3F40	Eu cheguei a uma pensão e os donos da pensão nos ajudaram de forma incrível (...) eles disseram que nós viramos uma família (tradução nossa).	Sentimento de Acolhimento
SP14AM38	Eles me aconselham, por exemplo: " olhe isso é bom, isso é ruim, olha, faça isso, olha, isso não se faz, caminhe por aqui, qualquer coisa, nós estamos aqui para te ajudar (tradução nossa).	Orientações
SP8JM36	Maria, ela foi a pessoa que me encaminhou e que encontrou uma oportunidade de emprego. Ela que veio falar com o Ricardo, que é o dono da empresa. Ela também procurou a casa onde estamos vivendo agora, bom ,ela moveu muitas pessas para eu estar onde estou agora (tradução nossa).	Emprego e Acesso à moradia
SP15SF58	Uma senhora, não lembro o nome dela na verdade, ela ajudou a resolver a questão da minha passagem, ela emprestou a conta dela para que meu filho pudesse depositar o dinheiro da nossa passagem. E, de verdade, agradeço muito isso (tradução nossa).	Ajuda com processos burocráticos
RR5RM20	E, relação com os brasileiros me ajudou a adaptar um pouco. A conhecer melhor e por exemplo, as culturas de vocês que são bem diferentes né.	Conhecimento do país

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Ainda, a relação com outros venezuelanos e migrantes de outras nacionalidades, tem uma repercussão semelhante aos demais tipos de relacionamentos interpessoais citados, visto também auxiliarem em áreas como apoio à moradia, orientações e forma de interação social (Tabela 14).

Tabela 14. Repercussão do contato com venezuelanos/ outros migrantes no processo de Integração

Indivíduo	Venezuelanos/Migrantes de Outras nacionalidades	Repercussão
SP4CM35	Migrantes de Outras nacionalidades: eu sou músico também, e uma vez a gente se falando, conversávamos sobre música dentro do abrigo lá na Missão Paz, e elas saíam todo dia tocar música dentro dos ônibus, então elas me convidaram se eu queria ir com elas. E é uma coisa que eu nunca fiz na minha vida e para mim foi uma das melhores experiência	Companhia na nova comunidade/Interação Social
RR6MJM39	Venezuelanos: E desde o começo com os meus compatriotas venezuelanos que têm sido muito legais, muito gente boa comigo, me chamam para sair para vários lugares (tradução nossa).	Interação social
SP7SF31	Venezuelanos: cheguei aqui na casa do meu amigo que me abriu as portas e desde o princípio me disse, " você chegando aqui tem que sair para buscar empregos, tirar sua documentação".	Moradia/ Orientações

Fonte: Elaborado pela Autora (2019).

Dessa forma, a falta de capital social e/ou conflitos nos relacionamentos interpessoais se apresentam como elementos desfavoráveis no processo de integração principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de relações interpessoais. No caso das entrevistas analisadas, são destacados os desentendimentos com outros venezuelanos, inclusive entre familiares.

“O mais difícil para mim no Brasil, por incrível que pareça, é conviver com venezuelanos” (RR3MMF50) (tradução nossa).

“O esposo da minha tia se meteu comigo, ele queria me ameaçar com uma faca- “você não têm que estar aqui, tem que buscar um refúgio” e coisas assim. Então meu esposo ficou bravo e eles brigaram e se acertaram com golpes [...] minha tia não separou a briga e ficou contra o meu esposo. Então eles o jogaram em uma parede e quebraram o braço dele, eles queriam atingir o rosto, mas ele cobriu com o braço (RR14GF25) (tradução nossa),

Em seguida, os fatores que mais aparecem como facilitadores são o acesso à saúde e educação. O acesso à saúde diz respeito principalmente ao atendimento gratuito nos hospitais e postos de saúde públicos em momentos de necessidade. Já o acesso à educação se mostra importante principalmente na trajetória de entrevistados com filhos em idade escolar, os quais caracterizam o acesso ao sistema de ensino (escola, creche) é um fator primordial para a integração da família com um tudo.

Outro ponto mencionado são os cursos de português e os cursos profissionalizantes, considerados importantes por proporcionarem novos conhecimentos, estabelecimento de relações interpessoais e serem uma porta de entrada para o mercado de trabalho e para o desenvolvimento de atividades (Tabela 15).

Tabela 15. Repercussão da saúde, acesso à documentação e educação no processo de Integração

Indivíduo	Fator	Repercussão
SP5RM73	Saúde: A cidade me oferece um sistema de saúde que antes eu não tinha. Precário como dizem os brasileiros, que não funciona bem, mas para mim funciona uma maravilha, porque eu não tinha nada (tradução nossa)	Acesso facilitado ao sistema de saúde
SP7SF31	Saúde e Documentação: aqui eu gosto da parte da saúde, eles só te pedem um CPF e algo que te identifique, sua identidade (tradução nossa).	Acesso facilitado ao sistema de saúde
SP13MF42	Educação: também estou fazendo curso de corte e costura, porque aí eu posso aprender a costurar e posso montar um negócio de costura (tradução nossa).	Desenvolvimento de atividades profissionais
SP3FF40	Educação: por exemplo, agora estou em contato com os outros participantes do curso, isso é genial, passo tempo toda semana com essas pessoas, fiz algumas amizades, alguns vínculos, alguns mais próximos que outros, tem pessoas maravilhosas (tradução nossa).	Estabelecimento de relações interpessoais
SP7SF31	Educação: na parte do acesso à educação, quando cheguei com meu filho, chegando e procurando um lugar para ele estudar., E pensei que eles me rejeitariam no momento em que eu falasse, e não, na verdade foi realmente muito diferente . Eles abriram as portas para o meu filho e o trataram muito bem. Tudo realmente foi maravilhoso. Depois, ele se apaixonou pela escola (tradução nossa)	Acesso ao ensino público de educação, sentimento de acolhimento

Fonte: Elaborado pela Autora (2019).

Outros elementos presentes nas trajetórias são a documentação e o status legal. Tais fatores se mostram como facilitadores pois permitem aos refugiados viverem de maneira regularizada na comunidade anfitriã, tendo os mesmos direitos e acesso à serviços que os cidadãos locais (Tabela 16).

Tabela 16. Repercussão do status legal e documentação no processo de integração

Indivíduo	Fator	Repercussão
SP1DM26	Documentação: Com o tempo, bom, nós achamos todos esses documentos, e agora já temos basicamente tudo que precisamos para começar uma nova vida e ter nosso próprio lugar aqui em São Paulo.	Documentação como fator necessário para se estabelecer no novo local
RR1MAF45	Documentação: tendo feito todo o meu processo de documentação me senti tranquila, um pouco mais tranquila (tradução nossa).	Documentação garante tranquilidade na hora de se estabelecer em uma nova comunidade
SP4CM35	Status Legal: Já com o reconhecido, eu gostaria de estudar de novo, então isso me dá uma possibilidade de entrar em uma faculdade de novo, ter meus diplomas. Ser reconhecido traz muitas coisas boas. Por exemplo se eu não tivesse um passaporte, eu poderia tirar um passaporte amarelo, não é que eu vou ser brasileiro, mas tenho esse passaporte amarelo que dá para eu sair, e se acontecer algo fora do país o Brasil me recolhe. Se meu país chama para deportar, o Brasil não me deixa ser deportado. São mais vantagens do que desvantagens.	Direitos garantidos pelo status legal de refugiado reconhecido
SP14AM38	Documentação Eu corri para ter minha documentação aqui no Brasil. Lá em Roraima eu tirei toda a minha documentação para poder trabalhar, e depois eu comecei a trabalhar (tradução nossa).	Documentação permite acesso ao mercado de trabalho

Fonte: elaborado pela autora (2019).

A limitação ao acesso à documentação se mostra como um entrave, principalmente para a inserção no mercado de trabalho:

“a questão da revalidação do diploma, porque nunca consegui, para mim é negativo, nunca, até o sol de hoje, não consegui fazer minha revalidação, perdi muitas oportunidades por isso” (RR15EM30) (tradução nossa).

“Eu não consigo atuar propriamente como advogado, assinar não, estou tentando revalidar meu diploma, está sendo difícil, é muito difícil. Porque eles têm uma questão que estão cobrando dois mil cento e poucos reais só para avaliar meu documento, e eu não tenho ainda esse dinheiro “(SP9VM32). “Já entreguei meus documentos para fazer uma revalidação de diploma em uma organização e ficaram de ligar, mas talvez eu volte em algum momento, porque já se passaram seis meses e eles não têm ligado para mim (SP2EF28).

Em relação ao status legal, apesar de ser identificado como elemento positivo, alguns status se mostram mais vantajosos que outros, pensando na inserção nas diversas áreas da sociedade. É ressaltado em algumas trajetórias entraves ao se optar pela solicitação de refúgio ao invés de um registro de migrante. Nesse sentido é válido o debate, dado que, em alguns casos, houve troca de status (refúgio para migrante), justamente por tais limitações:

“Quando você é solicitante é uma folha, tem pessoas que não conhecem o documento e falam que não é documento, aí você tem que explicar o porquê. Para abrir uma conta no banco também com o documento é difícil, depende do conhecimento dos funcionários, tem alguns que falam que isso não é documento, " mas tem o carimbo da polícia federal"... não, mas tem que levar para o cartório", e essas coisas. Uma vez eu queria entrar no prédio e não entrei porque a moça falava que isso não era documento. Fiquei em baixo, tiveram que descer, falar que eu podia entrar no prédio” (SP4CM35).

“Eu fui solicitante de refúgio, em Roraima, em Pacaraima, Boa Vista né. Aí quando cheguei aqui em São Paulo tomei a decisão de solicitar o processo migratório, RNE, Registro Nacional Migratório. Eu tomei essa decisão porque aqui em São Paulo tem mais conhecimento do estrangeiro com aquele documento e com o documento de solicitação de refúgio não garante um documento de identidade para você. Ele só garantia para instituições públicas, mas quando você vai procurar um emprego, o RH não entende aquele documento” (SP9VM32).

Dessa forma, é possível perceber que, apesar da solicitação de refúgio representar um status regularizado perante a lei, ainda há uma dificuldade de seu reconhecimento em algumas esferas da sociedade. Por esse motivo, é relatada a troca para a solicitação de residência, status que possibilita um maior reconhecimento.

Seguindo, dentre as categorias de fatores (individual, sociocultural e funcional), os elementos individuais foram os menos citados como facilitadores. Dentre eles, os mais ressaltados como importantes foram: estratégias individuais, experiências anteriores e religião.

Estratégias individuais dizem respeito às iniciativas próprias retratadas por alguns participantes para poderem se inserir na sociedade. Dentre essas estratégias destacam-se o envolvimento em trabalhos voluntários, iniciativa para conhecer a cidade, aprendizado prévio do idioma. (Tabela 17).

Tabela 17. Exemplos de Estratégias

Indivíduo	Trecho	Tipo de Estratégia
SP7SF31	Antes de vir para cá comecei a escutar música em português, mais ou menos a estudar português e entender as palavras mais ou menos, e na parte de compreensão, sim compreendia um pouco (tradução nossa).	Começar a aprender o idioma antes de chegar ao país
RR8LF18	Outra coisa que fiz também foi aceitando que temos uma vida, e bom, estamos aqui e temos que fazer algo, lutar. Algo que fiz foi um voluntariado na ONG. Estive fazendo um voluntariado e isso foi bom (tradução nossa).	Se envolver em projetos voluntários
RR4CF41	Para você ter algo, você tem que lutar, saber lutar...eu digo para a minha mãe, para sair, para buscar (...) (tradução nossa).	Buscar oportunidades
SP4CM35	A curiosidade também porque comecei a conhecer São Paulo, comecei a conhecer coisas (...)	Ter iniciativa para conhecer a cidade

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Nota: Os nomes citados foram substituídos para preservação do sigilo

Já experiências prévias podem ser classificadas como algum tipo de conhecimento em relação ao Brasil (Tabela 18) adquiridos pelos respondentes antes de migrar, os quais foram apontados como facilitadores, por facilitar, de alguma forma, a compreensão sobre o funcionamento do país.

Tabela 18. Exemplos de Experiências anteriores

Indivíduo	Experiências Anteriores	Repercussão
SP4CM35	Sim, porque no ano de 2007 sempre vinha para cá para o Brasil.... não foi difícil pra mim na parte da documentação, porque eu já conhecia as leis, já sabia como era a solicitação de refúgio, sabia aonde tinha que procurar na polícia federal, e levar as certas documentações e provas. (...) Então (vim para) Fortaleza porque já fiz amizades.	Conhecimento prévio do país e seu funcionamento; Rede de relacionamentos já estabelecida.
RR9BF19	Desde 2012, trabalhando aqui no Brasil, só que eu voltava pra lá e vinha para cá de novo, trabalhava e regressava (tradução nossa).	Experiência no Mercado de Trabalho; Conhecimento prévio do funcionamento do país.

Fonte: Elaborado pela Autora (2019).

A possibilidade de seguir, na comunidade atual, os mesmos costumes religiosos adotados no local de origem também é apontada como elemento facilitador:

“A parte da igreja, a menciono aqui, porque nós, desde a Venezuela tínhamos trazido isso, de se Adventista. Mais que tudo, eu conheci a Igreja Adventista do sétimo dia pelo meu esposo. Depois de chegar aqui nós buscamos, começamos a buscar mais pela religião. E essa igreja nos recebeu com muita solidariedade, aqui nos sentimos em família, é muito unido aqui (SP7SF31) (tradução nossa).

“Essa é uma igreja Cristã que eu estou congregando atualmente, e é algo muito positivo” (SP8JM36) (tradução nossa).

Por fim, um último ponto presente nas trajetórias foi o papel das mídias sociais. Tal fator atua como um canal alternativo para se conseguir informações sobre procedimentos, acesso à serviços, e estabelecimento de amizades (Tabela 18).

Tabela 18. Exemplos da repercussão das Mídias Sociais no processo de Integração

Indivíduo	Mídias Sociais	Repercussão
RR5RM20	Foram divulgando meu trabalho, fizeram um vídeo meu, foi divulgado nas redes sociais, por esse vídeo, teve várias pessoas aqui em Roraima que estiveram dispostas a me ajudar. Aí consegui entrar na orquestra dessa Instituição. Atualmente eu faço parte da orquestra dessa Instituição.	Acesso à bolsa de estudos
SP9VM32	Eu tenho um amigo venezuelano que eu consegui aqui né, mediante um grupo no Facebook, Whatsapp, mas a gente tá fazendo amigo brasileiro também (..) aí eu fui recomendado por um amigo no Facebook que ficava aqui em São Paulo a ir a uma instituição	Relacionamentos Interpessoais, acesso à informação
SP8JM36	Muitas pessoas chegaram a conhecer a minha família através de uma reportagem que essa emissora fez, em dezembro, que saiu dia 25 de dezembro. E graças a reportagem eu consegui cama, ganhei geladeira, fogão, ganhei coisas pra casa, leite pro meu filho. Ganhei uma grande quantidade de coisas graças a Deus, graças a essa reportagem (tradução nossa).	Acesso a bens materiais

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Nota: Os nomes citados foram substituídos para preservação do sigilo.

4.2.2 Descrição dos Fatores Dificultadores

Essa seção tem como objetivo apresentar os elementos que influenciam de forma negativa a trajetória de integração. Nesse sentido, os fatores serão apresentados em ordem decrescente de evocação, ou seja, dos mais citados para os menos citados.

Os principais elementos dificultadores mencionados são a nacionalidade e a idade. O fato de ser um migrante de origem venezuelana, é apontado como motivo de preconceito: “sentia muito tipo " você é venezuelano", preconceito” (RR5RM20); “sentia que, pela atitude de alguns venezuelanos e tal, havia brasileiros que não gostavam da gente. E bom, creio que isso, como que, é uma desvantagem” (RR8LF18) (tradução nossa); “sei que essa semana teve confronto. Isso é um motivo que denigre um pouco aos venezuelanos” (RR7NM24) (tradução nossa); “acho que talvez a nacionalidade em Roraima, porque tipo tinha muita xenofobia” (SP2EF28).

Tal fator está diretamente relacionado com a percepção da comunidade anfitriã, visto o preconceito partir dela. Contudo, é possível perceber que os discursos que alegam a nacionalidade como fator dificultador trazem uma perspectiva de responsabilidade própria, ou seja, de que o problema não está na visão preconceituosa da comunidade, mas sim no fato da sua condição de migrante. Nesse sentido, um discurso que justifica essa perspectiva, muito frequente nos relatos é:” por causa de poucos, todos pagam” (ex: RR11TF50, RR13AM59, RR14GF25, RR3CF41). A ideia por trás desse discurso é que, por causa do comportamento negativo de alguns venezuelanos, todos sofrem preconceito, ou seja, a culpa da percepção negativa é o comportamento do migrante.

A idade foi relatada como um fator negativo por dois motivos principais. O primeiro deles é a dificuldade de recomeço, a qual foi citada principalmente pelos respondentes com idade mais avançada, os quais relatam a dificuldade de terem que abandonar uma vida já construída e se restabelecerem em um novo local.

“É muito duro começar aos 73 anos, começar do zero quando chega o momento em que você acredita que vai desfrutar do seu trabalho, de sua aposentadoria, e isso fico para trás (...) para mim não há futuro, para mim é presente, presente e presente. Todo o dia é meu presente, não é meu futuro” (SP5RM73) (tradução nossa).

O segundo é relacionado a inserção no mercado de trabalho. Os respondentes sentem que a idade avançada é um empecilho para a entrada no mercado de trabalho:

“Eu tenho 49 anos, para alguns empregos e algumas coisas é difícil” (SP6EM49) (tradução nossa)

“Um emprego para mim, aos 42 anos [...], vou tentar simplificar, eu creio que não é uma opção viável” (SP3FF40) (tradução nossa).

Por fim, outro elemento que apareceu como dificultador é a drástica mudança no padrão de vida, causada pela migração forçada para uma nova comunidade. São abordados nos relatos o conflito gerado e as dificuldades nesse processo. Essas mudanças estão ligadas principalmente a dois aspectos. O primeiro deles é a perda de elementos materiais:

“Uma casa própria, meu carro, eu tenho dois carros na Venezuela, mas aqui me falta dinheiro, me falta tudo” (RR2CJM52) (tradução nossa),
Eu gostaria de viver aqui da mesma forma que eu vivia na Venezuela (SP14AM38) (tradução nossa).

O segundo está relacionado a elementos mais subjetivos como sensação de desconhecimento e estilo de vida:

“A realidade de estar longe de casa, de ficar, de você ser autônomo de tudo aqui. Quando eu estava lá eu era " filho de papai e mamãe né", tipo não sabia a realidade de tudo na vida. Comecei a ver a vida com outras expectativas” (RR5RM20) (tradução nossa).

“Ser desconhecido é um problema, porque, imagina, chegar a um lugar onde ninguém te conhece. Depois de ter construído uma grande trajetória, a nível profissional e em outras coisas. De certa forma eu era reconhecido, e chegar aqui e nada, difícil não?” (SP6EM49) (tradução nossa).

4.2.3 Descrição dos Fatores que atuam como facilitadores ou dificultadores

Essa seção tem como objetivo apresentar os elementos que influenciam de forma positivo ou negativa a trajetória de integração. O principal ponto que faz com que esses fatores atuem de maneira diferente é o contexto em que cada narrativa estava inserida.

A partir da análise das trajetórias, nota-se que o idioma foi apontado como o principal elemento negativo, trazendo como consequência a dificuldade na comunicação. Foi recorrente nos relatos a sensação de medo, insegurança e o desespero gerados pela impossibilidade de se expressar de forma clara:

“O idioma também foi um problema. Eu tinha muito medo, não conseguia compreender o que me diziam, eu sentia que estavam falando comigo em chinês. Eu não entendo nada, eu não podia falar mais do que um bom dia ou uma boa noite, não conseguia falar, não conseguia” (SP3FF40) (tradução nossa).

“Tem muito a ver com a questão do idioma, por exemplo, para nós existem algumas palavras que para vocês significam outras coisas, então existe um choque, não existe uma comunicação boa até a gente poder ter o idioma já em um nível avançado” (RR1MAF45) (tradução nossa).

Isso trouxe como consequência a dificuldade no relacionamento com as pessoas da comunidade anfitriã: “e o idioma também, todo dia a gente trata de se comunicar e tem alguns aspectos que a gente não entende quando estamos falando. “O que você falou?” “Lá no escritório acontece muito, aí prefiro escrever algum negócio ou mandar email, que aí eu uso o tradutor, e ainda as vezes as pessoas não entendem” (SP9VM32), e é motivo de xenofobia:

Quando cheguei aconteceu uma coisa comigo, eu fui comprar uns pães na padaria e aí quando eu fui dizer, por exemplo, eu não sabia que se falava “pão”, eu dizia “pancito”, “pancito”, aí me mandaram para aquele lugar...eu não tinha entendido o que ele tinha falado, depois ele

me olhou com aquele rosto, me olhou com desprezo. Então eu saí dali, foi triste e me incomodou muito” (SP8JM36) (tradução nossa).

Por outro lado, espanhol como língua materna, é relatado em algumas trajetórias como um dos fatores centrais para a inserção no mercado de trabalho, dada a oferta de vagas que tem como pré-requisito o espanhol fluente:

“mas eu fui naquela área e acho que eles precisavam de uma pessoa que falava espanhol fluente” (SP9VM32).

“porque quando teve o processo seletivo para o trabalho que estou agora, teve uma prova acho que tinha a ver com pessoas que falavam espanhol porque o pessoal da saúde geralmente não conseguia ter acesso a todos os imigrantes bolivianos e peruanos que estão morando na região pelo fato do idioma mesmo, e aí como eu falava espanhol e eles souberam, aí a prova ocorreu no idioma espanhol, então acho que isso me ajudou um pouco” (SP2EF28).

Em relação a profissão, foi presente em todos os discursos que relataram tal item como dificultador, a expectativa de inserção no mercado de trabalho na área de formação original e a frustração gerada quando isso não é alcançado:

“Eu sou licenciada em turismo, queria como que, buscar um emprego na parte de turismo, mas não foi assim. Tive que começar a trabalhar com mantimento” (SP7SF31) (tradução nossa).

“Uma das coisas foi que eu estava procurando emprego só na minha área, e eu me fechei muitas portas e deixei passar muitas oportunidades por isso, porque eu só estava procurando na minha área, e tinha outras oportunidades, mas eu estava só focado em jornalismo” (SP4CM35).

Apesar de ser apontado majoritariamente como um elemento negativo, em um dos casos entrevistados, a profissão é classificada como algo positivo, pois possibilitou o aparecimento de novas oportunidades:

“A profissão também, por eu ser professor, isso me ajudou, não é como era antes, mas por causa da minha profissão eu pude ter contato com professores aqui na universidade, fazer coisas mais relacionadas à minha ocupação” (RR15EM30) (tradução nossa).

A escolaridade foi o item menos citados nessa categoria de fatores, estando presente em apenas dois dos discursos. Em um deles, o alto nível de escolaridade é pontuado como um fator negativo por dificultar a entrada no mercado de trabalho:

“Um dos limitantes quando estava procurando emprego era por ser formado, então eu conseguia uma entrevista de trabalho, mas já quando olhavam o meu currículo falavam “ah, mas você é formado”, então era como o pior, ser formado você tem um conhecimento. Até fiz outro currículo que era muito simples, falei que não terminei o ensino médio, que minha mãe fez o currículo porque não sabia ler nem escrever, então o engraçado é que teve mais retorno com esse currículo” (SP4CM35).

Contudo, é considerado como uma vantagem em outro relato por permitir o acesso a ambientes que possibilitaram o desenvolvimento de atividades e a formação de uma rede de relacionamentos: “a escolaridade foi positiva, pois, bem, eu estava formado, e apesar de tudo, isso me ajudou a conhecer pessoas na universidade, me ajudou muito a me desenvolver, eu tinha contato com pessoas desse meio” (RR15EM30) (tradução nossa).

A questão do apego ao lugar se mostrou um fator complexo, presente em todas as narrativas como um elemento que influenciou diretamente a trajetória de integração. Apesar do processo de estabelecimento em um novo lugar começar com a chegada do migrante na comunidade anfitriã, os vínculos passados, principalmente com o espaço de origem revelaram, a partir das narrativas analisadas, ter um papel importante nessa dinâmica. O primeiro ponto, muito ressaltado nos discursos, diz respeito ao sentimento de abandono do local considerado como lar, onde toda uma vida foi estabelecida:

“Deixamos muitas coisas. Deixamos afetos, mas também coisas materiais. Perdemos muito. Perdemos tudo. Para sair perdemos tudo. Nossa vida se converteu em 7 malas” (SP5RM73) (tradução nossa).

“E, de tudo, o que eu acho mais difícil, é a parte de, primeiro, deixar seu lar, sua família, seus amigos, onde você conviveu tanto tempo, para estar em um lugar totalmente diferente, totalmente diferente, onde você não conhece ninguém, é muito difícil” (RR4CF41) (tradução nossa).

“Minha cidade natal significa muito para mim, porque é a terra onde eu nasci, onde eu tenho todas as minhas memórias de criança” (RR15EM30) (tradução nossa).

“Esse lugar é a minha raiz, porque está a minha casa, está tudo o que tenho, todo o esforço” (SP15SF58) (tradução nossa).

Tal sentimento é seguido pela dificuldade de reconstrução desse vínculo em um novo ambiente:

Não, jamais, nunca. Não sinto que aqui é o meu lar. Talvez mais para frente, se eu seguir, conseguir algo estável, me acostumar com o ambiente, aí talvez eu possa chamar aqui de lugar. Mas, até agora não, por enquanto estou aqui de passagem (RR12YM28) (tradução nossa).

“São Paulo é o meu segundo lar, não é o meu primeiro lar porque sempre vou pensar na Venezuela, sempre, na minha família, nos meus amigos (SP7SF31) (tradução nossa).

“E depois de um mês de ter vindo, eu me sentei na frente do espelho e disse, “você tem que aceitar que veio, e agora vai ter que aguentar a cultura daqui, o idioma e tratar de se situar que você não está mais em San Félix” (RR9BF19) (tradução nossa).

“Eu ainda não saquei (tirei) minha mente da Venezuela, porque eu desejo *hacer todo o que estoy* fazendo aqui, ter todas as condições que estou tendo aqui, lá na Venezuela. Que é ainda uma esperança que é impossível, mas é o que eu desejo” (SP2EF28).

“Outro desafio é ser desconhecido. Aqui ninguém te conhece, ninguém te conhece, sabe quem você é, você se sente invisível” (SP6EM49) (tradução nossa).

Essa dificuldade na relação estabelecida com a comunidade atual é causada principalmente pelos relacionamentos afetivos rompidos no processo de migração, bem como pela dificuldade de adaptação aos aspectos físicos do novo local. A partir dos relatos, nota-se que os vínculos afetivos deixados no local de origem prejudicam a integração no local anfitrião, principalmente nos cenários de separação familiar, em que apenas parte dos integrantes opta ou tem condições de migrar:

“Toda minha família está lá. Por isso vou desenhar apenas um coração. Só vou fazer um coração porque para mim, onde eu morava está meu coração” (SP10PF30) (tradução nossa).

“Em todas, cada uma das fases que tem aqui, eu tinha problema com a distância, porque eu não tenho a minha família aqui né. A gente chora todo dia pela família” (SP9VM32).

“Por isso eu me sinto mal, às vezes não quero nem comer, choro muito, me sinto muito mal porque deixei meus filhos lá [...] muitas vezes eu começo a pensar que queria voltar para lá” (RR3CF41) (tradução nossa).

“É horrível estar aqui e comer todo dia. Só de pensar que temos nossa comida e eles não estão comendo nada lá, é horrível”. É horrível, para mim, para minha família, porque não estamos acostumados. Pois sempre fomos unidos, não estamos acostumados a não estar unidos, se alguém da família está passando por dificuldades, nós apoiamos. Mas nesse caso, não dá, porque estamos muito longe, não tem como” (RR4CF41) (tradução nossa).

Em relação aos aspectos físicos do novo local, ele se manifesta como um fator que prejudica a integração, principalmente em trajetórias que há uma mudança significativa do tipo de ambiente, por exemplo aqueles que viviam em cidades pequenas, áreas rurais; e passaram a morar em locais urbanos:

“Uma cidade de um milhão de pessoas, onde não há trânsito pesado, onde eu trabalhava a três minutos da minha casa, era caminhar 100 metros e chegar a uma escola gigante, muito grande. Onde tudo estava perto e eu não tinha que pegar ônibus, nem pegar nada para chegar onde eu queria, tudo estava perto, depois chegar aqui, com uma cidade de 18 milhões de pessoas, isso não é fácil” (SP6EM49) (tradução nossa).

“Bom, eu gostava muito de viver na Ilha de Margarita, era um lugar ótimo, muito legal, com gente muito querida, gostosa, em todos os lados, tinha muitos amigos lá, como era uma ilha, tudo ficava perto, você podia viajar de uma ponta da ilha até a outra em, não sei, pode ser 1h30 mais ou menos com carro, com transporte público pode ser 2h30, 3h, mas é muito pequeno em comparação com São Paulo que nossa, é uma cidade maior maior . Então eu gostava muito de morar ali porque tinha tudo perto, basicamente você podia conhecer a todo mundo na Ilha, você conhecia a todos, porque todos moravam perto, você conhecia aonde todo mundo vivia, tudo” (SP1DM26).

Nesse sentido, é possível observar que nos relatos em que os respondentes estão acompanhados da família ou se mudaram para regiões com características físicas semelhantes ao local de origem, há uma identificação e apego positivo maior com o local atual do que nos relatos em que isso não ocorre:

“Minha família é onde eu estou com o meu filho. Aqui é o meu lar. Aqui é o meu lar” (SP3FF40) (tradução nossa).

“Eu adoro São Paulo, eu adoro o centro pelas edificações, o São Paulo, porque eu gosto muito da cidade, ela é tipo Caracas, muitos prédios. Eu gosto de cidade.” (SP2EF28).

“E bom, em vista de que meu filho veio para aqui e é meu único filho, eu ficava muito triste, chorava muito por isso e eles estavam aqui

trabalhando e decidiram me trazer para aqui [...] aqui é meu lar, porque meu filho está aqui, mas se meu filho for para outro lugar, eu iria junto” (SP12CF50) .

Outro elemento importante para um relacionamento positivo com o local atual é o sentimento de acolhimento. Além dos pontos apresentados acima, é possível identificar que a percepção positiva sobre a comunidade anfitriã tem papel central no desenvolvimento dessa relação:

“As pessoas do Brasil são muito felizes, legais, são gente ótima, todo mundo gosta de ajudar. Todo mundo fala com você, você precisa de alguma coisa, quer saber algum endereço, eles são muito legais com você e eu acho que isso é algo muito ótimo e quando você está precisando eles querem ajudar de algum jeito e bom, todo mundo aqui são pessoas muito boas, acho que aqui é um país muito legal. O povo é ótimo, as pessoas são gostosas, eu gosto muito daqui” (SP1DM26).

Mas no Brasil eu não quero apenas receber, mas quero dar. Eu tenho uma dívida com o Brasil. São Paulo começa a me acolher. Lar é acolhida, lar é onde você vive e é confortável, onde você gosta. E São Paulo está fazendo isso comigo “(SP5RM73) (tradução nossa).

Dessa forma, é possível identificar por meio das narrativas que o apego ao local de origem e o apego ao local atual são fatores importantes na trajetória de integração, pois influenciam diretamente a relação estabelecida com a nova comunidade. Em relação à comunidade, outro ponto presente em todas as trajetórias foi a percepção da comunidade anfitriã.

Nos casos de percepção positiva dos cidadãos locais, os respondentes alegam que ela facilita no processo de integração pois representa uma forma de acolhimento, fator importante para que se sentissem parte e mais acostumados com o novo local em que estavam se inserindo: “eu encontrei a amabilidade dos brasileiros, acolhimento, estou ensinando coisas novas e aprendendo“ (SP5RM73) (tradução nossa).

Nos relatos de percepção negativa, ela representa um dificultador por gerar casos de xenofobia.:

. “Aqui no Brasil eu tenho sentido rejeição por ser venezuelana, você não é bem aceito no grupo de pessoas brasileiras” (RR1MAF45) (tradução nossa). “Muitas vezes eu estou falando com alguém e as pessoas dizem, de que parte da Espanha você é? Então eu digo, não sou da Espanha, sou da Venezuela. ah...Venezuela, okay, nos vemos, tchau” (SP6EM49) (tradução nossa).

Cheguei a ter medo de falar, porque quando eu ia caminhando, quando alguma palavra saia da minha boca já me olhavam assim, como se estivessem vendo alguém com enfermidade, com medo. Isso é feio, é muito feio e muito triste, porque somos todos seres humanos “(SP8JM36) (tradução nossa).

” sentia muito tipo " você é venezuelano", preconceito (RR5RM20).

Nesse sentido, é possível observar nos discursos isso ocorre por causa da visão preconceituosa dos cidadãos locais. Aqui é válido o paralelo com a questão da nacionalidade. Isso, pois, conforme discutido anteriormente nos fatores individuais, também há um discurso por parte de outros entrevistados, sobre a visão negativa da comunidade, contudo, nesse primeiro discurso, a ela é causada pelo mau comportamento dos venezuelanos e não por um olhar xenofóbico da comunidade.

Outro ponto levantado é o rótulo negativo que a palavra “refugiado” carrega, independentemente da nacionalidade:

“Para mim, o problema é o conceito de refugiado (...) refugiado é aquele que vem ocupar espaço, que vem atrapalhar. Quando alguém diz que é refugiado, as pessoas já acham que é um delinquente, que está fugindo e que é uma pessoa que carrega enfermidades mortais. Inclusive em uma aula, um aluno me perguntou se eu tinha sofrido alguma dessas doenças que falam na televisão que os refugiados têm quando chegam na fronteira “(SP6EM49) (tradução nossa).

“Não confiam nos refugiados. Para alguns setores da sociedade nós representamos algo estranho (SP5RM73) (tradução nossa).

Parte dessa percepção negativa foi identificada como consequência do papel da mídia na formação de opinião:

“É o que eu estou falando: "nossa você é venezuelano", acho que tem um pouco de preconceito. Eu senti um pouco de preconceito porque, por exemplo, se entrevistam venezuelanos, mostram uma imagem de que eles são meio mal, mas às vezes as pessoas escolhem só ver esse lado mal” (RR5RM20).

“Uma vez, na sala, um aluno quis me perguntar se eu tinha alguma dessas doenças que falam na televisão sobre os refugiados que chegam na fronteira. Porque eles veem na televisão que chegamos com varíola, sarampo, essas coisas, ele queria saber se eu tinha essas enfermidades mortais”. (SP6EM49) (tradução nossa).

Ainda, é relatado que essa percepção negativa, causa dificuldade de acesso a outros fatores, como moradia e emprego:

“E não temos acesso a moradia por quê? Porque não confiam nos estrangeiros. Há setores na sociedade em que representamos algo estranho, eu não digo “como são maus”, mas porque não nos conhecem, tem temor, mas não é todo mundo” (SP5RM73) (tradução nossa).

“Bom, o idioma é o fator principal, mas considero também que, alguns venezuelanos vêm para roubar, levar as coisas. Isso é o que alguns brasileiros dizem. Ou seja, que os venezuelanos só roubam e não trabalham. Eu digo que isso influencia bastante RR4CF41 (tradução nossa).

Outro elemento mencionado em duas perspectivas foram os aspectos culturais. Na primeira delas é ressaltada a interação entre as diferentes culturas como algo positivo, que enriquece o contato e os relacionamentos interpessoais:

“As diferenças culturais, não as vejo como algo negativo, mas sim como algo positivo. Porque essas diferenças fazem com que nos encontremos. Eu estou interessado em saber do Brasil, e sinto que muitos brasileiros estão interessados em saber o que eu digo” (SP5RM73) (tradução nossa).

Por outro lado, para parte dos respondentes, a cultura, principalmente aspectos ligados ao estilo de vida e costumes da comunidade anfitrião, foi citado como fator negativo:

“Eu respeito, mas sua cultura, sua forma de pensar, seu estilo de vida, como posso dizer, eu não gosto, não gosto” (RR9BF19) (tradução nossa).

4.2.4 Mediadores de integração

Através das trajetórias observa-se que o acesso aos fatores discutidos anteriormente se deu principalmente por meio de instituições, dentre elas destacam-se as ONGS, Governo, Instituições Religiosas, Privadas e Universidades. Começando com as ONGS, elas são relatadas como fundamentais no processo de integração por seu suporte com orientações referentes ao funcionamento das leis, processos burocráticos do país e doação de bens materiais e recursos financeiros.

Além disso, tais organizações foram apontadas como mediadoras centrais no acesso à educação, visto serem os principais locais de oferecimento de cursos de português e profissionalizantes, acesso à moradia, saúde, inserção no mercado de trabalho e como um ambiente para o estabelecimento de relações sociais (Tabela 19).

Tabela 19. Exemplo da repercussão das ONGS no processo de Integração

Indivíduo	ONGS	Repercussão
SP6EM49	Outra vantagem foi poder fazer gratuitamente cursos de português, idioma. Chegar nessas instituições e aprender um pouco do idioma, e ter a ajuda deles foi super fantástico. Isso mais que tudo (tradução nossa).	Acesso à Educação - Cursos de Português
SP8JM36	Quando chegamos aqui me comentaram sobre a ONG, sobre esse abrigo, ali eu estive três meses. A ONG representa o centro de tudo para mim (tradução nossa).	Acesso à Moradia
SP9VM32	(..) eu ia lá na ONG todo dia procurando emprego, e eu conheci a Empresa, o grande escritório que eu trabalho, eu conheci lá a Júlia que trabalha no escritório.	Inserção no Mercado de Trabalho
SP3F40	Por exemplo, agora as pessoas que eu mais tenho contato são os outros participantes dos cursos da ONG (..) eu fiz algumas amizades, alguns vínculos, alguns mais próximos que os outros, há pessoas maravilhosas (tradução nossa).	Estabelecimento de Relações Sociais
SP4CM35	Você tem uma palestra de ‘interculturalização’, que eles mostram como é a sociedade brasileira, quais são as coisas que vocês gostam e não gostam, para a gente se adaptar um pouco melhor e entender o brasileiro e que o brasileiro possa entender a nós também (..) as duas instituições orientam muito a gente.	Orientações gerais
SP12CF50	Logo fomos para a ONG, aí nos ajudaram com umas roupas de frio, não tinham muita coisa, mas o que tinham, nos ofereceram e nos deram por volta de 700 reais para comprar um medicamento que eu precisava que não tinha no posto de saúde e nos ajudaram (tradução nossa).	Doação de bens materiais e recursos financeiros
RR12YM28	Eles ajudam os migrantes a tratarem dos problemas do seu país, questões que você viveu, e os médicos te ajudam para você ter melhores condições física e mental (tradução nossa).	Acesso à saúde

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Nota: Os nomes originais das Instituições citadas, bem como de pessoas físicas foram substituídos para preservação do sigilo.

As instituições religiosas bem como instituições privadas e as universidades apresentaram um papel semelhante às organizações não governamentais. Isso, pois também foram consideradas como mediadoras no acesso à educação (cursos de português e profissionalizantes), moradia e no fornecimento de recursos materiais (Tabela 20).

Tabela 20. Exemplo da repercussão das Instituições Religiosas, Privadas e Universidades na Integração

Indivíduo	Instituição	Repercussão
SP15SF58	Instituições Religiosas: Uma igreja também, Padre João, não sei como se chama, é algo assim (...), então ele nos ajudou muito para conseguir o abrigo, ele foi o contato com a coordenadora do abrigo, para que nos levassem, para que nos tirassem da rua (tradução nossa).	Acesso à Moradia
RR8LF18	Instituições Privadas: curso de administração que foi também um curso da Instituição Privada, mas ele não era só para imigrantes, era também para brasileiros. Então estamos fazendo o curso e todos nós estamos convivendo, é uma experiência boa, porque são idiomas diferentes e estamos nos conhecendo, estamos conhecendo as diferenças e tratando de nos entender.	Acesso à Educação
SP12CF50	Instituições Religiosas: onde vivemos, o Padre nos dá uma cesta de comida (tradução nossa).	Doação de bens materiais
SP2EF28	Universidades: outra coisa boa foi o pessoal que nos ensinaram o idioma, eles eram de Roraima e não de ONGs, ela era uma professora de uma Universidade de Roraima que tinha morado muito tempo na Venezuela.	Acesso à Educação

Fonte: Elaborado pela Autora (2019)

Nota: Os nomes citados foram substituídos para preservação do sigilo.

Por sua vez, o Governo representa, no processo de integração, um mediador para o acesso à fatores funcionais. Isso se dá principalmente por meio do desenvolvimento de políticas públicas, as quais permitem que os refugiados tenham uma condição legal e documentação para terem acesso à programas de apoio, como Bolsa Família, e suporte em áreas como saúde (Sistema Único de Saúde), educação (escolas, creches, universidades) e moradia (criação de Centro Temporários de Acolhimento).

Em relação a moradia, ainda são destacados os abrigos e os postos de atendimento para orientação e retirada de documentação coordenados em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), mais especificamente o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) (Tabela 21).

Tabela 21. Exemplo da repercussão do Governo no processo de Integração

Indivíduo	Governo	Repercussão
RR2CJM52	Benefícios do bolsa família, trouxe muita ajuda, trouxe muito apoio (tradução nossa).	Auxílio financeiro
SP12CF50	A gente foi depois na polícia federal para tirar os documentos do protocolo de refúgio. Atenderam-nos muito bem, nos entregaram tudo no mesmo dia (tradução nossa)	Acesso à documentação
SP7SF31	O governo, apesar de tudo, ajuda muito, além disso também recebo por parte do governo a bolsa família.	Auxílio financeiro
SP14AM38	A ajuda que tenho é que eu vivo em um CTA e dou graças porque ao menos vivo em um CTA (tradução nossa).	Acesso à Moradia

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Sobre a repercussão desses fatores: eles oferecem coisas materiais e emocionais. Isto está alinhado com os critérios de sucesso de integração. É possível observar que fatores socioculturais atuam principalmente no acesso aos fatores funcionais como moradia, emprego, educação e informações, principalmente por parte das instituições. O segundo diz respeito ao suporte emocional e material (doação de bens, auxílio financeiro, acesso à moradia) obtido por meio dos relacionamentos com familiares, migrantes de mesma ou de outras nacionalidades e brasileiros.

4.2.5 Paralelos com a literatura

A partir da análise dos fatores facilitadores e dificultadores, é possível traçar alguns paralelos com a literatura. Começando com a comparação entre o quadro teórico desenvolvido nessa pesquisa e os resultados obtidos nos relatos, alguns pontos podem ser observados. No caso dos fatores facilitadores, todos os fatores socioculturais e funcionais foram mencionados nas trajetórias. Aqui cabe a ressalva de que, no caso de cidadania, elementos de participação política e social não foram mencionados, apenas fatores relacionados a status legal e documentação. Dos itens individuais, o gênero não foi mencionado e dois novos fatores foram identificados: estratégias individuais e experiências anteriores.

Quanto aos elementos dificultadores, os que mais se ressaltaram foram o idioma, a idade e a nacionalidade. Confrontando um quadro com o outro nota-se que, enquanto os fatores individuais foram os menos relevantes como facilitadores, eles se mostraram centrais como dificultadores.

Em se tratando da importância dos fatores, assim como os resultados apontaram, o emprego se revela como um elemento central de integração (Castle, 2002), bem como o papel do capital social nesse processo (Phillimore and Goodson (2008)). Ainda, a literatura aponta que uma das formas de acesso ao mercado de trabalho é por meio de relacionamentos com cidadãos locais, fator esse presente nas trajetórias (Yakushko, Backhaus, Watson, Ngaruiya e Gonzalez, 2008).

Outro elemento chave mencionado nos estudos da área e presente nos relatos é a questão da importância do capital social tanto em aspectos objetivos como subjetivos do processo (Matheus & Iolandi, 2002). Nesse sentido, também foram destacados o papel das instituições no acesso aos fatores (Mulvey, 2015). Ainda, estudos recentes começaram a identificar as mídias sociais como elementos integrativos (Alencar, 2019), fator esse também presente nos discursos.

Sobre os aspectos dificultadores, assim como na literatura, o idioma (Shields & Price, 2002) é apontado como fator central dificultador. Além dele, também foi retratada a percepção negativa da comunidade, principalmente pelo significado e rotulação que a palavra “refugiado” carrega (Zetter, 1988).

Por fim, também foram citados nos relatos aspectos que começaram a ser debatidos mais recentemente no campo, como a questão do apego ao lugar (Brun, 2001), principalmente ao local de origem, que se mostrou como um importante fator que repercute na integração e na relação estabelecida com a comunidade anfitriã.

4.3 A trajetória de Integração

Esse tópico tem como objetivo discutir as trajetórias integrativas e a evolução dos fatores facilitadores e dificultadores que foram apresentados na seção anterior, durante as fases de integração utilizadas nas narrativas: Manutenção imediata, estabelecimento de raízes e estabilidade, baseadas em (Bernard, 1973), bem como identificar os elementos centrais em cada uma delas. Para condução desse estágio da pesquisa, primeiramente cada fase foi apresentada aos participantes.

A manutenção imediata foi caracterizada como os momentos iniciais no novo local, etapa em que ainda é necessária a compreensão de todo o funcionamento da nova comunidade. Estabelecimento de raízes foi explicado como o momento em que ocorre o estabelecimento de vínculos e a participação em diferentes esferas de integração. Estabilidade foi entendida como a etapa em que o indivíduo compreende de forma clara o funcionamento do país e de sua cultura, e já consegue ter uma vida estruturada, com acesso a todos os recursos que considera necessários, é o momento que ele atinge o padrão de vida que gostaria de atingir.

Em seguida, foi solicitado para que os respondentes identificassem em que etapa se encontravam, a partir da explicação dada, e relatassem sua trajetória de integração, mencionado os fatores que ajudaram e prejudicaram esse processo, desde o momento da chegada ao país até a fase atual.

Posteriormente, as trajetórias foram analisadas de forma a identificar os aspectos facilitadores e dificultadores presentes em cada fase relatada. Feito esse reconhecimento, os fatores foram categorizados e foram contabilizadas em quantos relatos cada um deles foi mencionado. Para a identificação dos fatores centrais, foi feita a mediana dos elementos em cada fase.

Tal contagem encontra-se descrita em cada uma das etapas apresentadas nos modelos. É importante mencionar que, não necessariamente, os valores contabilizados ao longo das fases

representam a evolução dos fatores nas mesmas trajetórias. Sobre o número de participantes em cada fase, foram 8 em manutenção imediata, 1 entre manutenção imediata e estabelecimento de raízes, 17 em estabelecimento de raízes, 2 entre estabelecimento de raízes e estabilidade, 2 em estabilidade.

4.3.1 Fatores facilitadores por fase

A Tabela 22 representa a evolução dos elementos facilitadores em cada etapa. Em todas as fases há uma predominância de fatores socioculturais e funcionais, sendo menor a influência dos fatores individuais.

Tabela 22. Fatores facilitadores por fase.

Fator	Categoria	Manutenção Imediata	Inserção	Estabilidade
Sociocultural	Capital Social -Brasileiros	15	7	2
Funcional	Moradia	22	12	2
Sociocultural	Família no Brasil	13	9	
Individual	Estratégias Individuais	7	10	1
Funcional	Cidadania-Acesso à Documentação	4	1	
Funcional	Emprego	3	7	1
Sociocultural	Capital Social- Venezuelanos Outros	5		
Funcional	Acesso à Educação	13	11	1
Funcional	Acesso à Saúde	8	4	
Individual	Experiências Anteriores	3		
Funcional	Cidadania- Status Legal	2	2	
Sociocultural	Capital Social- Percepção da Comunidade	2		
Sociocultural	Capital Social- Outros Migrantes	1		

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Começando pela manutenção imediata, os fatores socioculturais que mais se destacaram foram contato com brasileiros, família no Brasil e outros venezuelanos, além disso, fatores funcionais, como acesso à educação e saúde se destacaram. Na fase de inserção a única mudança, comparando com a fase anterior de manutenção imediata, foi que o contato com brasileiros deixou de ser um fator central. Esse último fator volta a ser, juntamente com moradia, relevante na fase de estabilidade. Aqui vale a ressalva de que apenas dois respondentes declararam estar em estabilidade, dessa forma, há certa delimitação na análise dessa fase.

Assim como os fatores, as instituições mediadoras também apresentaram uma trajetória de importância ao longo das fases, o que pode ser observado na Tabela 23:

Tabela 23- Instituições Mediadoras por fase

Instituições	Chegada ao Brasil	Manutenção Imediata	Inserção	Estabilidade
ONGS	11	20	17	1
Instituições- Religiosas	2	7	3	1
Governo	2	11	4	
ONU	6	3		
Outras Instituições (Privadas, Universidades)	1	3	3	1
Capital Social- Percepção da Comunidade	1	2		

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Sobre a trajetória das instituições, as ONGS se mostram importantes desde o processo de chegada ao Brasil até inserção. As instituições religiosas e o Governo atuam como centrais principalmente na fase de Manutenção Imediata. A ONU, por sua vez, é fundamental no momento de chegada ao Brasil.

4.3.2 Fatores Dificultadores por fase

A Tabela 24 representa a evolução dos elementos dificultadores em cada etapa. Em todas as fases há uma predominância de fatores individuais e funcionais, sendo menor a influência dos fatores socioculturais.

Tabela 24. Fatores Dificultadores por fases

Fator	Categoria	Chegada ao Brasil	Manutenção Imediata	Inserção	Estabilidade
Individual	Idioma	21	20	6	
Sociocultural	Percepção da Comunidade	7	9	6	
Individual	Nacionalidade	5	3	1	
Individual	Apego ao Local de Origem	4	4	4	1
Individual	Relação com o Local Atual	2	2	1	1
Individual	Profissão		1	2	
Individual	Idade			2	2
Sociocultural	Cultura			2	1

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Desde a manutenção imediata até o momento de inserção, os fatores que mais se mostram como dificultadores são o idioma e a percepção da comunidade. Nas fases mais iniciais, os principais problemas são o desemprego e apego ao local de origem.

4.4 Descrição dos contextos Boa Vista e São Paulo

Um dos objetivos desse estudo é compreender a repercussão dos fatores de integração em diferentes cenários. Isso pois o contexto é um elemento fundamental para o entendimento completo da integração. Dessa forma, o presente tópico fará uma reflexão sobre os dois locais utilizados para a pesquisa, São Paulo e Boa Vista. Para tal, serão descritos a estrutura das cidades, o perfil da amostra, o motivo de escolha da cidade e como os facilitadores e dificultadores atuam em cada cenário.

4.4.1 Estrutura da cidade e perfil da amostra

São Paulo e Boa Vista apresentaram características muito distintas não só em termos estruturais, mas também na forma que ocorreu a dinâmica migratória dos refugiados venezuelanos. A compreensão de tais diferenças é fundamental para um entendimento mais completo sobre o processo de integração nesses cenários.

O deslocamento de venezuelanos para Roraima, principalmente na capital Boa Vista, teve seu marco inicial em 2015 e atualmente a região representa o principal local de entrada dessa população, sendo o estado brasileiro com o maior número de solicitações de refúgio. A concentração do fluxo migratório na área pode ser explicada pelo fato de Roraima fazer fronteira com a Venezuela e o alto custo de locomoção para outros estados do Brasil (Milesi, Coury, Rovey, 2018).

O grande volume de imigrantes em um curto prazo representa um desafio para a região, que não tem como acolher todo esse contingente populacional. Como consequência, muitos venezuelanos encontram-se em um cenário de grande vulnerabilidade sem acesso a recursos básicos de sobrevivência como moradia e alimentação (Splindler, 2018). Comparativamente o fluxo de tais migrantes em São Paulo, principalmente na capital paulista é muito inferior ao volume concentrado em Boa Vista e não há na cidade um cenário de sobrecarga dessa população. Essas diferenças estruturais foram identificadas quando analisadas as trajetórias e os discursos dos participantes, principalmente em áreas como emprego e moradia:

“Não, na verdade eu vim aqui para São Paulo na procura de um emprego. Porque lá em Boa Vista não tem emprego para o estrangeiro”
(SP9VM32)

“Depois a questão em Roraima começou a ficar ruim, por quê? Porque estavam chegando muitos Venezuelanos e o emprego não era como antes, então, eu decidi, me falaram de São Paulo (...) e eu decidi vir para São Paulo para trabalhar em uma empresa” (SP14AM38) (tradução nossa).

Em São Paulo, 87% dos entrevistados relataram ter acesso à uma residência privada (aluguel, pensão, hostel), enquanto apenas 13% estavam em abrigos públicos. Em Boa Vista, o número de pessoas nessas condições foi mais elevado, 40%. Sobre o acesso ao mercado de trabalho, 53% dos migrantes em São Paulo declararam realizar algum tipo de atividade (emprego formal ou autônomo), enquanto em Boa Vista, o valor foi de apenas 20%.

Tendo em vista esse panorama, nota-se que em São Paulo, a principal reclamação referente a moradia é a dificuldade burocrática para locação de um imóvel:

“Vou te contar uma coisa, estávamos buscando uma moradia para alugar, já estava quase tudo pronto com uma casa, estávamos entregando os documentos e tudo, mas não conseguimos alugá-la” (SP5RM73) (tradução nossa).

Já em Boa Vista, a principal questão é o acesso a condições básicas de moradia, visto muitos dos entrevistados terem relatado morar na rua por muitos meses, visto a falta de vagas em abrigos, centros de acolhimentos:

“À noite nós íamos dormir na rua. Logo o tempo passou e já tínhamos um mês lá, o tempo passou e já tínhamos um mês (RR3CF41) (tradução nossa)

Tal cenário é causado principalmente pelo grande volume de venezuelanos que entram no país pela fronteira com Roraima e pela falta de condições da cidade em acolher essa população: nós íamos dormir na rodoviária, na rua, dormíamos na rua. Logo passou o tempo e já tínhamos um mês, passou o tempo e já tínhamos um mês na rua (9RR3CF41).

Ainda, a Tabela 25 a seguir traz uma descrição mais detalhada do perfil da amostra nesses contextos:

Tabela 25. Perfil da Amostra

São Paulo		Boa Vista	
Escolaridade (%)		Escolaridade (%)	
Ensino Médio Completo	7	Ensino Médio Incompleto	7
Superior Incompleto	13	Ensino Médio Completo	47
Superior Completo	80	Superior Incompleto	27
		Superior Completo	13
		Pós-Graduação	7
Status Legal (%)		Status Legal (%)	
Solicitante de Refúgio	60	Solicitante de Refúgio	60
Solicitante de Residência	20	Solicitante de Residência	7
Solicitante Refúgio, trocou pra Solicitante de Residência	13	Solicitante de Refúgio trocou pra Solicitante de Residência	27
Refúgio Reconhecido		Missing	7
Tempo no Brasil (%)		Tempo no Brasil (%)	
1 a 3 meses	20	1 a 3 meses	20
3 a 6 meses	13	3 a 6 meses	20
6 meses a 1 ano	27	6 meses a 1 ano	33
1 a 2 anos	27	1 a 2 anos	27
2 a 3 anos	13		
Nível de Português (%)		Nível de Português (%)	
Básico	27	Básico	87
Intermediário	60	Intermediário	7
Avançado	13	Avançado	7
Situação no Brasil (%)		Situação no Brasil (%)	
Desempregado	47	Desempregado	79
Autônomo	20	Autônomo	14
Emprego Formal	33	Emprego Formal	7
Fase de Integração (%)		Fase de Integração (%)	
Manutenção Imediata	13	Manutenção Imediata	40
Inserção	73	Entre Manutenção Imediata e Inserção	7
Quase em Estabilidade	13	Inserção	40
		Estabilidade	13

Fonte: elaborado pela autora (2019).

A partir dos dados apresentados acima, é possível notar uma diferença entre os participantes. Primeiramente, quando comparado o nível de educação, os respondentes de São Paulo possuem um nível superior educacional superior aos de Roraima. Ainda, em relação ao nível de português, a maioria dos participantes da capital paulista declararam um nível de português intermediário, enquanto em Boa vista, a maior parte da amostra possui um nível básico da língua.

Em relação ao tempo no Brasil e as fases no processo de integração, tanto em São Paulo como em Roraima, a maior porcentagem das pessoas estudadas tem entre 6 meses a 2 anos no Brasil. Contudo, enquanto o período máximo de moradia na nova comunidade é entre 1-2 anos em Roraima, há uma parcela da população em São Paulo que vive no Brasil por um período entre 2-3 anos. Sobre os estágios de integração, há uma concentração de respondentes em

Roraima na fase inicial de manutenção imediata, enquanto em São Paulo, a maioria dos respondentes se encontram em uma fase mais intermediária de inserção.

Por fim, ambas as amostras são compostas majoritariamente por solicitantes de refúgio, contudo, é possível identificar em Roraima uma parcela maior de respondentes que trocaram o status de refúgio para residência.

4.4.2 Percepção da comunidade

Não apenas aspectos econômicos e estruturais, mas a percepção da comunidade anfitriã sobre a chegada de migrantes também influencia a forma que se estabelece a relação entre recém-chegados e residentes. A literatura da área aponta que migrantes em uma nova sociedade tendem a ser vistos como ameaça pelos cidadãos (Schweitzer, Perkoulidis, Krome, Ludlow & Ryan, 2005) e tratados com xenofobia, fator apontado como um inibidor central na dinâmica de integração (Mayadas & Elliot, 2008).

No caso de Boa Vista, a xenofobia ocorre tanto por parte dos residentes brasileiros, com agressões verbais e físicas, como no discurso do governo, o qual responsabiliza os venezuelanos por problemas já existentes antes da migração, como violência, epidemias e sobrecarga dos serviços públicos (Mina, Lima, 2018). Tal narrativa inclusive é utilizada pelo estado para justificar o pedido de fechamento das fronteiras (Milesi, Coury, Rovey, 2018). Esse cenário pôde ser identificado no relato dos entrevistados que vivem/viveram na região:

“Está caminhando na rua e há brasileiros que jogam o carro em cima de você, jogam a moto em cima” (RR2CJM52) (tradução nossa).

“(…), mas há outros que não, que te rejeitam, ou seja, não querem se relacionar com você, há uma porcentagem que é como: “volte para o seu país” (RR14GF25) (tradução nossa).

“Quando veem o venezuelano, jogam as coisas em cima, imediatamente te tratam de filandro. Filandro é malandro, não sei como fala. Te tratam de lixo, o que é feio” (SP8JM36) (tradução nossa).

Ainda, foi consistente nos discursos que essa percepção pode ser justificada mais pelo comportamento negativo de uma parcela da população refugiada do que por uma atitude xenofóbica dos cidadãos:

“O brasileiro vê muito mal o venezuelano, mais do que tudo, o venezuelano por seu comportamento e atitude negativa, que, por causa de poucos, todos sofrem. Eles roubam, machucam as pessoas. Por causa deles, as pessoas que são honestas também sofrem e é por isso que há uma atitude negativa do brasileiro para o venezuelano” (RR13AM59) (tradução nossa).

“Nós não somos pessoas más, o que passa é que chegou pessoas que se portaram mal, então por um, todos pagam” (RR3CF41) (tradução nossa).

Os relatos também apontaram uma mudança de comportamento da comunidade receptora quando comparado o momento inicial de entrada dos venezuelanos na cidade com o período em que o fluxo começou a se intensificar:

“porque o que se passa é que chegamos aqui, chegaram muitos venezuelanos quando a situação começou a se agravar na Venezuela, fazem dois anos, roubando, fumando, então os brasileiros que antes nos atendiam, nos davam comida, trabalho, nos ajudavam, ficaram cheios dessas pessoas sem vergonha, essa é a raiz do problema” (RR2CJM52) (tradução nossa).

“A rejeição dos brasileiros aos venezuelanos começou naquele momento quando houve uma maior quantidade de, quando o fluxo migratório foi muito grande, quando as entradas eram imensas (RR15EM30) (tradução nossa).

Em São Paulo por sua vez, três percepções foram as mais ressaltadas. A primeira é a de que os migrantes venezuelanos são vistos com um olhar de pena:

“A atitude frente ao refugiado é de “ai pobrezinho, vamos ajudá-lo” (SP3F40) (tradução nossa)

“Ah, coitado ele tá passando fome”, tenho 3 anos aqui, não estou passando fome graças a Deus, “ah, venezuelano, a coisa tá feia né”. Não tem que dar lástima porque a pessoa é de outro país, é como se você

olhasse um Sírio também, "ah, tá na guerra", e a pessoa já tá uns 15 anos aqui" (SP4CM35)

A segunda foi um discurso de receptividade e empatia:

"Aqui são muito legais, muito receptivos, você fala que é venezuelana e encontra pessoas de cada canto do mundo, aqui são muito legais" (SP2E28),

"São muito respeitosos, são muito amáveis, um recebimento muito caloroso, muito amável e muito generoso. As pessoas são boas, muito boas, são muito, muito respeitosas (SP11LM30) (tradução nossa);

A terceira, por sua vez, consiste em relatos de xenofobia em que os venezuelanos eram classificados como ameaça, fugitivos e pessoas que trazem doenças:

"Há um setor da população que enxerga o refugiado como um rival e pensa, "ele veio tirar o meu emprego, tirar o meu dinheiro", vem pegar coisas que são minhas". Eu vejo isso, não em muitas pessoas, mas sim existe" (SP5RM73) (tradução nossa).

"Ah, você está fugindo de lá? Você está aqui por que está fugindo?" (SP4CM35), quando alguém diz que é refugiado, as pessoas acreditam que ele é um delinquente, que está fugindo, que é uma pessoa que tem enfermidades mortais" (SP6EM49) (tradução nossa).

Apesar de casos de preconceito terem sido apontados, o discurso que mais se destacou entre os participantes foi o de acolhimento e receptividade da comunidade anfitriã, diferente de Boa Vista em que o retrato predominante foi o cenário xenofóbico. As diferenças nos dois contextos também foram sinalizadas nas narrativas:

"Em Boa Vista estão tendo uma experiência muito negativa e o que se passa é que, porque, nós venezuelanos chegamos primeiro a Boa Vista, há uma superpopulação de venezuelanos lá, e de alguma maneira sempre há preconceito. Em contrapartida que aqui em São Paulo, que é

mais retirado, e é um estado muito grande, não temos visto preconceito nenhum” (SP7SF31) (tradução nossa)

“A primeira percepção foi terrível, porque foi lá em Roraima. Mas aqui em São Paulo é como se fossem de outro país, não tem nada a ver com o pessoal de Roraima, aqui são muito legais, muito receptivos” (SP2E28).

“Sinto que o Brasil é um país que está cheio de amor para os imigrantes, principalmente São Paulo, que recebe imigrantes de muitos países, por isso me refiro a São Paulo, porque em Roraima foi muito diferente, em Roraima se vê a xenofobia” (SP8JM36) (tradução nossa).

Dessa forma, é possível perceber que apesar dos relatos de xenofobia nos contextos estudados, os dois cenários são distintos quanto a percepção da comunidade em relação a chegada dos venezuelanos. O principal motivo é o fato da estrutura de Boa Vista não conseguir comportar o grande fluxo de venezuelanos que chega na região, diferente de São Paulo, que apresenta uma melhor infraestrutura e onde o fluxo é menor e mais distribuído. Além disso, a capital paulista, é caracterizada historicamente como um local mais acostumado a receber migrantes, tanto internos como de outros países (Haydu, 2009).

4.4.3 A escolha da comunidade anfitriã

Começando pela escolha do país, por meio das narrativas, foi possível identificar dois discursos em relação a eleição do Brasil como local de destino. No primeiro deles o país foi visto como primeira opção de destino. No segundo, o Brasil foi escolhido pelo fato de os respondentes não terem o capital necessário para ir para outro lugar, ou por já terem vivido em outro local e terem tido experiências negativas neles. A partir dessas opções alguns motivos padrões foram identificados (Tabela 26).

Tabela 26. Escolha do país de destino

Ordem de escolha	Motivos	
Primeira Opção	Família/amigos no Brasil	" Eu quis vir para o Brasil porque, como te digo, eu não queria estar sozinho em outro país, então busquei apoio com os meus primos. Tenho todos os meus primos aqui" (SP14AM38) (tradução nossa). "Bom, eu escolhi o Brasil por causa da minha família que eu tenho aqui" (RR10DF18).
	Conhecimento prévio do país	"Porque no ano de 2007 sempre vinha para cá para o Brasil (...) e como eu tive que sair nas consequências que eu saí, a primeira opção foi vir para o Brasil (SP4CM35).
	Afinidade	"Eu tenho afinidade com o Brasil fazem muitos anos. Eu sempre senti muita afinidade pelo Brasil" (SP5RM73) (tradução nossa).
	Proximidade Física	"O principal motivo é pela proximidade, pela proximidade que estou do meu país, da Venezuela. Estou, como posso dizer, apegada a não querer ir tão longe e poder voltar caso exista a possibilidade" (RR1MAF45) (tradução nossa).
Segunda Opção	Facilidade Legal de Entrada	" Eu não tinha passaporte para ir ao Peru. Aí, o único que estava aceitando passar só com a carteira de identidade era o Brasil. Eu não pensei duas vezes" (SP8JM36) (tradução nossa).
	Falta de Capital Financeiro	" Eu queria ir para a Argentina. Uma das minhas irmãs tinha planos para ir para lá, aí eu disse, " bem, se ela vai para lá eu poderia ir com ela também". Mas eu não tinha dinheiro suficiente para ir para lá e por isso eu vi para cá" (SP3F40) (tradução nossa).

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Seguindo para a escolha da cidade, na maioria dos relatos, Boa Vista o principal motivo para a escolha da cidade foi a proximidade física com a Venezuela e o discurso de era um local com possibilidades e trabalho:

"Primero, por causa da proximidade, por causa da proximidade que eu estou do meu país, da Venezuela, porque estou muito, como diz, apegada a não querer ir tão longe e poder voltar a qualquer momento, se existe a possibilidade" (RR1MAF45) (tradução nossa).

"Muito mais perto da Venezuela, e se falava muito que tinha trabalho e que se ganhava muito bem aqui" (RR2CJM52) (tradução nossa).

Em algumas trajetórias, contudo, a capital de Roraima foi vista como segunda opção devido à falta de capital financeiro para o transporte até outra cidade:

"Nós pensamos em ir para o Rio de Janeiro(..), mas ficamos aqui para buscar um emprego e um pouco mais de dinheiro" (RR7NM24).

Por sua vez, na maior parte dos discursos, São Paulo representou a primeira opção como escolha da cidade:

“Meu plano, desde o primeiro momento foi vir para São Paulo, porque eu viajei com o meu filho e não queria que meu filho estivesse nessa situação da fronteira” (SP3F40) (tradução nossa).

O que mais atraiu a migração para a capital paulista foram as oportunidades de emprego e a presença de amigos/familiares

“Na verdade, eu vim aqui para São Paulo na procura de um emprego. Porque lá em Boa Vista não tem emprego para o estrangeiro” (SP9VM32).

“Bom, desde que saímos da Venezuela a ideia era chegar aqui em São Paulo, porque aqui é onde está meu filho, e meu filho disse, “venham para cá” (SP15SF58) (tradução nossa).

“Eu escolhi aqui, porque, como mencionei, meu amigo disse “Sara, vem para cá, as coisas aqui, você vai ver, você vai gostar, vem para cá que eu te ajudo” (SP7SF31).

4.4.4 Fatores Facilitadores e Dificultadores por cidade

Esse tópico tem como propósito analisar os fatores facilitadores e dificultadores encontrados nos relatos de São Paulo e Boa Vista, com o intuito de fazer uma comparação entre eles. Para tal, a amostra em cada um desses cenários foi analisada de forma separada e foram seguidos os mesmos procedimentos utilizados para identificação geral dos fatores. Ou seja, primeiramente os fatores mencionados em cada relato foram separados. Em seguida, eles foram categorizados. Por fim, foram contabilizadas em quantas trajetórias cada elemento foi relatado.

4.4.4.1 Fatores Facilitadores em São Paulo e Boa Vista

Começando pelos elementos individuais, em ambos os contextos a questão das estratégias individuais se revelou como o fator mais citado. Outro ponto, em comum mencionado, foi a questão das experiências anteriores e da religião. Ainda, o idioma em São Paulo foi apontado como facilitador, o que não ocorreu em Roraima. É válido ressaltar que, conforme já discutido, o espanhol como algo positivo para a integração se dá principalmente pelo maior número de ofertas de vagas no mercado de trabalho da capital paulista que exigem fluência na língua. Seguindo para os elementos socioculturais, os mesmos fatores, capital social,

mídias sociais e percepção da comunidade, foram apontados em ambos os contextos, sendo o principal deles o capital social. Por fim, em relação aos itens funcionais, os aspectos apontados pelos respondentes das duas cidades foram iguais. Tanto em São Paulo como em Roraima, os principais fatores funcionais tiveram a mesma relevância nos discursos.

4.4.4.2 Fatores Dificultadores em São Paulo e Boa Vista

Da mesma forma feita com os aspectos facilitadores, ao comparar os dois modelos sobre os fatores dificultadores apresentados nesse tópico, alguns pontos de semelhança e diferença podem ser identificados.

Começando pelos elementos individuais, nos dois cenários o idioma foi apontado como dificultador principal. Em Roraima, depois do idioma os fatores mais evocados como dificultadores foram nacionalidade e apego ao lugar. Já em São Paulo, os aspectos mais evocados foram profissão, apego ao lugar e idade. A nacionalidade, por sua vez, foi o elemento menos citado. Essa diferença na ordem de evocação da nacionalidade entre os contextos reflete outro aspecto já discutido que é a percepção da comunidade. Foram relatados nos discursos muito mais casos de xenofobia no contexto de Boa Vista do que de São Paulo.

Nesse sentido, o preconceito pela nacionalidade foi algo muito mais sentido pelos entrevistados em Roraima. Seguindo para os fatores socioculturais, a percepção da comunidade foi o principal elemento negativo em ambos os contextos. A cultura, por sua vez, foi citada como dificultador apenas no cenário de Boa Vista. Assim, após a compreensão dos fatores nos dois contextos analisados, pode-se concluir que, há grandes diferenças estruturais e sociais nos cenários, as quais influenciam diretamente em como ocorre o processo de integração.

Tabela 25- Diferença de Contexto- Boa Vista e São Paulo

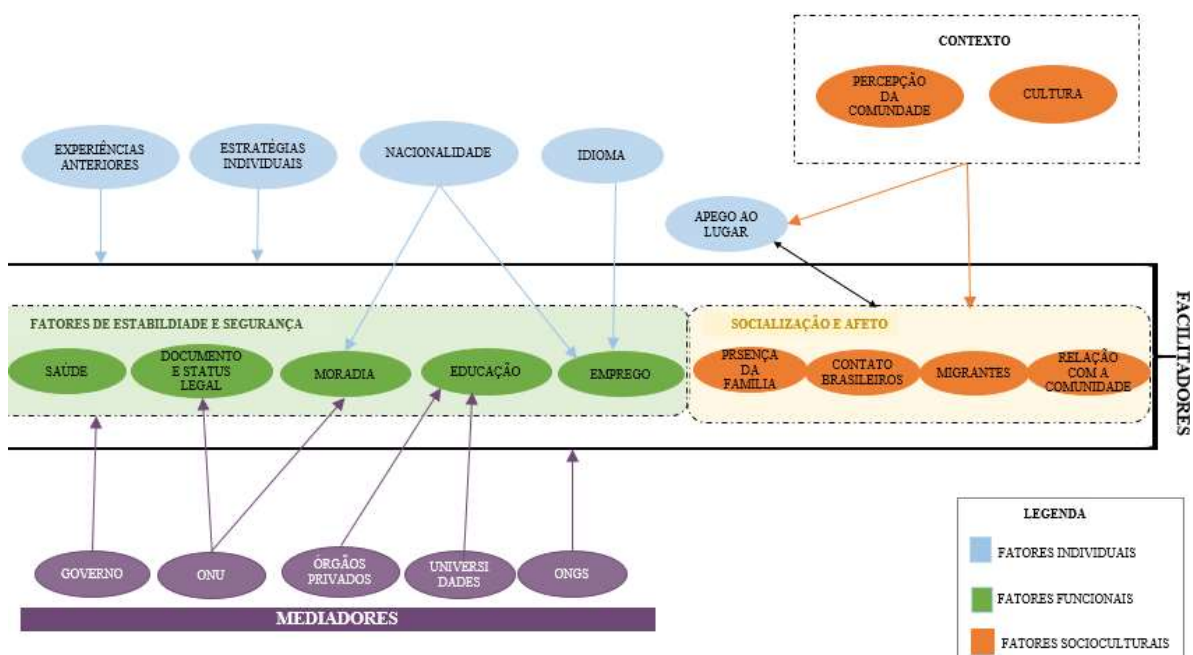
Boa Vista	São Paulo
Maior fluxo de migração	Menor fluxo de migração
Estruturas precárias de moradia.	Melhores estruturas de moradia
Falta de oportunidades de emprego.	Maior número de oportunidades de emprego
Alto nível de xenofobia	Nível menor de xenofobia
Escolha do local: proximidade física e falta de capital financeiro.	Escolha do local: afinidade, presença de família/amigos
Maior fluxo de migração	Menor fluxo de migração
Estruturas precárias de moradia.	Melhores estruturas de moradia
Falta de oportunidades de emprego.	Maior número de oportunidades de emprego

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

4.5 MODELO TEÓRICO DE INTEGRAÇÃO

Após análise do conceito de integração, dos fatores integrativos presentes nas trajetórias e da compreensão do comportamento dos fenômenos na literatura, foi elaborado um modelo teórico (Figura 6) com o objetivo de representar como os fatores integrativos repercutem entre si. Dessa forma, a presente seção tem como objetivo realizar um trabalho de construção teórica, sistematizando os achados deste estudo.

Figura 6. Modelo teórico de integração



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

De maneira geral, nota-se que a integração de refugiados na comunidade anfitriã é um processo composto por fatores relacionados entre si, os quais são acessados por mediadores e influenciados por elementos contextuais. Os aspectos de estabilidade e segurança estão voltados ao acesso à fatores funcionais de emprego, moradia, educação, status legal, documentação e saúde e representam a integração em um nível mais objetivo e estrutural. Os elementos de socialização e afeto dizem respeito a interação social com brasileiros, outros migrantes, a presença da família e relação que o migrante estabelece com a comunidade, sendo considerados aspectos mais subjetivos no processo.

Os fatores individuais, são características pessoais que influenciam o processo de integração, dentre elas destacam-se: idioma, nacionalidade, apego ao lugar, estratégias individuais e experiências anteriores. No que diz respeito aos elementos conceituais, sobretudo

a percepção da comunidade anfitriã e a cultura, elas atuam como moderadores na relação entre os fatores.

Começando com os mediadores, as principais formas de acesso aos fatores de estabilidade e segurança ocorrem por meio de instituições. Dentre elas destacam-se o Governo, ONU, ONGS, Órgãos Privados e Universidades. Aqui cabe a ressalva do papel do Governo, o qual atua como criador de políticas públicas que permitem o acesso da população refugiada nessas esferas. Em relação aos itens de socialização e afeto, as ONGS representam um papel central no acesso a esses elementos. Isso, pois promovem espaços onde ocorrem a interação entre migrantes e brasileiros, o que estimula o desenvolvimento de relacionamentos interpessoais.

Os fatores individuais, por sua vez, também impactam nessa dinâmica. As estratégias individuais, ao atuarem como uma resposta do migrante para se integrar na nova comunidade, fazem com que ele busque, de forma proativa, formas de interação social, estabelecimento de relações interpessoais e maneiras de obter os recursos funcionais. Já as experiências anteriores simplificam o acesso aos itens facilitadores. Isso, pois, o contato anterior com algum aspecto da comunidade anfitriã proporciona o conhecimento prévio sobre como os elementos de estabilidade e segurança são viabilizados. Além disso, tendem a tornar o processo de socialização mais rápido.

O idioma, pode gerar dificuldade de comunicação, e a nacionalidade, em contrapartida, pode ter um impacto negativo nessa relação. Essas características que diferem o migrante dos cidadãos locais, são percebidos, em alguns contextos, pela comunidade anfitriã como um aspecto desfavorável, o que causa xenofobia. Tal preconceito interfere de forma direta no acesso à moradia e emprego.

O apego ao lugar está relacionado principalmente aos fatores de socialização e afeto. Ao mesmo tempo que ele influencia como a interação social é desenvolvida no novo local, os contatos interpessoais e a relação que o migrante estabelece em uma nova comunidade também interferem na construção desse apego. Tal processo também é influenciado pelas variáveis contextuais. Isso, pois o contexto atua diretamente na relação migrante- cidadão local, interferido na forma como tal relação é construída.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Compreender o processo de integração dos refugiados na comunidade anfitriã se mostra uma questão central nos estudos sobre migração forçada. Nota-se, porém, uma tendência ao tratar o processo como algo estático e objetivo, medido a partir de critérios já pré-estabelecidos. Nesse sentido, são fundamentais estudos que analisem o fenômeno a partir da perspectiva do refugiado, e que levem em consideração os elementos subjetivos no processo, questões contextuais, bem como a interação desses fatores ao longo do tempo.

O presente estudo teve como objetivo abordar essas questões ao analisar mais diretamente, a partir da perspectiva do refugiado, a integração como uma trajetória, composta por elementos que repercutem entre si. Primeiramente, o conceito de integração e seus critérios de efetividade foram compreendidos. Em seguida foram identificados os fatores facilitadores e dificultadores no processo. A partir de tal identificação, foi feita uma reflexão teórica e empírica sobre a repercussão de cada um desses elementos.

Em seguida, foram compreendidas as trajetórias desses fatores e sua importância nas diversas fases de integração. Posteriormente, foi feito um debate sobre o papel do contexto e sua influência no comportamento desses fatores. Finalmente, os resultados encontrados foram sistematizados em um modelo teórico, o qual buscou representar a repercussão dos fatores integrativos.

Quanto as contribuições da pesquisa, o projeto apresenta benefícios no campo acadêmico e prático. Ao compreender, a partir da perspectiva dos refugiados, os fatores que auxiliam e prejudicam sua integração em diferentes estágios do processo, o trabalho contribuirá para a construção de conhecimento nessa linha de pesquisa, visto que é bem restrita a produção científica nacional sobre o assunto.

Ainda, os presentes estudos, em sua maioria, possuem caráter descritivo, visando apenas apresentar os fatores envolvidos na inserção de migrantes forçados em uma nova sociedade, sem compreender seu impacto no processo. Mais do que isso, há ainda uma carência na área em compreender o fenômeno a partir da visão do indivíduo que o vivencia, ou seja, são predominantes os estudos que adotam uma abordagem top down (Cheung, 2014, Philimore & Goodson, 2008), se focando na análise de apenas de indicadores funcionais, e dessa forma, deixando de abordar aspectos subjetivos e contextuais que também podem impactar na dinâmica de inserção.

Em termos práticos, a pesquisa, ao identificar e compreender os aspectos facilitadores da integração de refugiados, pode dar insumos tanto para instituições públicas, como privadas, para o desenvolvimento de programas de apoio a esse perfil populacional. Além disso, com o entendimento de fatores limitantes no processo, a pesquisa também pode auxiliar para que práticas existentes sejam revisas e aprimoradas. Acredita-se que tais contribuições sejam válidas, principalmente mediante ao cenário atual de solicitações de refúgio no país.

Com o objetivo de aprimorar a pesquisa iniciada nesse trabalho, algumas sugestões para estudos futuros podem ser feitas. Primeiramente, a questão do contexto, que se manifestou como um papel importante no processo de integração, pode ser pesquisada mais detalhamento. Outra recomendação é análise mais aprofundada sobre a trajetória de integração, bem como os fatores centrais para mudança de uma fase para a outra e os elementos que caracterizam cada fase. Nesse sentido, também se recomenda estudos longitudinais para que esses pontos possam ser mais bem explorados.

Além das recomendações, algumas limitações devem ser reconhecidas nesse estudo. A seleção dos respondentes em Roraima foi concentrada em migrantes que frequentavam um local específico, o que pode ter enviesado e reduzido a diversidade da amostra. Mais, os resultados aqui encontrados refletem o cenário brasileiro de integração no caso de migrantes venezuelanos, não sendo possível a generalização para outros tipos de migrantes, visto a natureza exploratória da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Ager, A., & Strang, A. (2008). Understanding integration: A conceptual framework. *Journal of refugee studies*, 21(2), 166-191.
- Allen, R. (2010). The bonding and bridging roles of religious institutions for refugees in a non-gateway context. *Ethnic and Racial Studies* 33: 1049–1068.
- Alencar, A., & Tsagkroni, V. (2019). Prospects of refugee integration in the Netherlands: Social capital, information practices and digital media. *Media and Communication*, 7(2), 184-194.
- Alencar, A. (2018). Refugee integration and social media: a local and experiential perspective. *Information, Communication & Society*, 21(11), 1588-1603.
- Augusto, D. M., Feitosa, M. Z. D. S., & Bomfim, Z. Á. C. (2016). A utilização dos mapas afetivos como possibilidade de leitura do território no CRAS. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 7(1), 145-158.
- Bakker, L., Dagevos, J., & Engbersen, G. (2017). Explaining the refugee gap: a longitudinal study on labour market participation of refugees in the Netherlands. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 43(11), 1775-1791.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo* (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).
- Breakwell, G. M. et al. *Métodos de pesquisa em psicologia*. Porto Alegre: Artmed, 2010
- Bernard, W. 1973. Indices of integration in the American community, *International Migration* 11:3, The Hague: Intergovernmental Committee for European Migration
- Beverluis, D., Schoeller-Diaz, D., Anderson, M., Anderson, N., Slaughter, A., & Patel, R. B. (2016). Developing and validating the refugee integration scale in Nairobi, Kenya. *Journal of Refugee Studies*, 30(1), 106-132.

Carolan, M. (2010). Pregnancy health status of sub-Saharan refugee women who have resettled in developed countries: a review of the literature. *Midwifery*, 26(4), 407-414.

Cebulla, A., Daniel, M., & Zurawan, A. (2010). Spotlight on refugee integration: Findings from the Survey of New Refugees in the United Kingdom.

Cheong, P. H., Edwards, R., Goulbourne, H., & Solomos, J. (2007). Immigration, social cohesion and social capital: A critical review. *Critical social policy*, 27(1), 24-49.

Cheung, S. Y., & Phillimore, J. (2017). Gender and refugee integration: a quantitative analysis of integration and social policy outcomes. *Journal of Social Policy*, 46(2), 211-230.

Chimni, B. S. (2009). The birth of a 'discipline': From refugee to forced migration studies. *Journal of Refugee studies*, 22(1), 11-29.

Ciasca, K.N.M (2018). Memória, identidade e território: mapas afetivos como indicadores de hábitos culturais. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*.

Creswell, J. W. (2013). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Sage publications.

Colic-Peisker, V., & Tilbury, F. (2006). Employment niches for recent refugees: Segmented labour market in twenty-first century Australia. *Journal of refugee studies*, 19(2), 203-229.

Connor, P. (2010). Explaining the refugee gap: Economic outcomes of refugees versus other immigrants. *Journal of Refugee Studies*, 23(3), 377-397.

Daley, C. (2007). Exploring community connections: community cohesion and refugee integration at a local level. *Community Development Journal*, 44(2), 158-171.

Doomernik, J., & Ardon, D. (2018). The city as an agent of refugee integration. *Urban Planning*, 3(4), 91-100.

Dryden-Peterson, S., & Hovil, L. (2004). A remaining hope for durable solutions: Local integration of refugees and their hosts in the case of Uganda. *Refuge: Canada's Journal on Refugees*, 22(1), 26-38.

Elliott, S., & Yusuf, I. (2014). 'Yes, we can; but together': social capital and refugee resettlement. *Kotuitui: New Zealand Journal of Social Sciences Online*, 9(2), 101-110.

Farrugia, R. (2009). Integration at what cost? Research into what refugees have to say about the integration process. *International Journal on Multicultural Societies*, 11(1), 51-74.

Feeney, A. (2000). Refugee employment. *Local economy*, 15(4), 343-349.

George, U. (2006). Immigrant integration: Simple questions, complex answers. *Canadian Diversity*, 5(1), 3-6.

Gericke, D., Burmeister, A., Löwe, J., Deller, J., & Pundt, L. (2018). How do refugees use their social capital for successful labor market integration? An exploratory analysis in Germany. *Journal of vocational behavior*, 105, 46-61

Grzymala-Kazłowska, A., & Phillimore, J. (2017). Introduction: rethinking integration. New perspectives on adaptation and settlement in the era of super-diversity. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 44 (2), 179-196.

Hack-Polay, D., & Igwe, P. A. (2019). Beyond words and rhetoric—small voluntary organisations and effective refugee integration in the communities. *Journal of Enterprising Communities: People and Places in the Global Economy*.

International Organization for Migration – IOM (2011). Glossary on Migration. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/sitios/Observaciones/11/Anexo5.pdf>.

Hynie, M. (2018). Refugee integration: Research and policy. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 24(3), 265.

Kaufman, H. F. (1959). Toward an interactional Conception of Community. *Social Forces*, 38 (1), 8-17.

Khan, A. W. (2013). Asylum Seekers/Refugees' Orientations to Belonging, Identity & Integration into Britishness: Perceptions of the role of the mainstream and community press. *Observatorio (OBS*)*.

Kirkwood, S., McKinlay, A., & McVittie, C. (2014). 'He's a cracking wee geezer from Pakistan': Lay accounts of refugee integration failure and success in Scotland. *Journal of Refugee Studies*, 28(1), 1-20.

Klein, H. J., Cooper, J. T., Molloy, J. C., & Swanson, J. A. (2014). The assessment of commitment: Advantages of a unidimensional, target-free approach. *Journal of Applied Psychology*, 99(2), 222.

Knappert, L., Kornau, A., & Figengül, M. (2018). Refugees' exclusion at work and the intersection with gender: Insights from the Turkish-Syrian border. *Journal of Vocational Behavior*, 105, 62-82.

Komito, L. (2011). Social media and migration: Virtual community 2.0. *Journal of the American society for information science and technology*, 62(6), 1075-1086.

Korac, M. (2005). The Role of Bridging Social Networks in Refugee Settlement: The Case of Exile Communities from the Former Yugoslavia in Italy and the Netherlands. *Homeland Wanted*, (June), 87–107. Retrieved from <http://roar.uel.ac.uk/>.

Koser, K. (1997). Information and repatriation: the case of Mozambican refugees in Malawi. *Journal of refugee studies*, 10(1), 1-17.

Krahn, H., Derwing, T., Mulder, M., & Wilkinson, L. (2000). Educated and underemployed: Refugee integration into the Canadian labour market. *Journal of International Migration and Integration/Revue de l'integration et de la migration internationale*, 1(1), 59-84.

Lee, E. S. (1966). A theory of migration." *Demography*, 3 (1), 47-57.

Lewis, H. (2010). Community moments: Integration and transnationalism at 'refugee' parties and events. *Journal of Refugee Studies*, 23(4), 571-588.

Lima, J. B. B., Fuentes Muñoz, F. P., Nazareno, L. D. A., & Amaral, N. (2017). Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014).

Marshall, T.H.; Bottomore, Tom (1992), *Citizenship and social class*, London, Pluto Press.

Mayring, P. (1983). "Feminists" knowledge and the knowledge of feminisms: epistemology, theory methodology, and method. In T. May & M. Williams (Eds.), *Knowing the social world*. Buckingham: Open University Press.

Miles, M. B., Huberman, A. M., Huberman, M. A., & Huberman, M. (1994). *Qualitative data analysis: An expanded sourcebook*. Sage.

Ministério da Justiça e Segurança Pública- Comitê Nacional para os Refugiados –CONARE. Refúgio em números 4^a edição. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>.

Mocellim, A. D. (2011). A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. *Revista de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, 17(2), 105–125.

Muylaert, C. J., Sarubbi Jr, V., Gallo, P. R., Neto, M. L. R., & Reis, A. O. A. (2014). Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48, 184-189.

Mulvey, G. (2015). Refugee integration policy: the effects of UK policy-making on refugees in Scotland. *Journal of Social Policy*, 44(2), 357-375.

Newman, A., Bimrose, J., Nielsen, I., & Zacher, H. (2018). Vocational behavior of refugees: How do refugees seek employment, overcome work-related challenges, and navigate their careers.

Phillimore, J. (2011). Refugees, acculturation strategies, stress and integration. *Journal of Social Policy*, 40(3), 575-593.

Phillimore, J., & Goodson, L. (2008). Making a place in the global city: The relevance of indicators of integration. *Journal of Refugee Studies*, 21(3), 305–325. <https://doi.org/10.1093/jrs/fen025>.

Phillimore, J., Humphris, R., & Khan, K. (2018). Reciprocity for new migrant integration: resource conservation, investment and exchange. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 44(2), 215-232.

Phillips, D. (2006). Moving towards integration: the housing of asylum seekers and refugees in Britain. *Housing Studies*, 21(4), 539-553.

Puma, J. E., Lichtenstein, G., & Stein, P. (2018). The rise survey: Developing and implementing a valid and reliable quantitative measure of refugee integration in the United States. *Journal of Refugee Studies*, 31(4), 605-625.

Piętka-Nykaza, E. (2015). 'I Want to Do Anything which Is Decent and Relates to My Profession': Refugee Doctors' and Teachers' Strategies of Re-Entering Their Professions in the UK. *Journal of Refugee Studies*, 28(4), 523-543.

Polzer, T. (2008). Invisible integration: How bureaucratic, academic and social categories obscure integrated refugees. *Journal of Refugee Studies*, 21(4), 476-497.

Potocky, M., & McDonald, T. P. (1995). Predictors of economic status of Southeast Asian refugees: Implications for service improvement. *Social Work Research*, 19(4), 219-227.

Ramos, É. P. (2011). *Refugiados ambientais: em busca de reconhecimento pelo direito internacional*. São Paulo: EP Ramos.

Ravagnoli, N. C. D. S. R. (2018). A entrevista narrativa como instrumento na investigação de fenômenos sociais na Linguística Aplicada. *The ESPecialist*, 39(3).

Resolução n. 429 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 28 de julho de 1951).

Richmond, A. H. (1988). Sociological theories of international migration: the case of refugees. *Current Sociology*, 36(2), 7-25.

Ruiz, I., & Vargas-Silva, C. (2017). Are refugees' labour market outcomes different from those of other migrants? Evidence from the United Kingdom in the 2005–2007 period. *Population, Space and Place*, 23(6), e2049.

Sampieri, R. H, Collado, C. F., & Lucio, P. B. (2010). Metodología de la investigación.

Savy, R. F. S. (2018). POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS REFUGIADOS: PROBLEMAS E SOLUÇÕES. *Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade*, (1).

Sherlock, M. (2004) 'Refugees and their Families' , presentation to 'Refugees and their Families: A National Asset. An Expert Seminar', 21 June, London South Bank University.

Smyth, G., Stewart, E., & Da Lomba, S. (2010). Introduction: Critical reflections on refugee integration: Lessons from international perspectives.

Spaaij, R. (2012). Beyond the playing field: Experiences of sport, social capital, and integration among Somalis in Australia. *Ethnic and Racial Studies*, 35(9), 1519-1538.

Spink, M. J. (2010). Linguagem e produção de sentidos no cotidiano

Strang, A., & Ager, A. (2010). Refugee integration: Emerging trends and remaining agendas. *Journal of refugee studies*, 23(4), 589-607.

Threadgold, T, Geoff .C (2005). *Refugee Inclusion: A Literature Review*. Cardiff: Cardiff School of Journalism, Media and Cultural Studies.

Tripodi, M. P. (2001). Micro and macro determinants of refugee economic status. *Journal of Social Service Research*, 27(4), 33-60.

United Nations High Commissioner for Refugees -UNHCR. (2019). Global Trends- Forced Displacement in 2018. Disponível em: <https://www.unhcr.org/globaltrends2018/>.

Valtonen, K. (2001). Cracking monopoly: immigrants and employment in Finland. *Journal of ethnic and migration studies*, 27(3), 421-438.

Vettorassi, A. (2014). Mapas afetivos: recursos metodológicos baseados na História Oral e reflexões sobre identidades espaciais e temporais em estudo sociológico. *História e Cultura*, 3(3), 155-176.

Voutira, E., & Doná, G. (2007). Refugee research methodologies: Consolidation and transformation of a field. *Journal of Refugee Studies*, 20(2), 163-171.

WELLER, W. Tradições hermenêuticas e interacionistas na pesquisa qualitativa: a análise das narrativas segundo Fritz Schütze. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPeD, 32., 2009, Caxambu, MG. Anais... Caxambu, MG: ANPeD, 2009. p. 1-16.

Wetherell, M., S, H., & Potter, J. (1987). Unequal egalitarianism: A preliminary study of discourses concerning gender and employment opportunities. *British Journal of Social Psychology*, 26(1), 59-71

Yakushko, O., Backhaus, A., Watson, M., Ngaruiya, K., & Gonzalez, J. (2008). Career development concerns of recent immigrants and refugees. *Journal of Career Development*, 34(4), 362-396.

Yamamoto, E. Y. (2013). The community of contemporaries. *Galáxia (São Paulo)*, 13(26), 60-71.

Zetter, R. (1988). Refugees and Refugee Studies-A label and an Agenda. *Journal of Refugee Studies*, 1 (1), 1-7.

ANEXOS

Anexo 1 – Roteiro Semiestruturado e materiais de apoio

INTRODUÇÃO- Consentimento e explicação da pesquisa

- a. Explicação sobre o estudo: a pesquisa busca compreender como se dá o processo de integração dos refugiados em uma nova comunidade. Não há respostas certas ou erradas e não será feito nenhum julgamento sobre o que será relatado, o propósito do estudo é apenas entender como foi/ está sendo (dependendo do tempo que o migrante está no Brasil) a interação do refugiado com um novo local e o seu processo de adaptação. A duração é de cerca de 40 minutos e o roteiro está dividido em 3 etapas.
A primeira parte busca entender a relação do respondente tanto com o seu local de origem como com seu local atual de residência. A segunda tem como objetivo identificar os fatores que, durante sua trajetória, auxiliaram e prejudicaram o processo de integração. Por fim serão feitas algumas questões de compreensão dos planos e objetivos futuros.
- b. Explicação sobre a confidencialidade da pesquisa e solicitação de assinatura do termo e autorização para que ela seja gravada. Deixar claro que o entrevistado não é obrigado a responder, caso não se sinta à vontade com alguma pergunta. Deixar claro também que ele tem total liberdade para interromper a entrevista a qualquer momento, caso seja necessário.

PARTE I - Investigação Inicial- Compreensão do perfil e da relação com o lugar.

- c. Tempo no Brasil.
Há quanto tempo você mora no Brasil?
Você veio para o Brasil com alguém? Ou tinha alguém no Brasil que pudesse receber você? Quem?
Recebeu algum auxílio para chegar? Mudar de cidade?
Antes de você vir para o Brasil, aonde você morava? Em qual cidade?
- d. Compreender a relação com o local de origem.
 - d.1 Desenho:

Você poderia representar essa cidade em um desenho? Eu vou te dar uma folha e eu gostaria que você desenhasse os locais dessa cidade que você considera importante. Além do desenho, eu vou pedir por favor para vocês escrever em letra de forma o nome de cada lugar. Gostaria de deixar claro que o objetivo, em nenhum momento, é avaliar a qualidade, estrutura do desenho, a ideia é somente que você represente os locais que considera importante da forma que achar melhor.

Para começar, gostaria que você explicasse o desenho e relatasse o que cada um desses ambientes desenhados representa para você e o motivo para tal. (Exemplificar).

d.2 Possíveis questões para detalhamento:

Como você se sentia vivendo nesse local?

Quais motivos faziam com que você se sentisse assim?

Quais pessoas compunham sua rede de relacionamentos nesse local? Descreva sua relação com elas.

Refletindo sobre tudo isso, o que sua cidade natal significa para você? Por quais motivos? E atualmente, você mora onde (casa, abrigo, acampamento)? Com quem?

e. Compreender a relação com o local atual.

e.1 Desenho:

Você poderia representar essa cidade em um desenho? Eu vou te dar uma folha e eu gostaria que você desenhasse os locais dessa cidade que você considera importante. Além do desenho, eu vou pedir por favor para você escrever em letra de forma o nome de cada lugar. Gostaria de deixar claro que o objetivo, em nenhum momento, é avaliar a qualidade, estrutura do desenho, a ideia é somente que você represente os locais que considera importante da forma que achar melhor.

Da mesma forma que você fez com o primeiro desenho, gostaria que você relatasse o que cada um desses ambientes representa para você e o motivo para tal. (Exemplificar).

e.2 Possíveis questões para detalhamento:

Como você se sente vivendo nesse local?

Quais motivos fazem com que você se sinta assim?

Quais pessoas compõe sua rede de relacionamentos nesse local? Descreva sua relação com elas.

Refletindo sobre tudo isso. Você chamaria essa cidade de “lar”? (Sim, não). Por quais motivos? O que essa cidade significa para você?

Se tivesse a oportunidade você mudaria de cidade? Você iria para uma cidade pequena do Brasil?

Por fim, a partir de tudo que você vivenciou até o momento, gostaria que você refletisse e relatasse o que você considerava importante (características, atributos físicos) em um local para se viver (antes de migrar) e o que, atualmente (depois de migrar), você considera como importante (características, atributos físicos).

Muito obrigada por compartilhar comigo a suas experiências com esses lugares. Agora que você já contou sobre sua cidade de origem e sobre a sua cidade atual, eu gostaria de conversar sobre como foi a sua trajetória, durante esse processo de migração (desde que você saiu de sua cidade natal até o presente momento).

PARTE II - Investigação Central- Construção da trajetória e Exploração dos fatores

f. Relato a partir da linha do tempo.

Eu vou te mostrar uma linha do tempo, nela, são sinalizadas algumas etapas:

Saída do país de origem

Manutenção imediata: quando chegou ao Brasil, primeiros meses.

Inserção: estabelecimento de raízes- desenvolvimento de algumas atividades, já estabeleceu alguns vínculos.

Estabilidade: incorporação de valores e atitudes da sociedade receptora – já consegue compreender como o país funciona e consegue se adaptar dentro desse funcionamento- sua vida já está reestruturada.

Tendo em vista essas etapas, eu gostaria que você identificasse na linha do tempo em qual estágio você se encontra. A partir dessa identificação, gostaria que você escrevesse (com letra de forma) nos:

Cartões verdes: os fatores que você acredita que facilitaram/facilitam sua integração durante cada uma das fases que você mencionou (um fator por cartão)

Cartões vermelhos: os fatores que você acredita que prejudicaram/prejudicam essa integração durante cada uma das fases que você relatou (um fator por cartão).

Colocar os cartões escritos embaixo da linha do tempo.

Tendo identificado esses fatores, eu vou te mostrar três outros cartões com alguns fatores. Gostaria que você identificasse se algo, mas te ajudou ou prejudicou, caso sim, vou pedir por favor para você escrever nos cartões (verdes ou vermelhos) esses fatores que você identificou.

Agora, gostaria que você me contasse a sua trajetória, desde o momento em que você saiu da sua cidade de origem até o momento atual. Para isso, eu gostaria que, ao longo da sua história, você destacasse para cada momento (fase):

Quais desses itens foram/são importantes para o seu processo de adaptação no Brasil e explicasse o porquê de eles terem sido importantes.

Quais desses itens prejudicaram/prejudicam o seu processo de adaptação e o porquê de eles prejudicarem. Gostaria de deixar claro que você pode repetir um mesmo fator em momentos diferentes.

Perguntar depois do relato da trajetória:

Em relação a cultura, você acredita que existe algum tipo de diferença entre a sua cultura e a cultura do Brasil? Isso, em algum ponto influenciou na sua trajetória?

Em sua opinião, qual é a percepção que os Brasileiros têm sobre os refugiados venezuelanos? /Como os Brasileiros veem os refugiados venezuelanos?

Muito obrigada por compartilhar como foi esse processo de integração para você. Agora nessa última etapa da entrevista, gostaria de compreender mais alguns pontos sobre sua trajetória e sobre suas expectativas futuras.

PARTE III- Questões complementares e expectativas futuras

g. Escolha do país e expectativas iniciais.

Possíveis questões para detalhamento:

Quais motivos fizeram com que você escolhesse morar no Brasil e nessa cidade?
(Perguntar isso caso não tenha sido relatado durante a trajetória).

Ao sair da sua cidade de origem, quais eram suas expectativas ao chegar no Brasil e nessa cidade?

Dessas suas expectativas iniciais, o quanto se realizou e o quanto foi diferente?

h. Expectativas futuras.

Possíveis questões para detalhamento:

Pensando nesse processo de integração que você definiu. O quanto disso você ainda pretende atingir?

Quais são os seus planos futuros/próximos passos?

(Caso não tenha sido mencionado anteriormente)

Você pretender continuar morando nessa cidade?

Caso não:

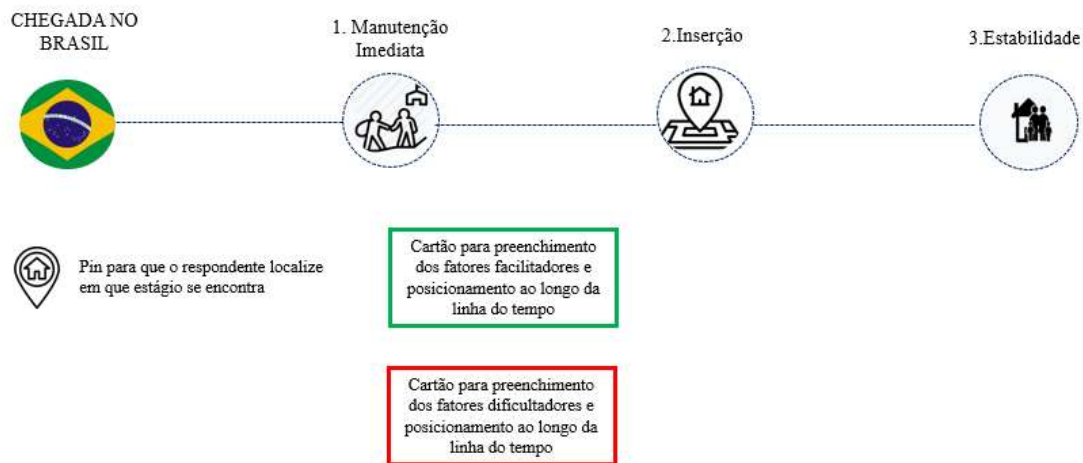
Onde você pretender viver no futuro? Por quais motivos?

i. Significado de Integração.

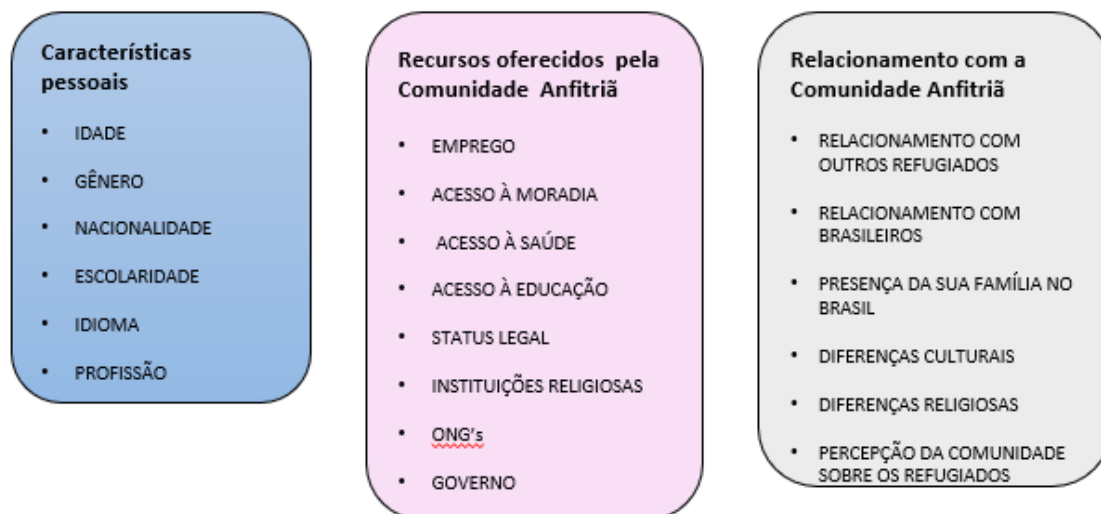
Possíveis questões para detalhamento:

Para você, o que significa estar integrado em uma nova cidade? O quanto disso você acredita que já atingiu?

Linha do Tempo



Cartões para serem analisados pelos respondentes



ANEXO 2 – Estruturação das perguntas

Fonte: Patton (2014) adaptado pela autora.

Question Focus	Past	Present	Future
Behaviour/experiences			Quais são os seus planos futuros? Onde você pretende morar no futuro?
Opinions/values	O que sua cidade natal significa para você? Por quais motivos? O que o levou a escolher o Brasil como país de destino?	Se tivesse a oportunidade você mudaria de cidade? Você chamaria essa cidade de lar? Por quais motivos? Você iria para uma cidade pequena do Brasil? Em relação a cultura, você acredita que existe algum tipo de diferença entre a sua cultura e a cultura do Brasil? Isso, em algum ponto influenciou na sua trajetória? Em sua opinião, qual é a percepção que os Brasileiros têm sobre os refugiados venezuelanos? /Como os Brasileiros veem os refugiados venezuelanos? O que significa estar integrado em uma nova cidade?	
Feelings/emotions	Como você se sentia vivendo nesse local? Quais motivos faziam com que você se sentisse assim? Quais eram suas expectativas ao chegar no Brasil?	Como você se sente vivendo nesse local? Quais motivos fazem com que você se sinta assim?	
Background/ Demographic questions	Quais pessoas compunham sua rede de relacionamentos nesse local?	Há quanto tempo você mora no Brasil? Você veio para o Brasil com alguém? Ou tinha alguém no Brasil que pudesse receber você? Quem? Recebeu algum auxílio para chegar? Mudar de cidade? Atualmente, você mora onde (casa, abrigo, acampamento)? Com quem? Quais pessoas compõe sua rede de relacionamentos nesse local?	

ANEXO 3 – Questionário

Comunidade de Origem.

Abaixo há uma lista de alguns possíveis serviços disponíveis na comunidade em que você vivia. Lembre-se que consideramos comunidade como um grupo de indivíduos que vivem e interagem em um lugar específico e são afetados pelos eventos que acontecem nesse lugar. Observe que estamos nos referindo à comunidade física em que você morava, não a comunidades virtuais às quais você pode pertencer.

Preencha cada espaço abaixo com percentuais de 0 a 100, avaliando:

Coluna 1) O acesso ao que você precisa ou gostaria de encontrar na cidade em que você vivia.

Coluna 2) A frequência com que você de fato utilizava os serviços ofertados pela cidade.

	Acesso (Quanto % do que você precisa ou gostaria de ter acesso você encontra no local em que você mora)	Frequência de uso (Quanto % você de fato usa da estrutura oferecida pela sua cidade)
Saúde (postos de saúde, hospitais, médicos de diferentes especialidades, possibilidade de realizar procedimentos e diagnósticos complexos, etc.)		
Educação (colégios, universidades, cursos, pós-graduações, bibliotecas)		
Emprego (organizações com boa reputação no mercado, vagas de emprego)		
Cultura (museus, teatro, exposições, cinemas, concertos, etc.)		
Lazer/Recreação (parques, praças, centros esportivos, clubes, bares, restaurantes)		
Transporte (acesso a transportes públicos como metrô, ônibus, ciclovias para uso de bicicletas, ruas bem sinalizadas e próprias para direção)		
Consumo (diversidade e qualidade de itens para consumo, mercados, padarias, shoppings, farmácias, salão de beleza, lojas em geral)		

Você participava de alguma atividade voluntária em sua comunidade?

Não

Sim

Caso sim, assinale abaixo qual ou quais:

	1. Associação de bairro
	2. Atividades na igreja
	3. Atividades do condomínio
	4. Atividades em ONG's
	5. Mutirões (Ex.: de lixo, de agasalho, para melhorias do bairro, etc.)
	6. Atividades extracurriculares e não obrigatórias em escolas e universidades
	7. Iniciativas individuais para beneficiar a comunidade
	8. Manifestações políticas
	9. Outros. Especifique:

Em relação ao seu envolvimento com a sua comunidade de origem:

1	2	3	4	5	6	7
Nenhum Pouco	Levemente	Parcialmente	Moderadamente	Na Maioria das Vezes	Muito	Completamente
1. O quanto você estava comprometido com sua comunidade?						
2. Até que ponto você se importava com sua comunidade?						
3. O quanto você era dedicado à sua comunidade?						
4. Até que ponto você escolheu estar comprometido com sua comunidade?						

Comunidade Atual.

Abaixo há uma lista de alguns possíveis serviços disponíveis na sua comunidade atual. Lembre-se que consideramos comunidade como um grupo de indivíduos que vivem e interagem em um lugar específico e são afetados pelos eventos que acontecem nesse lugar. Observe que estamos nos referindo à comunidade física em que você morava, não a comunidades virtuais às quais você pode pertencer.

Preencha cada espaço abaixo com percentuais de 0 a 100, avaliando:

Coluna 1) O acesso ao que você precisa ou gostaria de encontrar na cidade em que você vive.

Coluna 2) A frequência com que você de fato utiliza os serviços ofertados pela cidade.

	Acesso (Quanto % do que você precisa ou gostaria de ter acesso você encontra no local em que você mora)	Frequência de uso (Quanto % você de fato usa da estrutura oferecida pela sua cidade)
Saúde (postos de saúde, hospitais, médicos de diferentes especialidades, possibilidade de realizar procedimentos e diagnósticos complexos, etc.)		
Educação (colégios, universidades, cursos, pós-graduações, bibliotecas)		
Emprego (organizações com boa reputação no mercado, vagas de emprego)		
Cultura (museus, teatro, exposições, cinemas, concertos, etc.)		
Lazer/Recreação (parques, praças, centros esportivos, clubes, bares, restaurantes)		
Transporte (acesso a transportes públicos como metrô, ônibus, ciclovias para uso de bicicletas, ruas bem sinalizadas e próprias para direção)		
Consumo (diversidade e qualidade de itens para consumo, mercados, padarias, shoppings, farmácias, salão de beleza, lojas em geral)		

Você participa de alguma atividade voluntária em sua comunidade?

Sim

Não

Caso sim, assinale abaixo qual ou quais:

<input type="checkbox"/>	1. Associação de bairro
<input type="checkbox"/>	2. Atividades na igreja
<input type="checkbox"/>	3. Atividades do condomínio
<input type="checkbox"/>	4. Atividades em ONG's
<input type="checkbox"/>	5. Mutirões (Ex.: de lixo, de agasalho, para melhorias do bairro, etc.)
<input type="checkbox"/>	6. Atividades extracurriculares e não obrigatórias em escolas e universidades
<input type="checkbox"/>	7. Iniciativas individuais para beneficiar a comunidade
<input type="checkbox"/>	8. Manifestações políticas
<input type="checkbox"/>	9. Outros. Especifique:

Em relação ao seu envolvimento com a sua comunidade atual:

1	2	3	4	5	6	7	
Nenhum Pouco	Levemente	Parcialmente	Moderadamente	Na Maioria das Vezes	Muito	Completamente	
1.O quanto você está comprometido com sua comunidade?							
2.Até que ponto você se importa com sua comunidade?							
3.O quanto você é dedicado à sua comunidade?							
4.Até que ponto você escolheu estar comprometido com sua comunidade?							

FORMULÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Nome: _____

Idade: _____ **Gênero:** Masculino Feminino

Outro: _____

Cidade de Origem: _____ **Cidade Atual:** _____

Você recebeu auxílio de algum programa do Governo Brasileiro para chegar em sua cidade atual?

Não Sim: _____

Cor/etnia: Pardo (a) Branco(a) Negro(a) Amarelo(a) Indígena Outra

Estado civil: Solteiro(a) Casado(a) Divorciado(a) Viúvo(a)

Nível de Português: Básico Intermediário Avançado Fluente

Nível de Escolaridade:

Fundamental Incompleto Fundamental completo Ensino Médio incompleto

Ensino Médio completo Superior incompleto

Superior completo: _____ Pós-Graduação: _____

Profissão: _____

Qual é a sua situação atual no Brasil?

Desempregado(a) Empregado (a).

Se está empregado (a)

Trabalho Formal Ocupação: _____

Autônomo (a). Ocupação: _____

Rede de Relacionamentos no Brasil:

Brasileiros

Família. Grau de Parentesco: _____

Outros refugiados. Nacionalidade: _____

Instituições (Ong's, Igrejas...): _____

Outros: _____

Aceitaria participar de pesquisas futuras? Não Sim. Contato: _____

TRABALHO

Em relação ao seu comprometimento com o seu trabalho:

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.
Ningun	Ligeramente	Parcialmente	Moderadamente	En la mayoria de veces	Mucho	Completamente
1.O quanto você está comprometido com o seu trabalho?						
2.Até que ponto você se importa com o seu trabalho?						
3.O quanto você é dedicado ao seu trabalho?						
4.Até que ponto você escolheu estar comprometido com o seu trabalho?						

Em relação ao seu comprometimento com a sua organização:

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.
Ningun	Ligeramente	Parcialmente	Moderadamente	En la mayoria de veces	Mucho	Completamente
1.O quanto você está comprometido com a sua organização?						
2.Até que ponto você se importa com sua organização?						
3.O quanto você é dedicado à sua organização?						
4.Até que ponto você escolheu estar comprometido com a sua organização?						

ANEXO 5- FICHA INDIVIDUAL PARA ANÁLISE



ID	Fator	Classificação	Impacto
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

RELAÇÃO COM O LUGAR

INTEGRAÇÃO